

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOELMA DIAS MATIAS**

**PRÁTICAS AMOROSAS E NORMAS SOCIOCULTURAIS NAS  
NARRATIVAS EPISTOLARES DE EMILIA E JOAQUIM FONTES  
(1890-1895)**

São Cristovão  
Sergipe-Brasil  
2017

JOELMA DIAS MATIAS

PRÁTICAS AMOROSAS E NORMAS SOCIOCULTURAIS NAS  
NARRATIVAS EPISTOLARES DE EMILIA E JOAQUIM FONTES  
(1890-1895)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em  
História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

Co-orientador: Prof. Dr. Samuel de Barros Medeiros  
Albuquerque

São Cristovão  
Sergipe-Brasil  
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M433p	<p>Matias, Joelma Dias</p> <p>Práticas amorosas e normas socioculturais nas narrativas epistolares de Emilia e Joaquim Fontes (1890 - 1895) / Joelma Dias Matias ; orientador Augusto da Silva. - São Cristóvão, 2017. 141 f. : il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.</p> <p>1. História – Séc. XIX. 2. Sentimentos e valores. 3. Amor. 4. Sergipe. I. Silva, Augusto da, orient. II. Título.</p> <p>CDU 94:392.61(813.7) "18"</p>
-------	---

**JOELMA DIAS MATIAS**

**PRÁTICAS AMOROSAS E NORMAS SOCIOCULTURAIS NAS  
NARRATIVAS EPISTOLARES DE EMILIA E JOAQUIM FONTES  
(1890-1895)**

Aprovada em 30 de março de 2017.

---

Prof. Dr. Augusto da Silva  
(UFS)

---

Prof. Dr. Samuel de Barros Medeiros Albuquerque  
(UFS)

---

Profa. Dra. Edna Maria Antonio Matos  
(UFS)

---

Prof. Dr. Alexandre de Melo Andrade  
(UFS)

*Às mulheres da minha vida:*

*Maria Luzia Dias Matias e Maria Luísa Dias Monteiro*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus que, com seu infinito poder, me permitiu chegar até aqui. Sem Ele, nada disso seria possível.

A minha família, sobretudo, a minha querida e idolatrada mãe, Maria Luzia Dias Matias, que nos momentos cruciais dessa caminhada esteve ao meu lado. A ela, todo o meu amor e agradecimento por tudo que sempre fez e faz por mim.

Ao meu esposo Diogo Monteiro, pelo grande incentivo, leituras atentas do meu trabalho e companhia em todas as horas, principalmente, no decorrer desta pesquisa, contribuindo para o meu êxito nesse trabalho.

A todos os meus amigos, em especial: Cileyde Moraes, Patrícia Coutinho, Kléber Rodrigues, Luciana Andrade e João Mouzart pelas contribuições e incentivos.

Ao meu professor Co-orientador, Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Foi através de suas aulas na Disciplina História de Sergipe I, no Curso de Museologia, que tudo começou. A pesquisa sobre os Marsillac em Sergipe foi o primeiro passo para a conclusão de mais um trabalho acerca da história cultural de Sergipe. Obrigada Samuel, pelas orientações, sugestões, apoio e confiança que teve em mim e em meu trabalho. Grata, sempre!

Ao meu Orientador, prof. Dr. Augusto da Silva, pelas contribuições dadas a esta pesquisa e pelas orientações.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

*“O que é uma carta, senão movimentos da alma, instantes  
de uma vida apanhados pelo próprio sujeito e fixados num papel!”  
Gustave Lanson, 1965, p. 279*

## RESUMO

Esta pesquisa analisou as práticas amorosas em Sergipe em fins do século XIX, partindo da experiência do casal Emilia e Joaquim Fontes, que legaram nas cartas editadas na obra *Luz na tormenta* (1948) de Emilia Fontes, a história de amor vivida pelos dois. Compreendemos ainda como as regras socioculturais controlavam as práticas amorosas no Brasil da década de 1890, além das impressões construídas pela sociedade brasileira desse século acerca das normas que regulamentavam essas práticas. Percebemos, também, o comportamento feminino diante das regras socioculturais que controlavam essas práticas amorosas no Brasil no século XIX. Utilizamos como fonte principal a obra *Luz na tormenta*. Fazemos uso de conceitos difundidos por Bourdieu (2002), Certeau (1994), Elias (2005) e Pais (2007) para entender que o cotidiano é marcado pela coexistência da normatividade e da contingência, por uma espécie de equilíbrio instável da ordem. Verificamos que a sergipana Emilia Fontes teve boa parte de sua vida controlada pelas forças de um poder patriarcal e, desafiando as convenções sociais, opôs-se e resistiu às regras que orientavam as práticas amorosas de sua época, empregando procedimentos que favoreceram seu relacionamento amoroso com Joaquim. Portanto, consideramos essas posturas de oposição e resistência às normas apresentadas por Emilia como um vestígio de mudança no comportamento da sociedade aracajuana acerca das normas que orientavam as práticas amorosas no final do século XIX.

**Palavras-chave:** Práticas amorosas, *Luz na tormenta*, Emilia Fontes.



## ABSTRACT

This research analyzed the practices of love in Sergipe in the XIX century based on the experience of the couple Emilia and Joaquim Fontes, who bequeathed in the letters published in the literary work *Luz na tormenta* (1948) by Emilia Fontes, the love story lived by the two. We also understood how sociocultural rules controlled the practices of love in in the XIX Brazil, as well as the impressions built by Brazilian society of that century on the norms that regulated these practices. We also perceived femine behavior in the face of sociocultural rules that controlled the practices of love in Brazil in the XIX century. We use as main source the literay work *Luz natormenta*. We talk with the theories of Bourdieu (2002), Certeau (1994), Elias (2005) and Pais (2007) to understand that everyday life is marked by the coexistence of normativity and contingency, by a kind of unstable equilibrium of order. We found that Sergipe Emilia Fontes had a good part of her life controlled by the forces of a patriarchal power and, defying social conventions, opposed and resisted the rules that governed the loving practices of her time, employing procedures that favored her loving relationship with Joaquim. Therefore, we consider these positions of opposition and resistance to the norms presented by Emilia as a vestige of change in the behavior of the Aracajunian society about the norms that guided the practices of love in the late XIX century.

Keywords: Love practices, Light in the storm, Emily.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

ALS – Academia Literária Sergipana

ALFRS – Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul

## Lista de Ilustrações

Figura 01 – Emilia Fontes.....	70
Figura 02 – Trecho da final da Rua Japaratuba.....	73
Figura 03 – Joaquim Martins Fontes da Silva.....	86
Figura 04 – Capa do livro <i>Luz na tormenta</i> .....	96

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
 <b>Capítulo 1 - Práticas amorosas oitocentistas na historiografia brasileira.....</b>	<b>24</b>
1.1 A situação social da mulher e a arte de cortejar no século XIX.....	27
1.2 Casamentos nas elites brasileiras no século XIX: normas, escolha do cônjuge e a prática do dote.....	38
1.3 Outras formas de práticas amorosas no Brasil oitocentista: o desvio das normas.....	49
 <b>Capítulo 2 - Emilia Rosa de Marsillac Mota e Joaquim Martins Fontes: um casal, duas vidas e uma obra.....</b>	<b>59</b>
2.1 Aracaju de fins do século XIX: cenário de uma história de amor.....	59
2.2 Emilia Rosa de Marsillac Motta: a infância nas Laranjeiras do século XIX.....	69
2.3 A rua, a casa e o comércio: a vida de Emilia em Aracaju.....	72
2.3.1 Novos ares: a vida em São Paulo, produção intelectual e vínculos com instituições literárias.....	80
2.3.2 Joaquim Martins Fontes da Silva: os percalços de um bacharel.....	85
2.3.3 Da ciência do Direito aos poemas líricos e à rosicultura: notas sobre um poeta jardineiro.....	91
2.3.4 Algumas cartas de amor, um livro e uma história: memória e aspectos materiais da obra <i>Luz na tormenta</i> .....	94
 <b>Capítulo 3 - Emilia e Joaquim Fontes: práticas amorosas em Sergipe no século XIX .....</b>	<b>107</b>
3.1 Emilia e Joaquim: práticas amorosas e normas patriarcais do século XIX.....	108
3.2 “Só tem o senão de ser pobre”: posição social e casamento em <i>Luz na tormenta</i> .....	119
3.3 “Agora estou resolvida a me casar”: oposição e desafio às regras amorosas.....	123
 <b>Considerações finais.....</b>	<b>131</b>
 <b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>134</b>

## Introdução

As formas de amar são práticas culturais desenvolvidas pelas sociedades a partir de diferentes modalidades dependendo do universo cultural no qual estão introduzidas. Desse modo, assim como outros traços culturais da humanidade, as formas de amar passaram por diversas transformações ao longo dos séculos, fazendo com que as sociedades alterassem, consideravelmente, suas maneiras de demonstrar o amor.

Podemos identificar essas mudanças através das diferenças de mentalidades entre as épocas, por meio do que ficou registrado nas memórias, nas fontes literárias ou iconográficas. A história de uma sociedade é representada pelo universo em que ela está inserida e sua cultura pode variar de acordo com o espaço e o tempo. Sendo assim, a análise das concepções sobre o amor nos sugere uma compreensão dos diferentes contextos sócio-culturais em que cada noção de amor foi inserida.

Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo geral investigar as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, especificamente o período compreendido entre os anos de 1890 a 1895, a partir da análise das cartas editadas na obra *Luz na tormenta* (1948). Pretende-se ainda compreender as regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil do século XIX e examinar as impressões construídas pela sociedade brasileira desse século acerca das normas que regulamentavam as práticas amorosas. Além disso, analisaremos o comportamento feminino diante das regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil no século XIX.

As cartas editadas na referida obra foram escritas pelo casal Emilia e Joaquim Fontes durante um conturbado noivado que se iniciou em 1890 e seguiu até 1895.

Quando falamos de amor é necessário que entendamos como esse sentimento foi interpretado ao longo dos séculos. Recuperar ou, pelo menos tentar descrever como as sociedades viviam o Amor não é uma tarefa das mais fáceis, visto que o amor pouco deixa rastros e marcas. Desse modo, limitar-nos-emos a fazer uma breve apresentação cronológica do amor, partindo da concepção grega até o surgimento do amor burguês/romântico na Idade Moderna, destacando o século XIX, período em que o nosso objeto de estudo está inserido.

Na mitologia da Grécia Antiga, o Amor<sup>1</sup> era considerado “entre os deuses o mais antigo, o mais honrado e o mais poderoso para a aquisição da virtude e da felicidade entre os homens, tanto em sua vida, como após a sua morte” (PLATÃO, 2011, p.6).

---

<sup>1</sup> Amor, filho de Recurso e Pobreza (PLATÃO, 2011, p. 21).

O amor era concebido de formas variadas pelos gregos antigos, sendo interpretado como *Eros*, *Philia*<sup>2</sup> e *Caritas* ou *Ágape*<sup>3</sup>. Num universo repleto de diferentes formas de se imaginar o amor, podemos considerar que *Eros* foi o tipo de sentimento que acabou ficando mais popular no Ocidente, desde sua representação na literatura até nas novelas populares. *Eros* é originário do pensamento de Platão e representa o amor romântico, o sofrimento e a ideia de paixão, de desejo pela pessoa que se ama.

Porém, vale ressaltar que *Eros* não era percebido como um sentimento positivo para os gregos. Ele era visto de forma perigosa, um sentimento que poderia alterar a racionalidade humana, tomar conta do sujeito e possuí-lo. A noção de *Eros*, para os gregos, envolvia a ideia de perda de controle e de paixão desmedida. Segundo nos informa Denis de Rougemont (2003, p. 81), “*Eros* é o desejo total [...], um desejo que não decresce jamais, que nada mais pode satisfazer e que até mesmo desdenha e foge à tentação de se realizar em nosso mundo, porque só deseja abraçar o todo.”

Já o amor *philia* é definido por Aristóteles como aquele que está ligado à amizade, à vontade de estar em companhia do outro através da virtude. *Caritas* ou *Ágape* está mais próximo do amor cristão e constitui um sentimento ligado ao amor ao próximo. Nesse tipo de amor, o símbolo já não é a paixão infinita da alma, o *Eros*, mas o casamento entre Cristo e a Igreja, amor humano, verdadeiro e recíproco. Para *Ágape* o amor divino é um novo caminho onde existe a comunhão entre dois sujeitos que se congregam, considerando um o próximo do outro.

Na Idade Média, entre os séculos XII e XIII, o amor foi representado de forma mítica<sup>4</sup> por personagens da literatura como Tristão e Isolda<sup>5</sup>. O amor cortês era considerado um

<sup>2</sup> O amor *philia* está mais próximo da amizade (ROCHA, 2006, p.66).

<sup>3</sup> O *Caritas* ou *Ágape* constitui o amor ao próximo (ROUGEMONT, 2003, p.96).

<sup>4</sup> Rougemont (2003, p. 31-35) considera o mito como “uma história, uma fábula simbólica, simples e tocante, que resume um número infinito de situações mais ou menos análogas, permitindo a identificação imediata de determinados tipos de relações constantes do cotidiano de uma sociedade. Num sentido mais restrito, os mitos traduzem as regras de conduta de um grupo social ou religioso. *Tristão e Isolda*, mito que trata de amor, adultério, paixão e morte foi uma demonstração característica de um tipo de relação entre homem e mulher na sociedade cortesã européia. Assim, o mito desponta quando se torna perigoso ou impossível confessar claramente certo número de fatos sociais ou religiosos, ou de relações afetivas, que, todavia se desejam conservar ou que é impossível destruir [...]. O mito no sentido rigoroso do termo se constitui no século XII, num período em que as elites realizavam um grande esforço em prol da ordenação moral e social. O sucesso do Romance de Tristão e Isolda foi, portanto, o de ordenar a paixão num quadro em que ela pôde se exprimir através de satisfações simbólicas”.

<sup>5</sup> Tristão e Isolda são dois personagens da literatura criados por Eilhart Von Oberg no século XII. O casal é protagonista de uma história de um amor trágico. O adultério se configura como pano de fundo do romance. Tristão é um cavaleiro medieval originário da Cornualha e Isolda uma princesa irlandesa. Isolda casa-se com Marcos, porém mantém um romance com Tristão. Por sua vez, Tristão casa-se com Isolda das Mãos Brancas, princesa da Bretanha, mas seu amor pela outra Isolda não se acaba. Tristão é ferido por uma lança e manda buscar Isolda para curá-lo. A esposa de Tristão, Isolda das Mãos Brancas, diz que Isolda não viria para vê-lo e curá-lo. Tristão morre, e Isolda, ao encontrá-lo morto, morre também de tristeza.

sentimento nobre tanto do ponto de vista moral como social. Os amantes estavam ligados a ele pelas leis da cortezia. De acordo com Rougemont (2003) o segredo, a paciência, a moderação, a humildade, a lealdade, o respeito e a fidelidade à dama eram as virtudes que compunham as leis da *Cortezia*. Tais termos eram empregados como temas das poesias cantadas pelos trovadores para louvar as damas escolhidas. Nesse sentido, o homem se apresentava como um servo da mulher, encantando-a com versos.

Associado aos ideais de cavalaria, o amor cortês foi, no imaginário da sociedade medieval, uma idealização do amor carnal e espiritual inventado para conceber às relações amorosas entre homens e mulheres um amor nobre e desinteressado. Nessa fase da história do amor, os papéis se inverteram e a mulher passou a ser um símbolo de conquista.

Para demonstrar o quão nobre era o seu amor e merecer a eleita, o cavaleiro passava por um ritual onde deitado sob o mesmo leito que sua dama, separado dela por uma espada ou uma ovelha, símbolo da pureza, observava a estrita castidade. Além disso, os deveres dos cavaleiros, para com a amada, consistiam em satisfazer as suas vontades, agradar e, sobretudo, ser fiel e leal (DEL PRIORE, 2012, p. 70).

Outra característica do amor cortês são os amores impossíveis. Os exemplos de Tristão e Isolda e Romeu e Julieta surgiram como símbolos de um amor perfeito, porém impossível.

Adaptações sentimentais foram criadas para balizar as relações afetivas entre homens e mulheres no período da Idade Média. Os trovadores eram figuras que exaltavam, através de poesias cantadas, os amores infelizes e impossíveis. Para esses poetas, o amor supremo era mais importante que o casamento, pois o amor aproximava o casal através da união das almas, enquanto o casamento era uma simples união de corpos.

No amor cortês, os obstáculos caracterizavam a paixão. Quanto maior fossem os entraves para a conquista da mulher amada, maior era o sentimento, pois, nesse caso, paixão e sofrimento eram equivalentes. Por outro lado, a falta de obstáculos significaria a ausência de paixão, uma vez que os romances que terminavam com finais felizes davam fim à história de amor. Dessa forma, a trama romanesca é precisamente a dificuldade em conquistar o amor eleito.

No século XVIII, uma nova forma de demonstrar o amor começa a aparecer na Europa a partir do surgimento de uma nova ordem social e econômica, o amor burguês estava vinculado a uma mentalidade burguesa<sup>6</sup>, que tinha como preceito acompanhar o progresso. A

---

<sup>6</sup> Burguesia era a parte da população europeia que, originalmente, ascendeu economicamente com o sistema capitalista no período do Renascimento Comercial e Urbano. Peter Gay (1988) define a burguesia do século XIX como uma classe média que vivia em busca de uma cultura mais refinada onde as pretensões das classes médias à erudição constituem um ingrediente marcante e útil para defini-la (GAY, 1988, p. 22). Apesar de se referir à

cultura burguesa que predeterminou algumas características na conduta dos cidadãos estava pautada, segundo Peter Gay (1988), numa busca pela amenização e refinamento do comportamento, além do gosto pelas artes, requinte e práticas letradas.

O amor burguês adquiriu características do amor romântico, tornando-se o amor do distante, do irrealizável. Um amor que virava epidemia, que contagiava e fazia sofrer em silêncio. Um amor onde a pessoa apaixonada morria ou era obrigada a se afastar da pessoa que amava.

É um amor com essas características que surge no Brasil em fins do século XVIII e início do XIX. A partir dele é possível entender que a condição amar é mais importante que o desejo sexual. Essa peculiaridade acabou promovendo uma separação entre o sexo e o amor (GIDDENS, 1993, p. 50-51). Seguindo essa lógica, no século XIX, as expressões de amor entre os membros de famílias mais abastadas passaram a ser promovidas por uma discrição, sendo que o amor não podia ser demonstrado publicamente.

O amor romântico viria alicerçado na atração mútua entre o casal onde o cônjuge era escolhido e não imposto pela família. O sentimento individual viria substituir as antigas estratégias de casamento que visavam apenas a consolidação de alianças políticas, econômicas e sociais (SANCHES, 2010, p. 269). A partir de então, a liberdade de escolha do futuro cônjuge era condição *sinequa non* para revelar a presença do amor em um relacionamento.

No amor romântico, os homens representavam a mulher amada como heroínas, cantavam-lhe a beleza fazendo versos apaixonados. Para a mulher apaixonada, o quarto era o local das emoções mais íntimas, um espaço privado onde as lágrimas de dor, ciúmes e saudades eram externadas. A leitura de cartas e de romances proibidos também fazia parte do ritual do amor romântico (DEL PRIORE, 2012, p. 216).

A percepção de uma mentalidade burguesa, no que diz respeito ao modo como se pensava e praticava o amor, é necessária para que se entenda o que venha a ser o amor burguês. Além disso, tal percepção pode nos orientar no sentido de entender se Emilia e Joaquim partilhavam de uma cultura com características burguesas, uma vez que, por exemplo, a vida sentimental desses dois amantes cobriu-se de melodramas onde, por muitas vezes, a morte era entendida como um caminho para acabar com o sofrimento do amor considerado, por eles, impossível.

---

Europa, Gay acreditava que o termo *burguês* era abrangente e poderia ser utilizado de diversas maneiras a depender do lugar. Porém, o que o determinava eram alguns comportamentos e gostos padronizados que se assemelhavam.



Diante do exposto, percebemos que as concepções de amor travam um diálogo direto com o contexto histórico e cultural de uma época, além disso, determinam práticas amorosas que são construídas e alimentadas pelas sociedades, podendo fazer com que elas prevaleçam ou não. Assim, as práticas amorosas expressam uma determinada noção de amor (CHAVES, 2006, p. 827), tendo em vista que essas práticas são distintas e o modo como o amor é vivenciado também é variável.

Isso implica dizer que o amor, assim como outros traços da cultura humana, se transformou ao longo dos séculos. Cada cultura, em diferentes épocas, imprimiu significados, formas de sentir e de expor o amor que acabaram definindo determinadas sociedades no espaço e no tempo.

As formas de se vivenciar o amor estão intimamente relacionadas com um conjunto de ideias característico, que altera seu significado socialmente de acordo com os grupos sociais nos quais o indivíduo está inserido e com os quais ele pode se identificar ou não. Dessa forma, para Chaves, a noção de amor:

[...] é sempre construída, datada e, conseqüentemente, passível de ser mantida, ordenada e alterada. Esta possível mudança diz respeito tanto ao indivíduo quanto à sociedade a qual ele pertence e ocorre em função das expectativas e práticas amorosas da necessidade dos indivíduos, bem como do imaginário, dos costumes, das crenças e dos valores sociais vigentes (CHAVES, 2006, p. 827).

Assim, podemos dizer que as maneiras de amar correspondem às diversas formas como se desenvolvem o amor. No Brasil oitocentista, por exemplo, é possível pensar que ocorreram modificações significativas “na sensibilidade em relação ao que se chama ora amor, ora sexualidade” e, a partir dessas mudanças, um conjunto de regras prescritas pelo “amor romântico” começou a servir de mediador para a relação estrita entre os corpos amantes (D’INCAO, 1989, p. 61).

As pesquisas sobre as práticas amorosas no Brasil ainda são tímidas, uma vez que poucos pesquisadores têm se apropriado desse tema. Podemos citar a obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, como um dos primeiros estudos a mencionar aspectos da intimidade relacionada à sexualidade no Brasil. Na atualidade, Mary Del Priore (2012) pode ser destacada como uma das poucas investigadoras que se dedica ao estudo das práticas amorosas no Brasil.

Em Sergipe, esse assunto ainda não atraiu a atenção de muitos pesquisadores e nem se consolidou na academia. No sentido de colaborarmos com a investigação sobre essa temática

em nosso estado e minimizar as lacunas existentes acerca da produção historiográfica sobre as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, pretendemos, com esse estudo, lançar novos olhares acerca dos costumes da sociedade sergipana relativos a essas práticas. Além disso, pretendemos, a partir da divulgação dos resultados desse trabalho, incentivar a produção de novas investigações sobre a sociedade sergipana no que diz respeito ao comportamento amoroso no século XIX.

A nossa pesquisa está inserida no campo da História Cultural<sup>7</sup>, na medida em que tentará compreender as práticas amorosas e suas representações em Sergipe durante os anos finais do século XIX a partir da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes. Nosso estudo foi desenvolvido, em boa parte, a partir de leituras e análises de obras de historiadores e sociólogos, a exemplo de Michel de Certeau (1994), Norbert Elias (1993; 2005), Gilberto Freyre (2004),<sup>8</sup> Pierre Bourdieu (2002), Georg Simmel (2006), José Machado Pais (2007), Mary Del Priore (2012), dentre outros, que tratam não só das práticas amorosas no Brasil no século XIX e das condições socioculturais impostas às mulheres nesse período, como também trazem reflexões acerca das mudanças na construção dos padrões de comportamento impostos pela sociedade em determinadas épocas.

De acordo com Del Priore (2012), o amor passou por diversas transformações durante os séculos. O amor de ontem não é o mesmo de hoje. No Brasil Colônia, por exemplo, os comportamentos eram controlados pela moral cristã, cada indivíduo tinha seu papel na sociedade. A mulher, por exemplo, deveria cuidar da casa e dos filhos, o homem, como chefe de família, tinha como responsabilidade o provimento do lar.

O amor-paixão não tinha ou não deveria ter espaço entre os corações de homens e mulheres desse período, pois a Igreja Católica e a sociedade cuidavam em frear um sentimento que poderia causar consequências ruins, necessitando, portanto, de um rígido controle com regras civis e religiosas.

A Igreja Católica considerava o casamento uma instituição indissolúvel e aquele que ousasse rompê-lo cometeria uma arbitrariedade. Aos olhos da Igreja, a manutenção de uma boa família dependia do respeito e da fidelidade que a mulher deveria, por obrigação, prestar ao marido, sejam eles em quais circunstâncias fossem. Dessa forma, a união entre homens e mulheres não partia de um sentimento comum entre os dois.

---

<sup>7</sup>A História Cultural é aquela que se atribui o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional, regional, social ou política – e que analisa sua gestação, expressão, transmissão (SIRINELLI, 1992 apud TÉTART, 2000, p. 142). De modo genérico, os seus conteúdos devem favorecer uma melhor inteligibilidade do passado mediante o conhecimento do universo mental no qual os homens nascem, crescem, pensam, agem, trabalham e morrem (TÉTART, 2000, p. 142).

<sup>8</sup> Originalmente publicado em 1930.

A mulher era orientada a deitar-se com seu marido e praticar o “sexo lícito” apenas com a finalidade de procriação, verdadeiro e único intuito do matrimônio. Pequenos gestos de carinho e afeto como um beijo ou uma carícia eram considerados pela Igreja como comportamentos indecentes e perigosos, constituindo-se em pecados graves.

Assim, não havia outra alternativa para a mulher senão submeter-se às vontades do seu marido, sujeitando-se a todo tipo de infortúnio na relação conjugal, inclusive o de não sentir desejo sexual pelo seu próprio esposo. Nesse sentido, Del Priore (2012, p. 30) afirma que “o desejo sexual constituía-se em um direito exclusivo do homem, cabendo às esposas a submissão e a virtude.”

Dessa forma, uma breve mudança começa a ser constatada no século XIX. O namoro no Norte brasileiro, por exemplo, tinha dias e locais marcados. As festas que comemoravam dias santos eram aguardadas com muito entusiasmo e ansiedade pelas moças e moços da região. As missas e procissões eram os momentos dos encontros e reencontros, dos olhares enviesados e das risadas indiretas. Nessa ocasião, todo o cuidado era pouco, sob os olhares vigilantes dos pais, as jovens temiam serem descobertas com quaisquer sinais de interesse pelos galanteios ou paqueras que partiam dos rapazes.

Nesse período, os casamentos arranjados passaram a ser um negócio realizado entre as famílias dos jovens. De preferência, a união matrimonial tinha que ser celebrada entre famílias que ocupassem o mesmo nível social e financeiro. O casamento endogâmico, ou seja, o enlace matrimonial entre parentes, também era consentido afim de que a união das forças entre a parentela consolidasse as redes de poder econômico e político.

Além disso, a manutenção de uma harmonia social do grupo familiar era muito importante para a concretização dos negócios. Assim, o futuro dos filhos era determinado pelos pais e a união dos patrimônios era mais importante do que a própria felicidade do casal.

Além de a família controlar os sentimentos amorosos com o objetivo de manter os interesses econômicos, a Igreja Católica se encarregava de construir um modelo da boa esposa e boa mãe, valorizando o casamento, segundo as leis eclesiásticas a fim de proteger a sociedade de uma má conduta das mulheres (SANTANA, 2008, p. 40).

O amor não tinha qualquer espaço entre as negociações matrimoniais já realizadas, não se questionava o sentimento da moça pelo rapaz ou vice-versa. Quando o namoro não era o desejado pelos pais, acabava resultando, muitas vezes, em fugas. No sertão do Norte, o rapto<sup>9</sup> era uma maneira que a moça arranjava para se casar com o seu par escolhido, como diz

---

<sup>9</sup>O rapto de mulheres foi uma prática comum entre vários povos ao longo da História. Na Grécia Antiga, o rapto poderia ser seguido de estupro e a moça raptada que não se casasse com o seu agressor teria poucas chances de

Miridan Knox Falci: “a moça raptada mandava avisar a família que só voltaria para casa depois de casada e sem alternativa, os pais acabavam cedendo, mesmo que o casamento não fosse do gosto deles.” (FALCI, 2006, p. 267).

O modo como o amor é tratado e vivido varia de acordo com o momento religioso, histórico, político, social e cultural de uma época. Para Jacqueline Cavalcanti Chaves, a noção de amor:

[...] é sempre construída, datada e, conseqüentemente, passível de ser mantida, ordenada e alterada. Esta possível mudança diz respeito tanto ao indivíduo quando à sociedade a qual ele pertence e ocorre em função das expectativas e práticas amorosas da necessidade dos indivíduos, bem como do imaginário, dos costumes, das crenças e dos valores sociais vigentes (CHAVES, 2006, p. 827).

Nesse sentido, para compreendermos as práticas amorosas na conjuntura social sergipana de fins do século XIX, trabalharemos com os conceitos de “cotidiano” presentes nas teorias sociais apresentadas por autores como Simmel (2006), Bourdieu (2002), Certeau (1994), Elias (2005) e Pais (2007).

A teoria social apresenta pontos de vista divergentes sobre a noção de cotidiano, que englobam desde aqueles que o apresentam como regularidade, normatividade, onde as regras estabelecidas pela estrutura social garantem certa rotinização das condutas (SIMMEL, 2006) até aqueles pressupostos que admitem a possibilidade de que as rupturas não colocam em risco a cotidianidade. O cotidiano, nesse particular, seria marcado pela coexistência da normatividade e da contingência, por uma espécie de equilíbrio instável da ordem (BOURDIEU, 2002; CERTEAU, 1994; ELIAS, 2005; PAIS, 2007).

Nesse sentido, alinharemos as nossas reflexões a esse último posicionamento teórico, que observa o caráter ambivalente da concepção de cotidiano, sendo esse definido, simultaneamente, pelas regularidades e rupturas. Sobre esse particular, Pais (2007) ressaltou as conexões entre as regularidades (rotinização) e rotina (*rupta*) na análise social da vida

---

contrair matrimônio com outra pessoa (SANTOS, 2010, p. 121). Além disso, ainda existiam os raptos combinados que serviam como estratégias de resistência aos casamentos arranjados e como forma de burlar um sistema de poucas chances de escolha para as mulheres gregas (SANTOS, 2010, p. 123). No rapto combinado, a moça era raptada quando saía de casa ou quando o raptor invadia a sua casa para levá-la. Desse modo, o que importava era manchar a reputação da moça para que o casamento fosse realizado, mesmo a contragosto da família (SANTOS, 2010, p. 125). Nesse sentido, vários raptos ficaram famosos na história da Grécia Antiga como os de Leucípide por Polideuces, Perséfone por Hades, Afrodite por Hermes e o mais famoso deles, o de Helena por Páris. Já na Roma Antiga, o rapto das Sabinas se tornou uma lenda muito conhecida na história romana. Segundo Plutarco, devido à escassez de mulheres, Rômulo teria ordenado o rapto das mulheres dos Sabinos para levá-las a Roma para que se tornassem esposas de alguns romanos. Alguns dizem que foram raptadas trinta donzelas, outros afirmam ter sido quinhentas e vinte e sete ou seiscentas e oitenta e três (PLUTARCO, 2010, p. 136).

cotidiana. Considerado a partir de sua regularidade, normatividade e repetitividade, o cotidiano se manifesta como um “campo de ritualidades”, a rotina sendo um elemento básico das atividades do dia a dia (PAIS, 2007, p. 30-31). Porém, o significado de rotina está associado à ideia de rota (caminho), do latim *via rupta*, donde derivam a expressão ruptura, ato ou efeito de romper ou interromper, corte, rompimento, fratura. É nestas rotas, na encruzilhada entre rotina e a ruptura, que se passeia a análise social do cotidiano (PAIS, 2007).

Em suas ponderações sobre as “modalidades das práticas” dos consumidores, Certeau parece sugerir que a existência das normas/convenções, garantia das regularidades nas ações dos indivíduos em suas relações sociais, não impede que eles criem meios autônomos de ação que, de alguma forma, possibilitam-lhes tirar alguma vantagem dessas convenções.

Nesse sentido, compreende-se que haveria uma “[...] proliferação de manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e próprio a todos.” (CERTEAU, 1994, p. 105).

Ao sugerir uma distinção entre *estratégias* e *táticas*, Certeau adotou uma postura heterodoxa. O cotidiano para ele não se define pelas regularidades sociais, ainda que possa ser formado por recorrências. O cotidiano para Certeau são *procedimentos*. Certeau aproxima seu conceito de cotidiano à noção de jogo. As ações são proporcionais às situações vividas. Trata-se de um jogo articulado de práticas de dois tipos: as *estratégias* e as *táticas*. Com essa dupla de conceitos, Certeau rompeu com a definição de cotidiano como rotinização para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento* (LEITE, 2010, grifos nossos).

Dessa forma, Certeau chamou tática “[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro.” E por isso “deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.” (CERTEAU, 1994, p. 100).

A tática é caracterizada pela ausência de poder, é a “arte do fraco”, por isso ela opera golpe por golpe, lance por lance: a tática “tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.” (CERTEAU, 1994, p. 124-125).

Já a estratégia é entendida como cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. Dessa forma, a estratégia é

uma prática que “postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças, um lugar do poder e do querer próprios.” (CERTEAU, 1994, p. 99, grifos do autor).

Desse modo, nessa pesquisa analisaremos as práticas amorosas em Sergipe de fins do século XIX, a partir da análise da obra *Luz na tormenta* (1948), buscando responder aos seguintes questionamentos: quais foram os condicionantes socioculturais das práticas amorosas em Sergipe de fins do século XIX? Quais as impressões construídas pela sociedade sergipana oitocentista acerca das normas que regulamentavam as práticas amorosas? Quais os posicionamentos das mulheres sergipanas diante das normas que orientavam as práticas amorosas? De que maneira a obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, reflete as regras e os posicionamentos das mulheres diante das práticas amorosas em Sergipe no século XIX?

Para compreender as práticas amorosas em Sergipe no período compreendido entre os anos de 1890 a 1895 utilizaremos, como fonte principal, a obra *Luz na tormenta*<sup>10</sup>, de Emilia Fontes, que se trata de uma compilação de cartas de amor trocadas entre sua autora e Joaquim Fontes. Para tanto, realizaremos uma análise minuciosa das narrativas epistolares presentes nessa obra. Dessa forma, dialogaremos com autores como Philippe Lejeune, Michel Foucault e Ângela de Castro Gomes, que tratam como produtivo o uso da escrita de si como fonte para a história.

Nesse sentido, de acordo com Philippe Lejeune, escrever sobre si mesmo é uma atividade individual e social que não se restringe aos escritores profissionais (LEJEUNE, 2002, p. 20). Dessa maneira, a escrita de si pode se apresentar configurada em livros memorialísticos, cartas, cartões postais, fotografias, recortes de jornais ou em objetos do cotidiano que resultem ou não de coleções. Esse conjunto de documentos, ao ter em comum o caráter autorreferencial de seu autor, constitui formas de deixar para a posteridade algo de si e sobre si (MAGALHÃES, 2007, p. 2).

Através da escrita de si os autores elaboram sua versão da vida, dos acontecimentos cotidianos de sua época, enfim, travam um diálogo de si mesmo, um autorretrato escrito. Dessa forma, a carta, uma modalidade deste gênero, faz o escritor “presente” àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física (FOUCAULT, 1992, p. 8).

---

<sup>10</sup> Esta obra encontra-se à disposição dos consulentes na seção de obras sergipanas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Embora a escrita de si seja compreendida como um tipo de registro individual, a historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que os registros contidos nas correspondências podem ser uma “estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e de um lugar, como indícios da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais.” (GOMES, 2004, p.21).

Assim, através das correspondências é possível detectar maneiras de viver, códigos, ideias que circulavam numa determinada época, a posição social ocupada pelo autor e o seu meio familiar, ou seja, toda realidade sociocultural na qual o autor da escrita de si está inserido.

Para boa parte das mulheres do século XIX, a escrita de si se configurava em um dos poucos meios de expressão permitidos a elas. Limitadas ao espaço doméstico e impedidas de se manifestarem publicamente, essas mulheres oitocentistas, que segundo Michelle Perrot (1989), se enquadrava em uma “categoria indistinta e destinada ao silêncio”, expressavam suas emoções, principalmente, por meio da escrita de diários e cartas, um momento de liberdade exercido no silêncio dos seus lares.

Condenadas ao espaço privado de suas casas, era no seio do lar que as mulheres do século XIX tinham a liberdade de se expressar, na dimensão privada da experiência emocional pessoal, situando-se no mundo e deixando seu testemunho à posteridade (PEREIRA, 2004, p.5).

Apesar de o casamento e o lar serem os poucos locais de atuação de algumas mulheres do século XIX, algumas delas tiveram o privilégio de ser alfabetizadas, chegando a frequentar os bancos de uma escola ou a passar pelas mãos de preceptoras ou professoras particulares, como foi o caso da sergipana Emília Rosa de Marsillac Motta que foi instruída por alguns renomados professores sergipanos, porém não chegando a concluí-lo.

Mesmo com a pouca instrução formal que lhe foi concedida, Emilia escreveu diversas cartas de amor para Joaquim Fontes. Essas cartas se tornaram uma espécie de espaço privilegiado para o relacionamento amoroso entre os dois.

Assim sendo, levando em consideração o fato de a escrita de si refletir as percepções de mundo produzidas e compartilhadas pelos atores de dado contexto sócio-histórico, a análise da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, a ser aqui desenvolvida, possibilitará o conhecimento e a compreensão aprofundada da conjuntura sociocultural em que viveu sua autora e, principalmente, das maneiras como as mulheres sergipanas dos anos finais do século XIX se comportavam diante das regras sociais impostas a elas no tocante às práticas amorosas.

Além da obra *Luz na tormenta*, utilizaremos como fontes para a nossa pesquisa os jornais que circularam na segunda metade do século XIX em Sergipe, tais como *A Liberdade* e *O Município*. Esses documentos estão disponíveis para consulta no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

A opção pela análise dessas fontes históricas produzidas em Sergipe, na década de 80 do século XIX, pode contribuir para uma melhor compreensão das formas como as mulheres refletiam e se posicionavam diante das prescrições que regulamentavam as práticas amorosas do período aqui analisado, momento em que Emilia iniciou seu romance com Joaquim Fontes e em que ocorreu com maior frequência a troca de correspondências de conteúdos amorosos entre eles, as quais foram inseridas na coletânea de missivas que compõe a obra *Luz na tormenta*, fonte privilegiada para o nosso estudo.

No primeiro capítulo da dissertação, buscamos compreender as formas como a historiografia brasileira, mais especificamente a sergipana, aborda as práticas amorosas no Brasil do século XIX, destacando a forma como os autores percebem as práticas amorosas em diversas regiões do Brasil, sobretudo no Norte durante o século XIX.

No segundo capítulo, examinamos as trajetórias de vida e intelectual dos personagens que fazem parte do nosso objeto de estudo: Emília Rosa de Marsillac Motta e Joaquim Martins Fontes. Apresentamos uma sucinta análise do contexto sociocultural de Aracaju de fins do século XIX, com o intuito de melhor compreender o cenário em que ocorreu o conturbado noivado entre esse casal.

Realizamos, também, nessa seção da pesquisa, uma breve apresentação da obra *Luz na tormenta* (1948), destacando seus aspectos formais (materialidade) - dimensão, tipo de papel, fontes e imagens utilizadas na confecção da capa, bem como suas divisões: introdução, sumário, dedicatória, prefácio, capítulos, dentre outras, e de produção - motivação para a publicação, autoria e editora - para tentar entender o que a materialidade dessa obra pode nos transmitir sobre o significado da prática amorosa.

No terceiro capítulo, apresentamos as práticas amorosas em Sergipe no século XIX a partir da análise da obra *Luz na tormenta* (1948), especificamente no período compreendido entre os anos de 1890 a 1894. Destacamos as regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas em Sergipe no século XIX, além de examinarmos as impressões construídas pela sociedade sergipana do século XIX acerca das normas que regulamentavam as práticas amorosas. Por fim, através da observação da experiência de Emilia, examinamos os posicionamentos das mulheres sergipanas diante das normas que orientavam as práticas amorosas.



## Capítulo 1

### Práticas Amorosas Oitocentistas na Historiografia Brasileira

Nesse capítulo, pretendemos compreender as formas como a historiografia brasileira, mais especificamente a sergipana, vem tratando a temática acerca das práticas amorosas no Brasil do século XIX.

Dentre os trabalhos aqui analisados, destacamos: *Casa Grande e Senzala* (1930) e *Sobrados e Mocambos* (1933) de Gilberto Freyre, *Namoro e urbanismo* (1949) de Alberto Barreto de Melo, *Casamento e amor no ocidente cristão* de Ronaldo Vainfas (1992), *Mulheres do sertão* (2002) de Miridan Knox Falci, *Emigração de intelectuais* (1976) e *O clã do engenho Porteiras* (2000/2002) de Emmanuel Franco, *Mulher e família burguesa* (2002) de Maria Ângela D’Incao, *História do amor no Brasil* (2012), *História e conversas de mulher* (2013), *Condessa de Barral* (2008), *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil* de Mary Del Priore (2014), *As peripécias da fortuna: cotidiano feminino, século XIX e XX* (2012) de Urquiza Maria Borges, *Mulheres de elite: honra e distinção das famílias* (2013) de June E. Habner e *Nas memórias de Aurélia* (2015) de Samuel Albuquerque.

Os critérios estabelecidos para a seleção das obras acima citadas tiveram como foco principal o destaque dado à forma como os autores abordam as práticas amorosas em diversas regiões do Brasil, sobretudo no Norte durante o século XIX. Região e período em que o nosso objeto de estudo está inserido, o relacionamento amoroso entre o casal sergipano Emília Rosa de Marsillac Mota e Joaquim Martins Fontes.

O romance entre esse casal iniciou-se em 10 de maio de 1890, quando Emilia recebeu a primeira carta enviada por Joaquim. Daí em diante foram cinco tentativas de Joaquim - enviando cartas à Emilia- na intenção de obter uma resposta dela. Nas primeiras cartas enviadas por Joaquim, ele revelou tanto a admiração que sentia por Emília como as suas pretensões para com ela. Essas cartas apresentam, também, a sua indignação pelo desdém com que Emília o tratava, não correspondendo às suas investidas, tardando em lhe dar uma resposta. Todavia, Joaquim não perdeu a esperança de namorar Emília e continuou a enviar diversas cartas a sua amada até que, em 15 de setembro de 1890, quatro meses após o envio da primeira carta de Joaquim, Emília deu o tão sonhado retorno. Na carta resposta, Emília apresentou suas justificativas acerca do retardamento em responder às cartas de Joaquim. A partir desse momento, iniciou-se um turbulento relacionamento entre o casal, pois o pai de Emília, ao descobrir o flerte entre os dois, deixou claro que não aceitava Joaquim como

pretendente a futuro esposo da filha. Emília, que era uma moça muito religiosa, e, de certa forma, seguia os preceitos morais de sua época, acatou a vontade do pai, Pedro Amâncio, e para não contrariá-lo revelou a Joaquim que não seguiria adiante com o romance. Joaquim não aceitou a decisão de Emília e durante os anos que trocaram diversas cartas (1890-1894) a convenceu do amor que sentia por ela e do futuro que poderiam construir juntos. A tormenta que se lançou em meio ao romance do casal, seguiu por longos quatro anos até que em janeiro de 1895, o matrimônio foi, enfim, realizado.

Dessa forma, buscando compreender de maneira mais profunda as nuances que marcaram o relacionamento amoroso de Emilia e Joaquim, recorreremos à análise das obras dos autores acima citados, que realizaram interpretações acerca das formas de comportamentos dos amantes diante das regras impostas a eles durante o século XIX, especialmente, no que diz respeito à condição social feminina nesse contexto.

Com a intenção de compreender as práticas amorosas no Brasil durante o século XIX, por meio da escrita da história dos autores acima mencionados, consideraremos a concepção de historiografia de José Carlos Reis (2006). De acordo com esse autor, os historiadores reescrevem continuamente a história pela especificidade do seu objeto de estudo, as sociedades humanas no tempo, e porque o conhecimento histórico muda acompanhando as mudanças da história, pois novas fontes, técnicas, conceitos e teorias nos fazem reavaliar o passado e as interpretações que são estabelecidas a partir de diversos estudos (REIS, 2006, p.7). Dessa maneira, entendemos que o sentido mesmo da reescrita da história é o de ressignificar o passado.

Diante disso, sempre vão surgir novas pesquisas acerca do mesmo assunto e novas proposições serão apresentadas em detrimento das anteriores, pois todos os historiadores têm a possibilidade de olhar para o mesmo tempo histórico e representá-lo de forma diferente a partir do uso das novas técnicas e teorias que podem nortear o seu estudo.

Dialogando com as ideias do historiador alemão Reinhart Koselleck, Reis (2006) afirma que para se conhecer uma interpretação histórica é preciso saber a origem de quem a estabeleceu, sendo necessário que o historiador faça uma análise crítica da historiografia anterior.

Neste capítulo, buscaremos entender as especificidades das abordagens sobre as práticas amorosas presentes nas obras dos autores aqui selecionados, situando-as em seus contextos de produção. Destacaremos, ainda, dados sobre a formação intelectual dos autores e suas produções bibliográficas.

As fontes utilizadas pelos autores aqui analisados – cartas, diários, testamentos, jornais, inventários, etc – foram desacreditadas pelos pesquisadores<sup>11</sup> durante muito tempo, tornando-se relevantes somente a partir da renovação da pesquisa histórica com a *Escola dos Annales* (1929). Essa escola passou a estudar todas as atividades humanas, desviando a atenção da história narrativa para a história-problema, além da comunhão com outras disciplinas, abrindo caminho para uma “História Nova”.

Nesse sentido, escreveu Lucien Febvre aos historiadores: “Historiadores sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos, e psicólogos” (FEBVRE apud BURKE, 1991, p. 12). Esse mesmo autor apontou para a criatividade que o historiador deve possuir acerca das fontes:

A história fez-se sem dúvida com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...]. Faz-se com tudo que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais, com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com má ervas, com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (FEBVRE apud LE GOFF, 1996, p. 107).

Nessa perspectiva, os autores das obras aqui selecionadas para a análise têm se debruçado sobre as mais variadas configurações de relações amorosas – namoros, noivados e casamentos - em diversos espaços e períodos da história do Brasil, norteados por vários tipos de técnicas (história oral e crítica documental), fontes históricas (cartas, testamentos, diários, inventários, jornais, etc) e personagens (homens e mulheres do povo e da elite, escravos negros e povos indígenas), para tentar compreender como se deram as mudanças e permanências do cotidiano amoroso de gerações passadas.

Dessa maneira, a partir da análise das obras historiográficas aqui selecionadas, buscaremos compreender, especificamente, como as práticas amorosas eram concebidas entre os membros dos segmentos sociais considerados mais abastados<sup>12</sup> no Brasil dos oitocentos, observando a ocorrência de semelhanças e diferenças nas suas características nas diversas regiões do Brasil. Além disso, examinaremos os pontos de vista e os comportamentos das

<sup>11</sup> Segundo o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos oficiais. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial (BURKE, 1992, p. 13-14).

<sup>12</sup> Quando tratamos de segmentos sociais abastados, estamos falando dos grupos de pessoas que tinham uma posição social privilegiada na sociedade do século XIX. Famílias ricas e influentes, de importância política e cultural. Essas famílias compreendiam, especificamente, as que moravam nas zonas rurais em Casas-Grande, sedes das fazendas e, no meio urbano moravam em palacetes, sobrados.

mulheres daqueles segmentos sociais diante das regras que orientavam as práticas amorosas naquele período.

Portanto, como teremos a oportunidade de demonstrar nas seções posteriores deste capítulo, a partir dos conteúdos das obras aqui analisadas, as práticas amorosas dos segmentos sociais mais abastados do Brasil oitocentista foram orientadas por normas rígidas. O controle dessas práticas amorosas era exercido por regras prescritas principalmente pela Igreja e reproduzidas no seio das relações familiares. Porém, podemos perceber, nos comportamentos das mulheres daquele círculo social que se envolviam em relacionamentos amorosos, indícios de resistência às diretrizes emanadas por aquelas instituições sociais.

### **1.1 A situação social da mulher e a arte de cortejar no século XIX**

As mulheres da elite oitocentista faziam parte de um grupo seletivo da população brasileira, devido às suas condições econômicas e étnicas. Geralmente eram “brancas” e filhas de grandes fazendeiros, médicos, cônsules, políticos de grande prestígio e etc. Elas “vivam em estruturas culturais, sociais e econômicas majoritariamente criadas por homens e para favorecê-los, já que baseadas em ideias de superioridade masculina e de subordinação feminina” (HABNER, 2013, p. 43). Seu *status* era derivado da condição social de suas famílias e não de sua própria existência.

A essas mulheres eram destinados apenas os ensinamentos para serem boas mães e esposas dedicadas, “cronistas familiares e mantenedoras dos vínculos afetivos e sociais” (BORGES, 2012, p. 24). A elas, também, não estava destinado o exercício do poder público e nem uma projeção profissional e intelectual.

No prelúdio do século XIX, as moças da elite brasileira tinham pouco acesso à educação se comparado, por exemplo, à condição das mulheres europeias ou norte-americanas. Devido a isso, poucas mantinham o hábito de escrever cartas ou manter diários e, nas biografias de homens ilustres e nas histórias de famílias, poucas vezes são mencionadas.

Porém, a condição de vida da mulher dos oitocentos variava de região para região. No Norte, Sul ou Sudeste, boa parte da historiografia brasileira dedicada à História das Mulheres nos oitocentos nos apresenta imagens e estereótipos que não deixam dúvidas quanto à existência das posições sociais que elas ocupavam nas sociedades em que viviam.

A partir das obras historiográficas aqui consultadas, podemos constatar a existência de dois perfis de mulheres oitocentistas: aquelas que seguiam um discurso disciplinador mantido por regras estabelecidas por instituições como a Igreja Católica, o Estado e a família, que

ordenavam as práticas sociais dos indivíduos, como manter o recato, a castidade, o aprendizado para a vida no lar, a honestidade e a disciplina, além da submissão e dependência do pai e do marido, e aquelas que se opunham a esses condicionamentos sociais e morais.

No Norte brasileiro, as mulheres de famílias mais abastadas não possuíam atividades fora do lar. Assim como a maioria das mulheres brasileiras desse período, eram treinadas para desempenhar papéis domésticos como orientar os filhos, encaminhar a escravaria nos serviços de casa, costurar e bordar, pois era comum o pensamento, durante o século XIX, de que a mulher não precisava e não deveria ganhar algum dinheiro. E mesmo que possuísse algum grau de instrução, a mulher do Norte estava restrita ao espaço privado.

Em Sergipe, a opinião masculina acerca do ideal de mulher para casar foi expressa por Joaquim Fontes em uma de suas cartas enviadas à Emilia. Na missiva endereçada a sua noiva, ele aponta os predicados pelos quais fez com que ele a escolhesse para sua esposa: “Escolhi a Sra. que leva vida retraída, entre quatro paredes, que nunca me dirigiu uma só palavra, que nunca me provocou pessoalmente o menor afeto.”<sup>13</sup> (FONTES, 1948, p. 67).

Em outra carta, Joaquim enfatiza o seu posicionamento a respeito do papel da mulher na sociedade: “basta dizer-lhe que a maior riqueza que uma jovem pode ter é a herança dos sentimentos maternos e a beleza de uma educação doméstica.”<sup>14</sup> (FONTES, 1948, p. 87).

Gilberto Freyre<sup>15</sup>, em sua célebre obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), umas das primeiras a mencionar aspectos da intimidade relacionada à sexualidade no Brasil, traça um perfil da mulher pertencente à elite nortista. Segundo Freyre, a mulher vivia num “isolamento

---

<sup>13</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 03 de março de 1891.

<sup>14</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 10 de março de 1891.

<sup>15</sup> Nas décadas de 20 e 30 do século passado, o pensamento social brasileiro ainda era marcado por teorias como o evolucionismo-social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, de origem europeia e que serviram como justificativa para a empreitada neocolonial de países como França e Inglaterra, que pregavam a superioridade da raça branca – e logo a inferioridade das raças negras, indígenas e mestiças –, além de difamar o clima tropical, pregando supostos efeitos negativos sobre o corpo e a mente das pessoas (BARBATO, 2010, p. 57). Gilberto Freyre, autor pernambucano de destaque no cenário intelectual nacional e internacional, escreveu vastíssima obra sobre a cultura brasileira. Com uma formação um tanto diversificada, atuou nas áreas da Sociologia, Antropologia, História, Política e Letras e, quando de sua iniciação na carreira intelectual, atuou como jornalista publicando textos em jornais do Recife e dos Estados Unidos. No transcorrer de sua carreira profissional, esteve em permanente contato com grandes intelectuais de sua época, além de ter estudado e ensinado em grandes centros de circulação e produção de conhecimento, a exemplo das universidades de Baylor e Colúmbia nos Estados Unidos. Assim, a experiência acadêmica adquirida fora do seu país de origem lhe rendeu uma formação solidamente erudita que o fez receber diversas homenagens. Dessa forma, do conjunto da obra de Gilberto Freyre, os seus trabalhos mais destacados são, sem sombra de dúvidas, *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, ambos publicados na década de 1930. Com esses ensaios, Freyre inaugura um novo modo de pensar a sociedade brasileira, que até então era refletida a partir de percepções racistas, passando a assumir uma posição otimista em relação à mistura de raças (STRIEDER, 2000, p. 14), oferecendo, desse modo, grande contribuição para o fim das ideias racistas que circulavam no meio intelectual de sua época. Portanto, foi nesse contexto que Gilberto Freyre escreveu as suas duas maiores obras, seguindo um viés culturalista com ideias originais sobre a formação da sociedade brasileira.

árabe” nas casas-grandes de engenho, era submissa ao marido e tratava-o sempre por “Senhor.” (FREYRE, 2004, p.421).

A perspectiva inovadora de Freyre, ao analisar as relações amorosas da sociedade do sertão nortista, destacando-as através da sexualidade no processo de constituição do erotismo, nos propiciou o entendimento da vida íntima dos brasileiros através de aspectos como hábitos, costumes, alimentação, religião, a língua portuguesa falada no Brasil e, principalmente, a sexualidade da família patriarcal.

Quando moças, as mulheres viviam sob a permanente vigilância de toda a família. O quarto onde dormiam tinha localização estratégica no centro da casa, estando rodeado dos quartos de pessoas mais velhas. O objetivo era evitar qualquer tipo de aventura que pudesse comprometer a honra da jovem e da família.

Possivelmente, toda moça do século XIX pensava em namoro, porém, por causa da vigilância excessiva exercida pela família, mantinha “o ar humilde que as filhas de Maria conservam nas procissões e nos exercícios devotos da Semana Santa.” (FREYRE, 2004, p. 510) e sua imagem era marcada pela castidade, considerada uma condição básica para adquirir o matrimônio.

Assim, toda a vida pública da “menina brasileira de sobrado” era negada em função do enclausuramento nas casas-grandes. Fortemente vigiada, vivia num ambiente rigorosamente patriarcal e estava sob a mais dura “tirania dos pais”, que seria posteriormente substituída pela “tirania do marido.” (FREYRE, 2004, p. 510).

Ao analisar o cotidiano das mulheres de elite do Nordeste brasileiro, fazendo uso de fontes como literatura de cordel, testamentos, inventários, fotografias e livros de Memórias, Miridam Knox Falci,<sup>16</sup>em seu texto intitulado *Mulheres do Sertão* (2002), nos possibilita a compreensão sobre como as mulheres dessa região moldavam-se aos costumes impostos a elas em toda sua vida:

Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e em geral, morreram nas fazendas de gado. Não estudaram as primeiras letras nas escolas particulares dirigidas por padres e não foram enviadas a São Luís

---

<sup>16</sup>Miridam Knox Falci é graduada em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia (1957). Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). É pós-doutora pela renomada *Ecole des Hautes Etudes de Paris* (1995). É professora adjunta, aposentada da UFRJ. Atualmente é professora titular da Universidade Severino Sombra. É sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atua como pesquisadora, principalmente, sobre os seguintes temas: escravos; demografia, natalidade, mortalidade; Séc. XIX; história; gênero; história/cultura/ representações, cidade e província do Rio de Janeiro; escravidão; província de Minas Gerais; província do Piauí. Informações disponíveis em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783207U>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

para o curso médio, nem a Recife ou Bahia, como ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente aprendiam a ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia e francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, crochê, o matiz a costura e a música (FALCI, 2002, p. 251).

A partir desses pressupostos, podemos inferir que havia nitidamente um desequilíbrio desvantajoso para as mulheres referente às suas ações em relação às do homem. Para esse, a vida social era muito mais robusta de oportunidades em todos os sentidos, enquanto que para elas as restrições estavam estampadas em todos os aspectos de sua vida.

Desse modo, o homem nascera para mandar, conquistar, realizar. A mulher, por sua vez, nascera para agradar, ser mãe, promover um bom lar e desenvolver certo pudor natural (DEL PRIORE, 2012, p. 122).

Sobre as práticas amorosas, a forma de cortejar a pessoa amada, o discurso que circulava entre a pequena elite do Brasil oitocentista tinha como inspiração o romantismo francês que atribuía à mulher um *status* de ser celestial, santa, anjo e pureza virginal. E ao amor, uma experiência mística.

De acordo com Mary Del Priore<sup>17</sup>, destacada como uma das poucas investigadoras que se dedica ao estudo das práticas amorosas no Brasil, em seu estudo sobre a *História do Amor no Brasil* (2012), os apaixonados liam livros com temas que abordavam o sofrimento por amor, o estar perdidamente apaixonado, corações sangrando de dor pela paixão que atormentava.

No entanto, falar sobre questões amorosas não era fácil, tamanho era o respeito às normas sociais. No contexto do século XIX, o amor era considerado uma doença e havia penalidades para combatê-lo. Assim, as palavras de amor e afeto eram substituídas por condutas que não deixassem dúvidas sobre as intenções dos apaixonados.

Comportamentos como a troca de olhares, ruborização das faces, piscadelas, cochichos e acenos delinearão aspectos das práticas amorosas no Brasil que se tornaram fundamentais para a arte de amar. Atrevimentos como esses só eram possíveis quando as festas que

---

<sup>17</sup> Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Especialização na *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* (1993) e Pós-Doutorado pela mesma instituição em 1996. Atualmente é professora do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO/NITERÓI - e desenvolve pesquisa intitulada "Cultura, mentalidade e vida social no Rio de Janeiro do século XIX". Tem pesquisas na área de história colonial, história da cultura, história de gênero. Informações disponíveis em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785420J4>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

homenageavam os santos ou os concertos das igrejas permitiam a saída das mulheres da casa-grande.

O namoro no Nordeste, por exemplo, tinha dias e locais marcados. As festas comemorativas eram aguardadas com muito entusiasmo e ansiedade pelas moças e moços da região. A procissão era um dos momentos de encontros e reencontros, de olhares enviesados e de risadas indiretas.

Nessa ocasião, todo o cuidado era pouco, sob os olhares vigilantes dos pais, as jovens temiam serem descobertas com quaisquer sinais de interesse pelos galanteios ou paqueras que partiam dos rapazes.

Além disso, as missas e os saraus se constituíram como lugares privilegiados para o encontro de namorados ou até mesmo para o início de novos enlacs. Datas comemorativas como São João, Natal e Reis tornaram-se momentos estratégicos para que os jovens pudessem se encontrar depois das missas que até então eram o evento social mais importante para a sociedade dos oitocentos. Nas liturgias ocorria de um tudo, como discorre Del Priore:

Nela [missa], conversava-se com as jovens na frente de seus pais e os olhares trocados estabeleciam verdadeiros códigos secretos [...]. Só aí as mulheres aproximavam-se e até cochichavam algumas palavras com seus interlocutores. A religião encobria tudo. O mínimo gesto bastava para ser compreendido [...]. Se a dama resolvesse dar ouvidos ao suspiro enamorado, acabada a missa ela mandava uma mensagem por meio de sua escrava, determinando data e lugar para um encontro (DEL PRIORE, 2012, p. 123).

Conforme podemos observar, a missa era um local distinto para os encontros afetivos e um espaço para que as práticas amorosas pudessem ocorrer de forma mais aberta, mesmo diante de tantas restrições. Favoráveis à religião e ao amor, as igrejas recebiam os jovens que, fora a troca de olhares e os cochichos, raramente tinham a oportunidade de falar com a moça desejada.

As mulheres muito bem vigiadas, nessa ocasião, ficavam atentas aos códigos emitidos pelos rapazes, uma linguagem amorosa que só eles compreendiam. E entre beliscões e pisadelas, as práticas amorosas iam se desdobrando num espaço, aparentemente, incomum para esse tipo de ação, o que acabava chamando a atenção dos estrangeiros.

Nesse sentido, o viajante Carl Seidler relatou: “A igreja é o teatro habitual de todas as aventuras amorosas na fase inicial. Só aí é possível ver as damas, sem embaraços, aproximar-se discretamente e até cochichar algumas palavras.” (SEIDLER apud DEL PRIORE, 2012, p. 123). A religião encobre tudo; “enquanto se faz devotamente o sinal da cruz pronunciava-se, no tom da mais fervorosa prece, a declaração de amor.” (DEL PRIORE, 2012, p. 123).



Apesar da vigilância vigorosa sobre as filhas durante as missas, as mães também atentavam para os possíveis candidatos a genro, analisando as cifras e as fortunas familiares dos que se apresentavam nas liturgias. Um vocabulário próprio, relativo ao mercado matrimonial, fazia emergir termos condizentes com os objetivos dos pais: boas alianças, fortunas, aparência, manutenção dos patrimônios, manutenção da linhagem, enfim, era preocupação constante das famílias tornarem real a união dos filhos com todos esses substantivos.

Os modismos que vinham da Europa, principalmente da França, também influenciaram as práticas amorosas da elite no Brasil durante o século XIX. Os saraus, as quadrilhas, os pianos, charutos, óperas, canções em francês, formas de se vestir e de se comportar geraram comportamentos distintos entre homens e mulheres na forma de conquista. Tudo se copiava de Paris.

Joaquim Manoel de Macedo, em sua crônica *Memórias da Rua do Ouvidor* (1858), reconhece a importância da moda e dos costumes trazidos da França para o Brasil. Segundo ele, “nem uma [mulher] desde 1822 prestou-se mais a ir aos saraus, a casamento, batizados, festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da Rua do Ouvidor”.

Tanto no Sul como no Norte, os saraus eram muito comuns nas casas das famílias abastadas. Esses encontros se transformavam em locais perfeitos para possíveis contatos entre os jovens. Nessas reuniões se celebravam com cânticos e danças, principalmente, as festas Santas que comemoravam o Mês de Maria, Natal, São João e Reis.

Nos saraus também se dançavam quadrilhas e valsas. As moças demonstravam certos refinamentos nas artes do entretenimento, como tocar o indefectível piano<sup>18</sup> e cantar. De acordo com Samuel Albuquerque<sup>19</sup>, em *Nas Memórias de Aurélia* (2015), a preceptora alemã,

---

<sup>18</sup> Conforme Edinha Diniz (1984, p. 30), o Segundo Reinado representa a fase áurea da utilização do piano como instrumento musical. [...]. Sua expansão vertiginosa no século XIX deveu-se a vários fatores: desenvolvimento industrial dos países europeus produtores, crescimento da marinha mercante, notadamente dos centros produtores mundiais e conquista de novos mercados, sobretudo o latino-americano que se abria após as suas lutas de independência. Soma-se a isso a receptividade das populações colonizadas e o gosto pela imitação do que é, para as classes dominantes, “civilizado”.

Ao longo do século XIX, saber tocar um instrumento musical, em especial o piano, tornou-se imperativo para as meninas bem situadas socialmente. Além de introduzir certa disciplina corporal e ajudar a passar o tempo, saber tocar piano seria considerado, na vida adulta, sinônimo de refinamento cultural (HABNER, 2013, p. 67).

<sup>19</sup> Samuel Medeiros de Barros Albuquerque é professor da Universidade Federal de Sergipe - UFS e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE. Possui graduação em História, mestrado em Educação (UFS) e doutorado em História (UFBA). Tem experiência na área do ensino e pesquisa em História e dedica-se ao estudo da História do Brasil Oitocentista. É líder do grupo de pesquisa Sergipe Oitocentista (UFS/CNPq) e sócio de entidades como a Associação Nacional de História - ANPUH e a Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos - SEO. Informações disponíveis em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4735565Z6>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

Ina Von Binzer, descreveu suas impressões acerca da fixação das elites brasileiras de possuírem esse tipo de instrumento musical:

[...] as famílias introduziam o piano no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privativo de sociabilidade que tornará visível, para os observadores selecionados, a representação da vida familiar (ALENCASTRO apud ALBUQUERQUE, 2015, p. 28).

Edinha Diniz (1984) revela que o piano configurou-se na sociedade brasileira dos oitocentos como um instrumento que balizou certas funções sociais. Verdadeiro símbolo de distinção entre as camadas sociais e indicador de status social. “Além de instrumento musical, o piano se tornou sinal de refinamento e cultura. Era também confidente, passatempo, prenda doméstica e dote de casamento, vaidade aristocrática e pasmo caipira, empate de capital e fonte de renda, agente terapêutico e tormento dos neurastênicos [...]” (REZENDE, 1970, p. 10).

Mas, os acordes do piano, além de se configurarem como objeto de prestígio social, segundo Del Priore serviam também para impressionar o sexo masculino, além de exibir a moça casadoira para o futuro pretendente. Os saraus se transformavam, assim, em espaços de sedução onde as jovens podiam exibir todos os seus encantos e habilidades para atrair um pretendente.

No momento dos saraus, os jovens tinham a chance de tocarem-se na hora da dança, sentir o perfume um do outro. Isso era o máximo da intimidade que poderiam ter naquela ocasião. Tanto a música como a maneira de dançar podiam traduzir sentimentos e possivelmente afetos e gestos amorosos entre os amantes. Assim, entre a devoção e a distração, os saraus serviam para mostrar, sutilmente, o que não podia ser vivido de maneira mais direta pelos apaixonados.

Para além da satisfação dos jovens de se encontrarem mais de perto, Falci avalia que ao propiciarem festas e saraus em suas casas, os pais estavam, de certo modo, cogitando a manutenção e o fortalecimento dos laços de amizade com as famílias ricas da sociedade local, assim como do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas. Dessa forma, muitos casamentos acertados se realizaram entre as famílias de elite do Norte do Brasil, a exemplo do Piauí.

No entanto, no Sul do Brasil, nesse mesmo contexto histórico, os jovens não precisavam esperar por um convite para ir a um sarau e ter a oportunidade de ver seus pretendentes. Havia festas promovidas pelos diretórios da Faculdade de Direito e clubes

familiares, como o da Concórdia Paulistana em São Paulo (BORGES, 2012 p. 62-63), que promovia muitos bailes, e muitas moças podiam comparecer sem nenhum constrangimento ou medo de manchar a sua reputação.

Nos bailes, era inevitável que a sedução feminina fosse posta em prática, uma vez que romances poderiam ser iniciados a partir de uma contradança. Nos salões em que se promoviam os bailes, as mulheres solteiras deveriam exibir uma beleza virginal e uma imagem de santa. Ademais, modéstia, obediência e castidade faziam parte do jogo de sedução feminino de aproximação entre os sexos.

Dentre o vastíssimo acervo de missivas, que utilizou como fonte para a sua pesquisa sobre a vida de mulheres pertencentes às famílias abastadas de São Paulo e Minas Gerais, Urquiza Maria Borges<sup>20</sup>, em seu livro *As Peripécias da Fortuna: cotidiano feminino, século XIX e XX* (2012), descreve alguns trechos das cartas que o poeta Álvares de Azevedo enviou para a mãe dele no período em que estava na cidade de São Paulo para cumprir os semestres letivos na Faculdade de Direito.

Os detalhes das cartas de Álvares de Azevedo revelam um pouco do cotidiano das moças paulistanas que frequentavam os bailes dos Clubes da cidade, fazendo-nos perceber o comportamento diferenciado – frequentar bailes sem o acompanhamento de um homem da família, além de conversar livremente com os rapazes - que elas possuíam em relação às moças da região Nordeste, por exemplo, significando, possivelmente, uma novidade ou sinal de avanço.

Maria Isabel de Alcântara Brasileira, condessa de Iguaçu, filha da Marquesa de Santos e a Belisária, da família mineira Soares de Sousa, eram as rainhas do baile com uma diferença: que a Belisária com a simplicidade de seu traje estava mais bonita que a Maria Isabel, com a sua riqueza de jóias e sedas (AZEVEDO, 1976, p. 87 apud BORGES, 2012, p. 63).

Alfred D'Escragnolle de Taunay, através de cartas, também salienta o modo como as jovens da cidade de Campinas se comportavam, enfatizando a distinção entre elas e as jovens de São Paulo:

Em Campinas reina uma comunicabilidade extraordinária, sobretudo se lembrarmos que em São Paulo há uma tendência forte ao retraimento [...].

---

<sup>20</sup>Urquiza Maria Borges é mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (1980) e doutora pela Escola de Comunicação e Artes (1996), ambas as instituições da Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da UNESP. A partir das fontes utilizadas por essa autora em seu estudo, percebemos a sua aproximação com a Nova História, no momento em que deixa claro na introdução de sua obra as afeições que possui com as características dessa corrente, bem como materiais que utilizou para o desenvolvimento de sua pesquisa como: inventários, cartas, relatos, jornais, biografias e entrevistas.

As moças daqui são muito amáveis, conversam animadamente [...]. Há aqui muitas moças agradáveis e dadas com quem constantemente nos encontramos nas festas e dançamos (TAUNAY apud BORGES, 2012, p. 180).

Apesar da certa liberdade das moças de elite da sociedade paulistana, havia quem não apreciasse o comportamento de mulheres que iam com frequência aos bailes, andavam nas ruas desacompanhadas ou que empregavam seu tempo dedicando-se aos estudos.

Guilherme Schuch de Capanema<sup>21</sup> foi um desses homens que, segundo Borges (2012), era um exemplar típico das elites conservadoras, inseridas na dupla moral, dominado pela tradicional política de gênero. Ao passo que apoiava e achava de direito as escapadas furtivas dos maridos, reprovava a conduta das mulheres que empregassem os mesmos meios para buscar o prazer.

Além dos bailes, outro local de paquera entre os jovens, no período dos oitocentos, era a janela. Ela era a mediadora dos olhares, dos recados, das declarações de amor, das serenatas e de todo e qualquer tipo de manifestação onde os amantes pudessem observar e serem observados, pelo menos por um instante.

A janela era um meio de comunicação entre a casa e a rua e um local onde o amor tentava suas conquistas. A performance que era executada pelo casal para o desdobramento da paquera se dava de forma homogênea. Enquanto a moça se debruçava na janela para ouvir o admirador fazer suas declarações de amor, esse se posicionava em frente à janela e iniciava a declamação de poemas românticos. Sem se importar com os transeuntes, o jovem ficava, por algum tempo, postado na rua, em meio ao vai e vem das pessoas e do barulho que vez por outra interrompia sua atuação.

No caso de Emilia e Joaquim, a performance entre os dois era expressa apenas através dos olhares. Longe dos olhos de seu pai, por meio da janela de sua casa, Emilia conseguiu, diariamente, corresponder-se com Joaquim e, sem perder tempo, ia postar-se à janela, onde via passar “um moço elegantemente vestido, de olhos grandes e negros, de bela aparência que, sorridente e feliz, a cumprimentou cheio de satisfação, e ela, também, embora nervosa e

---

<sup>21</sup> Guilherme Schuch de Capanema era engenheiro e físico, nasceu em Antonio Pereira, Minas Gerais e morreu no Rio de Janeiro em 1908. Formou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde foi professor. Entre suas atividades, foi pioneiro da eletricidade no Brasil, fundador e diretor do Telégrafo Nacional (1852-1889), reorganizador da fábrica de pólvora de Estrela e da fábrica de ferro do Ipanema. Participou da Comissão Científica de Exploração (1858) e da Carta Itinerária do Império (1871). Chefiou a Comissão Científica de Exploração do Sistema Métrico e instalou as primeiras estações meteorológicas no Brasil. Foi fundador da Sociedade Brasileira de Estatística e do Instituto Politécnico Brasileiro (Nova Cultural, 98, Grande Enciclopédia Larousse Cultural, p. 1135).

tímida, ficou radiante.” (FONTES, 1948, p.18). Foi dessa forma, vendo-se diariamente, sem uma só palavra, que o amor entre Emilia e Joaquim foi crescendo.

Apesar de a janela se tornar um meio para diminuir a distância entre os casais enamorados, Joaquim não se contentava em ver Emilia apenas de longe. Ele admitiu que possuía o desejo de vê-la de perto e lhe apertar a mão. Ainda que Emilia aparecesse na janela quase todos os dias para ver seu amado passar, o tempo em que os dois permaneciam visíveis um ao outro não era suficiente para satisfazer o desejo deles.

Joaquim constantemente se sentia aflito ao ter que passar pela casa de Emilia sempre com o passo apressado, para evitar que alguém desconfiasse que os dois mantinham um relacionamento amoroso. Dessa forma, resignava-se com sua amada: “Não é bastante o acanhamento enorme que me comprime a alma, ao passar quatro ou cinco vezes por sua casa, para vê-la, como um meteoro, um relâmpago, na carreira em que passo?”<sup>22</sup> (FONTES, 1948, p. 22).

No entanto, nem todo pai permitia à filha se debruçar sobre a janela para olhar a rua. Segundo Samuel Albuquerque (2015, p. 29), a janela era um local proibido para as filhas do Barão da Estância<sup>23</sup>, Aurélia e Anna, no que era cegamente obedecido por elas.

Essa proibição tinha como objetivo impedir que as filhas contraíssem algum tipo de enlace amoroso, pois “longe das janelas elas estariam protegidas dos cortejos de jovens e senhores que transitavam pelas ruas, espaços por eles dominados.”(ALBUQUERQUE, 2015, p. 29).

No Norte, os piqueniques organizados sob árvores frondosas também fizeram parte da lista de estratégias dos jovens para conseguirem um enlace. Nessas ocasiões, os irmãos das jovens solteiras, que normalmente estudavam em outras cidades, traziam seus amigos, estudantes de direito do Recife ou de Medicina da Bahia, para passar as férias de julho ou de fins de ano em suas fazendas.

Os encontros diários com os hospedes, “os passeios a cavalo, os banhos de rio e açudes, faziam parte da vida da menina rica do sertão, propiciando, algumas vezes, amizades e namoros entre os jovens.” (FALCI, 2002, p. 258).

A partir da segunda metade do século XIX, ocorreram transformações econômicas e de costumes, sobretudo na região Sul do Brasil. O crescimento das áreas urbanas e,

---

<sup>22</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 23 de junho de 1890.

<sup>23</sup> Comendador Antonio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância (1822-1904) foi vice-presidente da província de Sergipe e líder do Partido Liberal. Era casado em segundas núpcias com Lourença de Almeida Dias Mello e pai das jovens Aurélia e Anna, que contavam com 15 e 11 anos de idade, respectivamente (ALBUQUERQUE, 2015, p. 19).

consequentemente, a ampliação dos espaços de socialização, tornaram os passeios pelos logradouros das cidades uma constante, especialmente, após a instalação do lampião a gás em 1860. E o *flirt*<sup>24</sup>, como uma forma de manifestação de sentimento, era feito, ali mesmo, nas ruas de cada cidade.

As excursões pelas ruas, como a do Ouvidor na capital do Império, Rio de Janeiro, viraram práticas frequentes entre as jovens. Com o pretexto de observar as vitrines das lojas, as moças desfilavam nas alamedas seguidas pelos olhares masculinos que as observavam com os olhos regozijantes de emoção. Samuel Albuquerque afirma que:

Aos poucos, as ruas deixavam de ser lugares incomuns às mulheres e surgiam, nas principais cidades brasileiras, espaços públicos adequados para que elas circulassem – teatros, museus, passeios públicos, jardins botânicos e zoológicos, ruas dotadas de ateliês e lojas especializadas em artigos de luxo etc (ALBUQUERQUE, 2015, p. 37).

Desse modo, os espaços de contato entre os jovens enamorados foram se ampliando e os teatros, que se multiplicaram durante o Segundo Reinado, também possibilitavam os namoros à distância. Os olhares insinuantes por sobre os leques, o barulho das longas saias de tafetá e sedas entre as paredes dos camarotes dos teatros e o rubor das faces que respondia aos olhares insinuantes perfaziam novos códigos amorosos, tecendo, dessa forma, aspectos fundamentais para a arte de cortejar e seduzir no Brasil durante o século XIX.

Portanto, podemos concluir que a vida das mulheres do século XIX, no Brasil, era controlada por normas e regras de sociabilidade. Os seus destinos já eram traçados assim que nasciam. Elas eram criadas para serem boas filhas, esposas, mães e mantenedoras dos vínculos afetivos e sociais. Apesar de o comportamento das mulheres variar de uma região para outra no Brasil, as imagens usadas para defini-las não deixam dúvidas quanto às posições sociais que elas ocupavam. Dessa maneira, vivendo sob vigilância constante da família, as mulheres tinham o dever de manter uma boa conduta, conservando e transferindo para suas filhas os costumes impostos a elas em toda sua vida.

As questões amorosas não eram fáceis para a mulher, uma vez que a elas eram proibidas quaisquer expressões de desejos. No século XIX, no Brasil, o desejo sexual feminino era considerado uma doença e associado à histeria. Havia médicos que concluíram que a histeria era resultado da dominação do cérebro pelo útero ou ainda que a excessiva

---

<sup>24</sup> Segundo Mary Del Priore, o termo *Flirt*, aparece no Brasil no início do século XIX para designar amores mais ou menos castos (DEL PRIORE, 2012, p. 135).

busca pelo prazer tornava a mulher uma péssima dona de casa. Desse modo, a mulher que sentisse desejo ou prazer sexual era inevitavelmente anormal (DEL PRIORE, 2014, p. 90).

Contudo, o namoro ou a paquera tinha dias e locais marcados para acontecer. As missas, os saraus, os piqueniques e os bailes de faculdades e de clubes se constituíram como lugares privilegiados para o encontro de namorados ou até mesmo para o início de novas relações afetivas.

Esses eventos se transformaram em locais perfeitos para possíveis contatos entre os jovens. Além disso, a mulher tinha a possibilidade de pôr em prática o seu poder de sedução, uma vez que romances poderiam ser iniciados a partir de uma contradança.

Com o crescimento das áreas urbanas, a partir da segunda metade do século XIX, houve uma ampliação dos espaços de socialização. Os passeios pelos logradouros das cidades tornaram-se frequentes e as mulheres passaram a ter um pouco de liberdade nos raros momentos de diversão que tinham pelas ruas dos grandes centros, propiciando, dessa forma, novos códigos amorosos que se tornaram fundamentais na arte de cortejar e seduzir no Brasil durante o século XIX.

## **1.2 Casamentos nas elites brasileiras no século XIX: normas, escolha do cônjuge e a prática do dote**

O casamento, um dos sacramentos instituídos pela Igreja Católica, é compreendido como sendo um contrato com vínculo perpétuo e indissolúvel, pelo qual o homem e a mulher se entregam mutuamente. Na visão da Igreja, o casamento foi ordenado seguindo três princípios: o da propagação humana, fé e lealdade e a inseparabilidade (VIDE, 1853, p. 107).

Com o intuito de manter a indissolubilidade do casamento, as escrituras do Livro I das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)<sup>25</sup>, da autoria do Reverendo D. Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722), tinham como fim instruir, em especial os clérigos,

---

<sup>25</sup>As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia é um documento composto por cinco livros que regravam a vida religiosa dos moradores no período colonial e imperial, que objetivava divulgar e adequar os dogmas estabelecidos pela Madre Igreja no Concílio de Trento (1545 – 1563) às peculiaridades das terras brasileiras. A Igreja Católica procurava assim universalizar suas normas para o casamento e a família. Mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas (DEL PRIORE, 2013, p. 10). O Livro I desse documento, contém 65 artigos que tratam de regras que apresentam o modelo de casamento aceito pela Igreja. Desse modo, o casamento surge como elemento normatizador por excelência das relações sociais e divisor de águas entre a sexualidade lícita e a ilícita. As diferenças de gênero, de posições sociais e de etnia vão aparecer, a partir das normatizações, como aspectos constitutivos da maneira de ver o mundo da época (PIMENTEL, 2007, p. 31).

para as ordenações dos matrimônios e os casais para a vivência de um sólido casamento, prescrevendo as formas legítimas de se contrair matrimônio.

Dentre as imposições indicadas nesse documento, estão as que podiam anular um casamento. Destacamos três delas:

**Erro de pessoa** – quando o nubente se casa com alguém diferente do nubente acordado – [trocando em miúdos, quando a moça não aceita o pretendente escolhido pelo pai e ela própria seleciona o rapaz do seu agrado e se casa com ele, a contragosto da família. Nesse caso, a Igreja Católica não reconhece a união]. **Rapto** – quando alguém furta uma mulher contra sua vontade, ou ainda que ela consinta, contrariando a vontade dos pais; ou quando a tem em seu poder por intenção de casar com ela e **Ausência do pároco e de duas testemunhas** para a celebração do casamento (VIDE, 2007, p. 116-119, grifo nosso).

Os códigos morais<sup>26</sup> criados pela Igreja Católica permitem-nos avaliar que o casamento era uma proposta que visava manter a ordem das práticas amorosas da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a partir do discurso moral defendido pela Igreja Católica, quando se tratava do “erro de pessoa”, é aparente que o casamento estava sendo considerado como um contrato mútuo entre um homem e uma mulher e que, apesar de ser legitimado pela Igreja, tinha como fim atender aos interesses particulares dos familiares envolvidos.

Para alcançar tal objetivo, “os párocos tinham como obrigação instruir seus consortes a adequarem seus interesses particulares às normas canônicas, visto que estavam prestes a contrair um sacramento.” (SILVA, 2009, p. 4).

A Igreja Católica considerava o casamento uma instituição indissolúvel e aquele que ousasse rompê-lo poderia estar cometendo uma arbitrariedade. Aos olhos da Igreja, a manutenção de uma boa família dependia do respeito e da fidelidade que a mulher deveria, por obrigação, prestar ao marido, independente de qualquer circunstância.

Assim, a interferência da Igreja nos matrimônios foi uma arma importante para gerenciar as relações conjugais, além de garantir a sua superioridade e o poder espiritual diante da sociedade. De acordo com Ronaldo Vainfas:

A reforma gregoriana, projeto de construção da supremacia eclesiástica no Ocidente, possuía, na estratégia matrimonial, um dos seus maiores pontos de apoio. E dela constava o reconhecimento e a benção do matrimônio para os

---

<sup>26</sup> As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia refletiram a ideologia dominante até o século XIX e vigoraram até a chegada da República, em 1889, quando foi implantada a Constituição Civil (DIAS; OLIVEIRA, 2015, p. 25-29).



leigos e a supressão absoluta do casamento de padres. Era esta uma fórmula de compromisso com a doutrina – particularmente com a moral apostólica e o ideal de castidade – e, também, um instrumento de poder, na medida em que transferia o matrimônio para a chancela da Igreja. Era esta ainda uma fórmula capaz de representar, no plano simbólico, a superioridade do clero no “mundo de Deus” [...]. Ao clero, homens do mundo espiritual, deveria caber a castidade e o poder. Aos leigos, homens do mundo profano, caberia o matrimônio e a obediência (VAINFAS, 1992, p. 34).

Nesse sentido, até o século XIX, os casamentos, que para a Igreja serviam de instrumentos de regularização dos comportamentos, eram, também, um negócio realizado entre as famílias dos jovens. De preferência, a união matrimonial tinha que ser celebrada entre famílias que ocupassem o mesmo nível social e financeiro, para que, dessa forma, elas pudessem somar as suas fortunas e mantê-las no mesmo círculo patrimonial.

O amor conjugal não se estabeleceu como atributo importante para o casamento, só florescendo entre o casal com o passar do tempo, haja vista ter sido muito comum os noivos só terem o primeiro contato no dia do casamento. Sendo assim, a união entre homens e mulheres não partia de um sentimento comum entre os dois.

A mulher, quando casada, era orientada a deitar-se com seu marido e praticar o “sexo lícito” apenas com a finalidade de procriação, verdadeiro e único intuito do matrimônio. Pequenos gestos de carinho e afeto, como um beijo ou uma carícia, eram considerados, pela Igreja, como comportamentos indecentes e perigosos, constituindo-se em pecados graves.

No que diz respeito à prática judiciária, havia a instituição de rigorosas punições para as mulheres que transgredissem as normas. A depender da desobediência, o crime poderia ser assimilado à prostituição.<sup>27</sup> Ao contrário dos homens, sempre que procuravam o prazer por iniciativa própria, sem a participação dos maridos, as mulheres sofriam castigos maiores do que os dos homens, sobretudo no tocante à masturbação e ao adultério (VAINFAS, 1992, p. 76).

Dessa forma, para a mulher a única alternativa era submeter-se às vontades do seu marido, sujeitando-se a todo tipo de infortúnio na relação conjugal, inclusive o de não sentir desejo sexual pelo seu próprio esposo, como ressalta Del Priore:

O desejo sexual constituía-se em um direito exclusivo do homem, cabendo às esposas a submissão e a virtude. O esforço de adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, sobretudo a feminina, afinava-se com os objetivos do Estado Moderno e da Igreja, em tornar a relação entre os sexos

---

<sup>27</sup> No caso de a mulher ter relações sexuais com outro homem, senão o marido, ela seria julgada pelo crime de prostituição.

mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando as infrações que o pudessem perturbar (DEL PRIORE, 2012, p. 30-31).

Numa relação desigual, as mulheres, além de terem a obrigação de se portarem com integridade, para não mancharem a honra e o prestígio dos maridos, tinham de ser tolerantes quanto às traições sorrateiras que eles cometiam. As mulheres não tinham nenhum controle sobre as peripécias sexuais dos maridos, nem mesmo sobre as que ocorriam dentro da própria fazenda, com as escravas, e muito menos fora dela.

Havia quem acreditasse que se a mulher fosse casada com um poeta ou homem das ciências deveria honrar-se por isso e respeitar a necessidade de liberdade e solidão do marido. Era o que pensava o engenheiro Capanema.

Capanema acreditava que todos os homens tinham o direito de gozar de todas as oportunidades da vida luxuriosa que o mundo oferecia, mas era rigoroso em sua opinião acerca das mulheres que desrespeitassem as normas. Ele se correspondeu por diversas vezes com Gonçalves Dias por ocasião de sua amizade com o poeta, dando-lhe conselhos sobre sua vida matrimonial com Olímpia Coriolano da Costa<sup>28</sup>

Na ocasião das escritas das cartas, Capanema se mostrava intolerante quando confessava achar Olímpia uma mulher ciumenta, geniosa, além de ser um obstáculo para a felicidade do amigo e que ela deveria ser tolerante e discreta em relação aos amores do marido (BORGES, 2012, p. 108).

A postura masculina em torno do papel da mulher, de se manter transigente e passível às atitudes de traição do marido, está clara na fala de Capanema quando realiza a tarefa de aconselhar o amigo Gonçalves Dias sobre a relação conjugal conturbada que mantinha com Olímpia:

O homem de letras e de ciências é o frade em todo vigor da sua criação; se ele tivesse o convento em que reunisse o material para ocupar o espírito, seria a instituição a mais bela e respeitável do mundo, mas essas condições não se podem reunir em um só ponto e ele torna-se o frade peregrino; a mulher que o quer acompanhar deve respeitá-lo e nunca pôr entraves no seu caminho [...] (CAPANEMA apud BORGES, 2012, p. 104).

---

<sup>28</sup> O casamento de Gonçalves Dias com Olímpia se deu após a rejeição de D. Lourença ao pedido de casamento dele a sua filha, Ana Amélia. O poeta, fragilizado com a não aceitação do seu pedido, aceita fazer a corte à Olímpia. Capanema considera Olímpia um entrave para a felicidade do amigo e enfatiza em tom grosseiro, que haveria ter sido melhor se Olímpia tivesse morrido antes de conhecer Gonçalves Dias. Esse sentimento se deu por conta da saúde frágil de Olímpia que vivia sempre adoentada. A infelicidade do poeta por não ter casado com Ana Amélia, que foi “a sua paixão de toda a vida” “fizeram [Sic] dele” uma presa fácil para as “manobras” de Olímpia (BORGES, 2012, p. 98).

Nessa perspectiva, o homem, sexo forte e dominador, tenta tornar a mulher um ser distinto, não comparado a ele em nenhum aspecto. Ele considera a mulher um ser frágil que deve ser tratada como uma criança e se apóia nessas características para fortalecer o seu poder dominante.

Assim, as diferenças dos papéis conjugais entre homens e mulheres foram alvo das observações de estrangeiros, como a professora francesa Adèle Toussaint-Samson, que ressaltou: “quando o brasileiro volta da rua, reencontra no lar uma esposa submissa [...]. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa [...]” (SAMSÓN apud DEL PRIORE, 2014, p. 73).

Embora a mulher fosse considerada, para o homem, um ser inferior, as famílias levavam em conta, para a consolidação dos matrimônios, além do nível social, fatores de outras ordens. Dessa forma, como aponta a historiadora Eni de Mesquita Samara<sup>29</sup> (1988), as estratégias de casamento entre as famílias de elite em São Paulo estavam amparadas em critérios de seleção que levavam em consideração, além da riqueza, outros fatores significativos como a raça, ocupação, origem e religião. Essa tese é reforçada por Habner:

Apesar de celebrado como um sacramento nos rituais da Igreja Católica, o casamento entre pessoas de elite era de fato concentrado nas questões de propriedade e do prestígio social. As famílias buscavam evitar casamentos com “mistura racial”, assim como aqueles com desigualdade de “berço”, honra e fortuna entre os noivos precavendo-se contra uniões que produzissem herdeiros inconvenientes, indesejáveis (um bom número de homens formava “segundas famílias” com concubinas, mas os filhos não

---

<sup>29</sup>Eni de Mesquita Samara, foi professora Titular do Departamento de História da USP, presidente da Associação Nacional de História (Anpuh) e do Museu Paulista da USP. Também foi diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal), ao qual imprimiu grande dinamismo. Organizou um arquivo de fontes primárias relacionadas especialmente a temas da história da população, assim como promoveu a publicação de boletins, revistas e coleções de textos com os resultados de eventos do Cedhal e de vários projetos sucessivos que comandou. É considerada por seus pares como pioneira na área de demografia histórica brasileira (sua dissertação de mestrado foi defendida em 1975), dedicou-se ao estudo da família e das relações de gênero desde a década de 1970. Suas pesquisas sempre revelaram inclinação e talento notável para lidar com fontes primárias, manuscritas e impressas, bem como aquelas passíveis de quantificação. Suas publicações nesse campo são relevantes, desde a coletânea *As ideias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*, de 1997, até livros de divulgação como, por exemplo, *A família Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1983; *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1989; *Família e grupos de convívio*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1989; *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. São Paulo: Humanitas, 1999; *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*, Bauru: Edusc, 2003 e *O papel agregador na região de Itu (1780-1830)*. São Paulo: Museu Paulista, 1977. Como conferencista e professora, foi convidada por diversas universidades americanas, europeias e asiáticas. Publicou muitos capítulos de livros no exterior, dentre os quais se destaca "*Historia de las mujeres em España y América Latina III*", de 2006. Informações disponíveis em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882011000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200002)>. Acesso em: 06 abr. 2016.

podiam herdar o status e as propriedades de seus pais do mesmo modo que os filhos tidos com a esposa legítima).

Com considerações econômicas e políticas prevalecendo sobre o amor romântico, os filhos de classe alta tinham individualmente pouca ou nenhuma margem de escolha sobre seus parceiros matrimoniais. Para as moças as restrições eram ainda maiores (HABNER, 2013, p. 48-49).

A união servia, também, para dar estabilidade e *status* a membros de famílias abastadas, fundar ou ampliar os negócios. Nas áreas rurais, por exemplo, o objetivo de os familiares dos nubentes agregarem terras, escravos e animais como parte de um único patrimônio, era motivo para a “comercialização” dos filhos, haja vista o interesse que os pais possuíam em aumentar seus patrimônios, sacrificando, muitas vezes, os sentimentos dos jovens.

Nesse sentido, ao considerara união matrimonial como resultado de estratégias<sup>30</sup>, Bourdieu ressalta que os casamentos arranjados podem ser entendidos como trocas, intercâmbios materiais e simbólicos onde o patrimônio tem lugar de destaque. Dessa forma, Bourdieu entende que os recursos que uma família dispõe para o casamento de cada um de seus membros dependem da posição que cada intercâmbio ocupa na história matrimonial de cada família (BOURDIEU, 1972 apud PISCITELLI, 1990, p.7).

Desse modo, os intercâmbios são uma continuidade, uma vez que são influenciados por outros já realizados em gerações anteriores e que fazem parte de uma tradição familiar (PISCITELLI, 1990, p.10).

Mesmo com a tradição de se arranjar casamentos para os filhos, era habitual que algumas moças de famílias abastadas permanecessem solteiras para evitar casamentos com desiguais. Nessa condição, a família por muitas vezes as enviava para um convento.

Assim, o futuro dos filhos era determinado pelos pais e a união dos patrimônios era mais importante do que a própria felicidade do casal. A legalização das uniões dependia do consentimento e autorização do pai, cuja autoridade era legítima e incontestável. Dessa forma, muitos casamentos se concretizaram sem, ao menos, os nubentes terem se comunicado ou se visto. Nesse sentido, aos noivos não sobravam escolhas, principalmente para a moça:

---

<sup>30</sup> A noção de estratégia empregada por Bourdieu tem como primeira virtude notar as coações estruturais que pesam sobre os agentes. E as vezes a possibilidade de respostas ativas a essas coações. Como indica a metáfora do jogo, em grande medida essas construções estão inscritas no capital disponível, ou seja, na posição que certa unidade ocupa na estrutura e da distribuição desse capital e, portanto na relação de forças com outras unidades. Desse modo, para Bourdieu, as estratégias matrimoniais devem assegurar a reprodução biológica do grupo sem ameaçar sua reprodução social mediante casamentos desiguais, além de manter o capital social através de alianças com grupos equivalentes em todos os aspectos sociais (BOURDIEU, 1993, p. 34-37).

A noção de que a conquista e o galanteio tinham de partir do rapaz, a certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível em um mercado matrimonial relativamente restrito pelos pais, impunha à mulher a condição de aceitar com resignação o par imposto pela família (DEL PRIORE, 2012, p. 143).

Dessa forma, a mulher tinha uma participação mais que direta na acumulação de riqueza das famílias, o aumento do patrimônio era o maior objeto de desejo entre elas. De acordo com D’Incao (2002, p. 229), o casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status*.

Além disso, toda a rigidez da educação e vigilância dos pais sobre as moças eram vistas como mecanismo existente para a manutenção do sistema de casamento, que envolvia não só alianças políticas como também econômicas. Como podemos perceber, a escolha do futuro marido estava presa a interesses de classes.

Algumas uniões arranjadas pelos pais resultaram em casamentos prematuros de mulheres, pois desde o século XVI, no Brasil, a virgindade era muito valorizada e, dessa forma, as famílias preocupavam-se em casar as filhas bem cedo, com temor de que perdessem a pureza. Ter filha solteira aos quinze anos de idade dentro de casa gerava preocupação, de tal modo que os pais logo se encarregavam de recorrer aos santos casamenteiros realizando promessas a Santo Antônio ou a São João.

Nas famílias de elite do Sudeste do Brasil, os casamentos precoces eram combinados logo que as crianças nasciam. Desse modo, Maria Luiza, aos quinze anos de idade, casou-se com Capitão Francisco José de Camargo Andrade, dono da fazenda Sertão, São Paulo, e amigo do seu pai. Segundo Borges (2013, p.257), “presume-se que Maria Luiza não tenha sido consultada sobre o consórcio, acatando, assim, a vontade do pai em mais um casamento de conveniência.”

Outro caso de matrimônio precoce em São Paulo foi o de Veridiana Prado que se casou aos treze anos de idade com seu tio Martinho que tinha vinte e sete anos. Aos quinze anos teve seu primeiro filho (BORGES, 2013, p. 268).

O tipo de homem escolhido pelos pais para casarem suas filhas é descrito por Freyre (2004) com posições sociais bem quistas, mas perfis não muito atraentes. Normalmente os homens selecionados para as filhas eram bacharéis de bigodes lustrosos de brilhantina, rubi no dedo e experientes na vida política. Negociantes portugueses gordos que exibiam luxo e riqueza com seus grandes brilhantes sobre a camisa, nos punhos e nos dedos. Oficiais médicos, senhores de engenho. Enfim, tinha para todos os gostos, bastava apenas a escolha do pai.

Essa prática do casamento precoce das mulheres continuou até meados do século XIX, pois nessa época ainda eram comuns os casamentos de homens mais velhos com meninas de quinze anos. No Nordeste, a ideia de casar a menina logo cedo era expressa em cantigas folclóricas, cujas letras indicavam a importância de a virgindade da mulher ser colhida desde a mais tenra idade:

Meu São João, casai-me cedo, Enquanto sou rapariga, Que o milho rachado tarde, Não dá palha nem espiga.  
Minha mãe, nos casa logo, Quando sou rapariga: O milho plantado tarde, Nunca dá boas espigas (FREYRE, 2004, p. 430).

A importância dada à virgindade da mulher estava no fato de aquela ser considerada de valor supremo para o casamento. Assim, o noivado curto, que nem sempre sucedia ao namoro, era acompanhado de poucas e às vezes nenhuma aproximação entre o casal, pois impedir o contato frequente evitava um possível desvirtuamento dos preceitos religiosos, e o que poderia ser pior, o contato sexual antes do casamento. A castidade era premissa fundamental para que o casamento fosse realizado.

O casamento das mulheres de elite do sertão nordestino foi, antes de qualquer coisa, um compromisso ou um acordo entre as famílias. Além do mais, aquelas mulheres se casavam sob forte recomendação e cuidado de toda a sociedade. Até os 25 anos deveriam estar matrimoniadas, caso contrário, seriam consideradas “moças-velhas” (FALCI, 2002, p. 259).

Inquestionavelmente, em alguns casos não havia liberdade para escolher com o coração e os destinos das meninas continuavam sendo socialmente traçados pelas famílias. Tão logo a garota fazia corpo de mulher, os pais já planejavam suas bodas com o filho de algum parente, compadre ou político de grande reputação (DEL PRIORE, 2012, p. 143).

Assim, quando a filha completava 12 anos de idade, a mãe preocupada, iniciava a confecção do seu enxoval de casamento. As peças eram produzidas com tecidos de linho e caprichosos bordados. A mãe, também, iniciava uma sessão de aconselhamentos à filha, com o intuito de “convencer a jovem sobre a valorização do matrimônio e ao mesmo tempo imprimir uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade.” (FALCI, 2002, p. 256).

Habner (2013) nos informa que para o casamento, além do enxoval, era de fundamental importância que a noiva possuísse um dote.<sup>31</sup> O casamento propiciava ao marido

---

<sup>31</sup> A palavra dote, de origem latina, expressa os bens que uma noiva ou noivo leva para o casamento. No Brasil, entraram como dote escravos, terras e animais de criação. Entre as noivas mais pobres, até mesmo sacos de

um dote ofertado pelo pai da noiva, além de outras doações realizadas pelos seus parentes, como escravos, terras, apólices bancárias e dinheiro ou outras formas de riqueza que de algum modo garantissem à noiva o enlace tão esperado. Uma vez que a donzela não apresentasse tal artifício, provavelmente seria excluída de determinadas redes sociais e ainda seria consumida pela angústia de ficar solteira.

O dote foi uma criação europeia trazida pelos portugueses ao Brasil no início da colonização. As leis e costumes lusitanos constataavam que seriam deveres do pai: alimentar, cuidar e dotar uma filha, o que só não ocorria em casos de limitação de recursos financeiros pela família da nubente (MUAZE, 2006, p. 110).

De acordo com as leis vigentes no Brasil, até a segunda metade do século XIX, o dote era considerado um adiantamento da herança da família para a filha legítima que contrairia matrimônio. Os maridos que recebiam os dotes tinham o “poder marital” sobre tais heranças. Eles eram encarregados de administrar os bens da esposa, mas, por muitas vezes, eles destruíam toda a fortuna. Ainda assim, a mulher era proibida de transferir seus bens, não podendo hipotecá-los ou vendê-los.

Em Sergipe, na segunda metade do século XIX, de acordo com Emmanuel Franco (1976, p. 681), o dote era uma prática comum e os casamentos continuavam a ser verdadeiros negócios. Porém, um novo dado sobre a prática do dote em Sergipe nos chamou a atenção: a participação do pai do noivo oferecendo, também, dote para o casamento.<sup>32</sup> Segundo Franco, o ritual ocorria no dia do pedido de casamento:

O meu avô, Francisco do Prado Pimentel Franco, filho de João Gonçalves do Prado Franco, proprietário do engenho Flor da Roda, em Laranjeiras, e Maria Lídia Santos Silva, do engenho Jacu, em Laranjeiras, vizinhos ou próximos. Ele com 18 anos e ela com 13 anos. Os pais foram acertar o casamento. Pergunta João Gonçalves ao português Manoel dos Santos Silva, proprietário do engenho, pai de Maria Lídia: “O que você dá para casar o meu filho com a sua filha?”. Respondeu Manoel dos Santos Silva: “Eu dou o Jacu que você deu a sua filha quando foi casar”. Retrucou João Gonçalves: “Eu dei quatro contos em terra e quatro contos em escravos”. “Está feito o negócio”. E assim foi acertado o casamento e assim surgiu o engenho palmeiras, dos meus avós (FRANCO, 2002, p. 91).

---

mantimento e galinhas o poderiam compor. Teoricamente, as mulheres podiam manipulá-lo, mas cabia ao marido a gestão e o dever de restituí-lo à família em caso de divórcio (DEL PRIORE, 2013, p. 57).

<sup>32</sup> A iniciativa do pai do noivo se comprometendo em oferecer um dote para o pai da noiva pode ser considerada como um costume à tradição ou *Corbeille*, ato que se popularizou durante o século XIX no Brasil. Segundo Del Priore (2013), a *Corbeille* era uma forma de o noivo oferecer presentes à noiva com a ideia de seduzir a jovem pela opulência. Era, também, uma demonstração de poder financeiro do noivo perante o dote da futura esposa, além do prêmio pela virgindade dela. Dentre os presentes oferecidos estavam rendas finas, lenços bordados e raros xales da Índia, luvas de pele, além de jóias.

Nesse sentido, de acordo com a citação acima, Franco reforça a tese de que em Sergipe a troca de dotes era comum entre as famílias abastadas, pois tanto o pai da noiva como o do noivo faziam as ofertas de parte de seus patrimônios para a concretização da aliança e do matrimônio entre os jovens.

Além de o patrimônio de ambas as famílias aumentarem consideravelmente com a troca dos bens, apenas os interesses particulares dos dois pais eram notórios e, como podemos perceber ainda, nenhum deles cogitava a aceitação dos filhos para esse negócio ou anunciava a pretensão de consultá-los sobre a transação, muito menos se importavam com os sentimentos que os filhos poderiam ou não nutrir um pelo outro.

Desse modo, Freyre (2004) ressalta que os casamentos tinham o fim, evidente, de impedir a dispersão dos bens e, ainda, conservar a limpeza do sangue<sup>33</sup> de origem nobre ou ilustre, isto é, casar-se com seu igual, pessoas que se assemelhassem aos modos social, cultural e financeiro.

Nessa perspectiva, podemos associar o ponto de vista de Freyre à análise de Bourdieu (1972, p. 4-5) sobre as práticas matrimoniais. Para esse autor, os casamentos são considerados parte das estratégias que garantem a continuidade da linhagem e a reprodução da força de trabalho, enquanto asseguram a transmissão do patrimônio e mantêm as famílias em sua hierarquia econômica e social.

Nesse sentido, a prática do dote também incentivou a frequência de extremos incestos, tão frequentes no Brasil desde o primeiro século de colonização, onde o tio casava-se com a sobrinha e o primo com a prima a fim de manter a linhagem e o patrimônio familiar.

Habner (2013) reforça que as uniões conjugais entre parentes da elite eram muito comuns tanto no ambiente rural como no urbano. Essas uniões serviam como alianças para preservar a posição financeira e social das famílias dos noivos.

Em Sergipe, essas uniões consanguíneas, segundo o ponto de vista de Emanuel Franco, ocorreram entre tias e sobrinhos, primos co-irmãos ou entre primos carnais, e acabaram provocando, posteriormente, a decadência de algumas famílias na região do Cotinguiba e, conseqüentemente, o surgimento de outras:

---

<sup>33</sup> Sobre a pureza de sangue em Sergipe, Franco nos apresenta um exemplo típico. Antonio Coelho Barreto, que educara filhos com os conhecimentos que trouxera da Europa, mantinha amizades com os senhores de engenho da Cotinguiba e, por isso, à medida que os filhos cresciam, estes passaram a ser cobiçados pelos senhores de engenho que desejavam que casassem com suas filhas, desde que houvesse afeição mútua, **para regenerar o sangue branco português**. E assim aconteceu com uma política matrimonial que fez com que os seus descendentes predominassem na Cotinguiba, nos séculos seguintes, dezenove e vinte (FRANCO, 2002, p. 91, grifos nossos).



A riqueza daquela família passava através da linha feminina que procedia a um refrescamento de sangue, casando-se uma moça rica com um rapaz pobre, mas de sangue estranho. Desta maneira, a riqueza era transmitida através da linha feminina, surgindo então novos nomes de família. A linha masculina era desorientada. Os filhos varões, perdulários e preguiçosos, educados como príncipes, esbanjavam o que herdavam, empobreciam e desapareciam. Daí o apogeu e o desaparecimento de muitas famílias que tiveram fausto e grandeza e depois empobreceram (FRANCO, 1975, p. 682).

Nessa perspectiva da relação entre casamento consanguíneo e manutenção de patrimônio, Albuquerque revela que:

[...] a “boa sociedade” do oitocentos sergipano promoveria constantemente casamentos consanguíneos, buscando evitar a dilapidação do patrimônio e a mistura do sangue. Vários são os exemplos que corroboram esta hipótese. Um deles é o casamento de D. Amélia Dias Mello, herdeira primogênita do Barão de Estância com José de Faro Rollemberg. Este era, por sua vez, filho do Barão de Japarutuba, o que levou à união de duas casas baroniais de Sergipe (ALBUQUERQUE, 2002, p. 125, grifo do autor).

Para Borges (2012), mesmo a união não tendo o objetivo de unir primos, tios ou sobrinhos, era realizada, por obrigação, entre as famílias de elite, uma vez que o verdadeiro sentido dos casamentos arranjados era a junção, manutenção e aumento dos patrimônios.

Portanto, podemos concluir, a partir do exame desenvolvido nesse setor da pesquisa, que, de acordo com os códigos morais criados pela Igreja Católica, os casamentos visavam manter a ordem das práticas amorosas na sociedade brasileira do século XIX e serviam de instrumentos de regularização dos comportamentos, constituindo-se, também, como um negócio realizado entre as famílias dos noivos.

O amor entre homem e mulher não era considerado um fator importante para o casamento. Para a consolidação dos matrimônios, além do nível social elevado, critérios como raça e ocupação foram considerados no momento da transação matrimonial entre os pais dos nubentes. Dessa forma, o casamento serviu para dar estabilidade e *status* a membros de famílias abastadas, fundar ou ampliar os negócios. O futuro dos filhos era determinado pelos pais e a união dos patrimônios era mais importante do que a própria felicidade do casal.

O casamento precoce das mulheres aconteceu até meados do século XIX, pois nessa época ainda eram comuns os casamentos de homens mais velhos com meninas de quinze anos. A castidade era premissa fundamental para que esse tipo de união fosse consolidado.

Tão logo a menina fazia corpo de mulher, os pais planejavam suas bodas com o filho de algum parente, compadre ou político que estivesse em posições sociais privilegiadas, além de possuir um patrimônio considerável. Normalmente, o tipo de homem escolhido pelos pais

para casarem com suas filhas era definido por suas posições sociais, podendo os seus perfis não ser muito atraentes.

Além do enxoval para o casamento, era de fundamental importância que a noiva possuísse um dote, ou seja, que o pai da noiva oferecesse uma contrapartida ao noivo por estar casando com a filha dele. Dessa maneira, o casamento propiciava ao marido um dote ofertado pelo pai da noiva que de algum modo garantisse à ela o enlace tão esperado.

A prática do dote também incentivava a frequência de extremos incestos, onde o tio casava-se com a sobrinha e o primo com a prima a fim de manter a linhagem e o patrimônio familiar. Em Sergipe, essas uniões provocaram o declínio de diversas famílias tradicionais na região da Contiguiba, local que concentrou muitos engenhos de açúcar durante o século XIX. Por muitas vezes, a decadência dessas famílias se dava em decorrência da má gerência dos patrimônios herdados pelos filhos.

No entanto, em fins do século XIX, o casamento civil foi aprovado no Brasil. Nesse mesmo período, o modelo de amor romântico se apresentava como algo que iria modificar as formas de relacionamento conjugal da sociedade. Novos valores iam surgindo, sentimentos e negócios tinham de dar bom resultado. Além disso, confiança e respeito mútuo estavam se tornando princípios fundamentais para as relações amorosas.

### **1.3 Outras formas de práticas amorosas no Brasil oitocentista: o desvio das normas**

Na análise sobre as práticas amorosas até aqui realizada, foi possível perceber que havia uma normatização que regulamentava as condutas associadas aos relacionamentos amorosos, tanto de noivos como de casados, no Brasil oitocentista.

Contudo, as análises sobre as práticas amorosas as regiões do Sul e do Norte do Brasil, realizadas por Freyre (2004), Falci (2002), Del Priore (2012) e Borges (2012), apresentam dados que nos permitem observar indícios de desvio das regras por mulheres do século XIX. Essa desobediência às normas se dava, por exemplo, em torno da obrigatoriedade do casamento precoce ou do casar-se com o par imposto pela família, pois, segundo esses autores, apesar de toda a vigilância exercida sobre as mulheres no que diz respeito ao namoro, existiam as que conseguiam despistar os olhares vigilantes da família e transgrediam as regras, namorando às escondidas ou escolhendo seus futuros maridos.

Além disso, outros meios eram empregados pelas mulheres para não se submeterem aos desejos do patriarca ou da família. Diante da situação em que eram obrigadas a casar-se

com homens muito mais velhos ou com um par escolhido e imposto pelos seus pais, elas protagonizavam raptos ou fugas românticas.

Entedia-se por rapto, de acordo com o artigo 227 do código penal brasileiro de 1890<sup>34</sup>, a retirada de mulher honesta da sua casa, para fim libidinoso, sendo ela maior ou menor de idade, solteira, casada ou viúva, atraída por sedução ou armadilha, obrigada por violência, não se verificando a satisfação dos gozos genésicos. Esse código previa, também, a anulação do casamento caso fosse provado que a mulher não era mais virgem.

O acusado pelo crime de rapto poderia sofrer a penalização de um ou quatro anos de prisão. Porém, se a raptada consentisse o sequestro, o rapaz teria a pena diminuída, variando de um a três anos. Em suma, o código penal de 1890, como dispositivo que visava controlar as práticas amorosas no Brasil oitocentista, pretendia proteger a honra das mulheres honestas e a segurança das famílias, além de resguardá-las de ofensas públicas e do desrespeito.

Apesar de todas as prescrições estabelecidas pelo código penal de 1890, os raptos continuaram se configurando como uma alternativa para os casais que tinham seus desejos e suas vontades de se casarem com quem escolhessem tolhidos pelas famílias.

Os raptos e fugas se tornaram frequentes a partir de meados do século XIX. Para que os raptos ou fugas fossem bem-sucedidos, o casal contava, quase sempre, com a ajuda de um negro escravo ou mucama que se tornava, muitas vezes, cúmplice do raptor ou da raptada. Assim, Freyre (2004) afirma que muitas mucamas tiveram enorme prestígio na vida sentimental das sinhazinhas, o que fez com que, após a ajuda no romance e/ou nas fugas, acabassem obtendo a alforria como recompensa.

O rapto, enquanto prática desviante era condenado pela Igreja Católica que considerava o casamento uma instituição sagrada e que deveria ocorrer conforme os ditames religiosos, pois, aos olhos da Igreja a manutenção de uma boa família dependia do respeito e da fidelidade que a mulher deveria, por obrigação, prestar à família, na figura do pai e, posteriormente, na do marido. Dessa forma, a união entre homens e mulheres, como já tivemos a oportunidade de demonstrar na seção anterior dessa pesquisa, não partia de um sentimento único entre os dois e sim da vontade do pai ou da família por interesses comuns.

---

<sup>34</sup> BRASIL, Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 11 de outubro de 1890. Senado Federal, 11 set. 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Mesmo as mulheres que divergiam das convenções sociais e que tinham as mucamas como aliadas contra os “senhores-pais” e os “senhores-maridos”, não estavam livres dos fuxicos e delações que as acusavam de infidelidade conjugal ou de manchar a honra da família. Apesar da confiança depositada nas mucamas, era preciso que a mulher tivesse muita cautela se possuísse algum segredo, pois a sanção sofrida ia desde envenenamentos até assassinatos cometidos pelos próprios pais ou maridos, como nos casos relatados por Freyre:

Foi também a escrava, aliada à terrível sogra, que causou em Pernambuco o assassinato de Da. Ana, moça de “rara fermosura”, diz o cronista, filha do sargento-mor Nicolau Coelho e mulher de André Vieira de Melo. A escrava contou à mãe de André Vieira de Melo que Da. Ana “dava furtivas entradas a João Pais Barreto que com sacrílego desprezo do sacramento e de tão authorisadas pessoas injuriava o thalamo conjugal”. André Vieira de Melo quis desprezar as notícias. Mas foi tal a insistência de sua mãe e de seu pai que acabou mandando matar João Pais Barreto e envenenar a esposa. Da. Ana antes de tomar o veneno pediu que lhe trouxessem um padre para se confessar e um hábito de São Francisco para se amortilhar. Confessou-se e amortilhou-se. Deram-lhe então o veneno. Desconfiado da eficácia da potagem, deram-lhe outra. O resultado foi o segundo veneno desfazer os efeitos do primeiro. De modo que Da. Ana só veio a morrer depois, do “golpe de hum garrote que lhe deu a sogra” na garganta (FREYRE, 2004, p. 511-512).

Já em outro episódio, não foi preciso nenhum delator para que a honra da família fosse lavada com o sangue da própria filha:

Antônio de Oliveira Leitão, patriarca às direitas, este não precisou de enredo de ninguém –nem de frade nem de escravo: tendo visto tremular no fundo do quintal da casa um lenço que a filha tinha levado para enxugar ao sol, maldou logo que era senha de algum don-juan a lhe manchar a honra e não teve dúvida – sacou de uma faca de ponta e com ela atravessou o peito da moça (FREYRE, 2004, p. 510-511).

As mucamas não foram as únicas a alcovitar amores proibidos, vendedores de flores e doceiras, com entrada livre nas casas das sinhazinhas, levavam e traziam mensagens, estimulando, assim, as aventuras amorosas das sinhazinhas, incitando-as a desafiar as normas sociais.

Apesar de o casamento e o lar serem os poucos locais de atuação das mulheres da casa-grande do século XIX, era através de comportamentos transgressores, como as fugas ou infidelidades conjugais, que algumas delas se apresentavam como sujeitos ativos da história. A imagem da mulher sempre passiva, submissa e obediente, por vários momentos deixava de existir.

As fugas, traições e raptos se tornaram alternativas para as mulheres se desviarem da imposição do sólido patriarcalismo e do rígido controle da coletividade, que eram expressos pelas prescrições morais estabelecidas tanto pela família quanto por instituições religiosas, como a Igreja Católica.

Desse modo, o namoro não desejado pela família encorajava a moça a se prestar ao rapto<sup>35</sup>, alternativa encontrada pelas jovens para se casarem com quem elas tinham escolhido, sem interferência do pai da noiva ou da família do casal.

Além das condições econômicas, outro motivo que fazia com que as moças se deixassem raptar no Norte era, segundo Freyre (2004), a recusa dos pais em aceitar rapazes mulatos como pretendentes das filhas, pois em todo o século XIX, o casamento por critérios étnicos passava por uma avaliação pública.

A partir desse princípio, as famílias abastadas evitavam casar seus filhos com pessoas consideradas de “raça inferior”, precavendo-se contra uniões que produzissem herdeiros inconvenientes. Freyre (2004) destaca que muitos raptos realizados no Norte do Brasil tinham por motivo a recusa dos pais de aceitarem homens mulatos como maridos para as suas filhas, uma vez que as alianças matrimoniais tinham como objetivo manter a linhagem de sangue das famílias envolvidas no consórcio.

Tudo isso nos transmite indícios sobre o cuidado que os grupos abastados tinham em manter as características étnicas brancas, puras e nobres que possuíam. As peculiaridades físicas de Joaquim Fontes<sup>36</sup>, analisadas a partir de uma imagem estampada em seu livro, *O Jardineiro e as rosas do Brasil* (1941), nos remetem a essas questões étnicas que, possivelmente, possam ter alguma relação com a negação do pai de Emília a respeito do relacionamento entre os dois.

Nesse sentido, é possível indagar acerca das possíveis implicações étnico-raciais que teriam influenciado o relacionamento de Emília com Joaquim: teria o pai de Emília rejeitado Joaquim como futuro marido da filha por causada sua condição étnica, uma vez que ele era

---

<sup>35</sup> O rapto quando consentido era caracterizado pela sua aceitação por parte da moça sob a promessa de casamento do raptor (SANTANA, 2008, p. 21).

<sup>36</sup> De acordo com Gilberto Freyre (2004, p. 733) o mulato é resultado da mistura do negro com o branco. Desse modo, o autor traça um perfil antropológico do mulato caracterizando o seu biótipo da seguinte forma: cabelos crespos, olhos grandes, fronte espaçosa, pescoço largo, dentes claros que reluziam sobre a negrura do bigode [...], os traços mais característicos da fisionomia eram os olhos: “grandes ramalhudos, cheios de sombras azuis: pestanas eriçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido, as sobrancelhas muito desenhadas no rosto. Baseando-se nas descrições feitas por Freyre sobre o mulato e na análise que fizemos da imagem de Joaquim Fontes, presumimos que Joaquim se encaixa nessas características. Como observou Freyre e podemos constatar na imagem de Joaquim, os olhos grandes são o traço mais forte do mulato, além disso, a fronte espaçosa, as sobrancelhas bem desenhadas e o bigode lustroso também podem atestar a condição étnica de Joaquim como mulato.

mulato? O critério étnico-racial teria servido como mote para o surgimento da ideia de rapto aventada por Joaquim como alternativa para a efetivação da união dele com Emília?

Apesar de a solução dos problemas citados no parágrafo anterior não se configurar como objetivo central dessa investigação, a sua possível efetivação no decorrer das nossas análises poderá contribuir para o aprofundamento da compreensão de mais um importante fator – étnico-racial – que possivelmente influenciou as práticas amorosas do casal Joaquim Fontes e Emília.

O rapto ou sedução, modo como se julgava na época, trazia muitos aborrecimentos para a família, pois mulher que não casasse de acordo com as normas clericais se tornava popularmente uma “mulher perdida”, sujeita às sanções da sociedade, manchando a honra de toda a família, além de servir de mau exemplo para outras mulheres.

Segundo Freyre (2004), os raptos e fugas românticas ocorreram de maneira mais frequente em meados do século XIX, e, independente da condição social, econômica ou religiosa, as moças se encorajavam para fazer valer o seu desejo. Del Priore (2012) enfatiza que muitas vezes a moça consentia o rapto após promessa de casamento feita pelo raptor que a raptava e a depositava em outra casa, a de um amigo, parente ou pessoa importante da cidade. Nessa condição, os pais da raptada por não terem alternativas e, para não deixar que o ocorrido manchasse a honra de toda a família, acabavam fazendo o casamento a contragosto.

Os casamentos, frutos de raptos, eram realizados sem nenhuma festa. Ainda segundo Del Priore (2012), os raptos ou fugas poderiam tanto significar um ideal de liberdade quanto um meio de se evitar que a família gastasse com uma festança, pois havia quem não conseguisse seguir as regras de empregar o que tinham e o que não tinham para a realização das uniões dos filhos.

Em Sergipe dos oitocentos, o rapto também era uma alternativa para se evitar o pagamento do dote. De acordo com Franco (1975), as fugas e raptos eram frequentes em Sergipe e supõe-se que serviam, também, para amenizar a situação da família que não queria arcar com as despesas do casamento.

No rapto, quando não havia uma posterior anuência da família pela união, realizando o casamento a contragosto, a moça seguiria feliz com o seu par escolhido, porém seria renegada tanto pela família como pela sociedade, pois o rapto era considerado um crime grave, uma afronta ao grupo social a que pertencia.

Além desses desvios das normas, raptos e fugas, algumas mulheres se destacavam por outros fatores. Dentre eles, estão atitudes como as de mulheres que se tornavam independentes do marido, as que comandavam os negócios das fazendas e a administração

dos bens herdados, tarefas que eram dominadas somente pelos homens<sup>37</sup>, as casadas que passeavam livremente sem a companhia de seus maridos ou de algum membro da família, e as que escolhiam seus futuros esposos sem interferência da família, fazendo valer o seu desejo.

Nas situações de mulheres que escolheram seus maridos, destacamos os casos de Olímpia, que se casou com Gonçalves Dias por escolha própria, Ana Cândida<sup>38</sup>, Ana Thereza<sup>39</sup> e Aurélia de Almeida Dias<sup>40</sup>, filha do Barão da Estância.

No caso particular da sergipana Aurélia de Almeida Dias, as frequentes visitas em sua casa do estudante de Medicina Gonçalo de Faro Rollemberg, promovidas, muitas vezes, pelo próprio Barão da Estância (pai de Aurélia), que tinha muito apreço pelo jovem, geraram o despertar de um amor que não sofreu intervenção negativa por parte dos familiares. Apesar de Aurélia pertencer à família rica e tradicional de Sergipe, a sua opção autônoma por Gonçalo como futuro esposo contou, indiretamente e de forma positiva, com a aceitação do seu pai.

Ana Amélia, a eterna apaixonada do poeta Gonçalves Dias, contrariou a vontade da família ao casar-se com um rapaz escolhido por ela. Após o matrimônio, seguiu com o marido para Lisboa.

Além da escolha do próprio marido, ainda havia aquelas mulheres que desafiavam as normas e contrariavam a sociedade conservadora com seus comportamentos “desviantes” ao passear nas ruas desacompanhadas de um homem da família. Por muitas vezes, atitudes como essas resultavam em ameaças dos que achavam inconveniente esse tipo de postura para uma mulher da época.

Veridiana Prado, fazendeira paulistana, teria sido uma dessas mulheres, corajosas, que passeava sozinha pelas ruas de São Paulo, desagradando os moradores conservadores, além de tomar uma atitude mais que improvável para uma mulher de sua época: “abandonou o marido sem dar a mínima confiança para a conservadora sociedade paulistana” (BORGES, 2012, p. 270). Dentre outras atitudes ousadas, como a frequente presença em salões,

---

<sup>37</sup> De acordo com as *Ordenações Filipinas*, a mulher era considerada de “fraco entendimento” para os negócios e investia o marido “da representação legal da família e da administração dos bens comuns e daqueles que, por contrato antenupcial, devem ser administrados por ele” (PIMENTEL, 1978, p. 32 apud BORGES, 2012, p. 194-195).

<sup>38</sup> Ana Cândida (1801-1883), filha de Ana Mathilde e José Rodrigues, casou-se em 1827 com um primo em terceiro grau – o guarda-mor Antônio Carlos Pacheco (1802-?), natural de Itú. De acordo com a tradição da família, a escolha baseou-se em afeição mútua e o casal viveu feliz até a morte de Antonio Carlos (BORGES, 2012, p. 201).

<sup>39</sup> Thereza Michelina (1802-1882) casou-se com Antônio Pompeu de Camargo em 1823. Após o falecimento do marido em 1836, obteve segundas núpcias.

<sup>40</sup> Aurélia e Gonçalinho, como era chamado carinhosamente Gonçalo de Faro Rollemberg, sergipano, estudante de Medicina no Rio de Janeiro, se enamoraram por algum tempo e sem a interferência do pai de Aurélia, no que diz respeito a aceitação de Gonçalo como futuro noivo da filha. Gonçalinho passa a frequentar a casa de Aurélia e em 1883, já formado e vivendo em Sergipe, pede a filha do Barão em casamento.

Veridiana também administrava suas fazendas e participou da publicação do jornal *O comércio de São Paulo*.

Os casos de mulheres que contrariavam as normas sociais impostas a elas no tocante às práticas amorosas, não se resumiram às mulheres anônimas. As vidas de Domitila de Castro Canto e Mello (marquesa de Santos) e Luísa Margarida Portugal e Barros (condessa de Barral) foram analisadas por Del Priore nas obras *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil* (2014) e em *a Condessa de Barral: a paixão do Imperador* (2006), respectivamente. Mulheres de personalidades fortes e senhoras dos seus destinos, mudaram completamente o que a vida havia reservado para elas desde o nascimento.

Domitila, a marquesa de Santos, casada e mãe de três filhos, foi acusada de adultério.<sup>41</sup> Por causa de sua transgressão a uma norma crucial para a vida de uma mulher casada, a fidelidade conjugal, foi esfaqueada pelo marido quando retornava para a sua casa após um encontro amoroso às escondidas. Esse fato ficou conhecido em toda a cidade de São Paulo e manchou o nome da família.

A marquesa de Santos teve um relacionamento amoroso com D. Pedro I<sup>42</sup> que perdurou por longos trinta anos. O caso de amor foi registrado pelo Imperador em cartas de amor trocadas com a amante. Do romance com o Imperador do Brasil, Domitila engravidou quatro vezes, tendo sobrevivido somente três dos filhos nascidos: Isabel Maria de Alcântara Brasileira, Pedro de Alcântara Brasileiro e Maria Isabel de Alcântara Brasileira.

Esse romance era de conhecimento de toda a sociedade carioca, que não aprovava o comportamento transgressor de Domitila. Devido ao relacionamento que mantinha com D. Pedro I, ela não deixou de passar por humilhações por conta de sua condição de amásia. Certo dia foi impedida pelos diretores do Teatro da Constituição de adentrar nesse espaço, sob o pretexto de não seguir a conduta de uma boa mulher da sociedade.

O fato chegou aos ouvidos do Imperador, que logo decretou a prisão dos diretores e mandou fechar o teatro. Essa atitude demonstrou o lado do amante zeloso de D. Pedro I. Nessa perspectiva, o adultério, por parte das mulheres, opunha-se às noções de fidelidade, de vida comum e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do equilíbrio interno (DEL PRIORE, 2014, p. 70). Assim, a execução do adultério violava a honra conjugal e era considerada falta grave pela Igreja Católica, a ponto de o casamento sofrer anulação.

---

<sup>41</sup> Segundo Del Priore (2013, p. 20), as adúlteras estavam sujeitas a surras ou mesmo à morte.

<sup>42</sup> Nesse período em que teve o romance com a marquesa de Santos, D. Pedro I era casado com Maria Leopoldina da Áustria, filha do Imperador Francisco I da Áustria.



Outro exemplo de mulher que transgrediu, em partes, às normas de seu tempo foi Luísa Margarida Portugal e Barros<sup>43</sup>, a condessa de Barral. De acordo com Del Priore (2008), a condessa foi uma mulher que viveu entre dois mundos: um arcaico (Brasil) e outro moderno (Europa). Independente e audaciosa não acatou a decisão do pai de casar-se com um velho amigo dele a quem tinha prometido a sua mão. Rompeu com o contrato de casamento que o pai tinha feito com Miguel Calmon e em 1836 ficou noiva do jovem Visconde Eugenio de Barral. Com essa atitude, Luísa conseguiu se desviar das regras impostas às mulheres de seu tempo acerca dos casamentos arranjados.

Mulher de personalidade forte, a condessa de Barral se negou a ser prisioneira dos limites de sua época. Preferiu as aventuras do dia-a-dia. Inventora de uma maneira própria de viver, criadora de uma imagem de si, a condessa de Barral modelou seu destino, sempre insatisfeita com o que lhe foi dado (DEL PRIORE, 2008, p. 14).

Mesmo casada, a condessa de Barral manteve um relacionamento de trinta anos com o Imperador do Brasil, D. Pedro II.<sup>44</sup> Aproveitando-se da intimidade que tinha com o Imperador, mandou e desmandou em questões íntimas, familiares, políticas e sociais durante o reinado do seu amante, atraindo, assim, inveja e raiva.

A grande compositora Francisca Edwiges Gonzaga, popularmente conhecida em todo o Brasil como Chiquinha Gonzaga, também fez parte desse grupo de mulheres transgressoras das normas que orientavam as relações amorosas de sua época. Considerada pelo pai rebelde e desobediente desde criança, demonstrara que não teria vindo ao mundo apenas para cumprir o *script* de uma boa moça bem-criada (OLIVEIRA, 2012, p. 100).

Com o intuito de evitar a sua clausura num convento, Chiquinha Gonzaga aceitou o casamento arranjado pelo pai quando tinha apenas 13 anos de idade. Mesmo após o casamento, sua rebeldia era revelada quando evitava os afazeres domésticos e dedicava a maior parte de seu tempo à música, passando horas a compor no piano. A intimidade que tinha com o universo musical aborrecia seu marido.

Contrariando as convenções sociais, Chiquinha Gonzaga preferiu seguir os caminhos da música e abandonou o marido quando ele ordenara a um escravo que vendesse seu piano sem que ela soubesse. Jacinto, seu marido e José Basileu, seu pai, motivados pelos preceitos sociais da época, não aceitaram aquela decisão de Chiquinha Gonzaga, pois acreditavam que

---

<sup>43</sup> Filha de Domingos Jorge de Barros e Maria do Carmo Portugal nasceu em 1816 na cidade de São Salvador. Cresceu num engenho, estudou na Europa, voltou ao Brasil, serviu na Corte portuguesa e depois na brasileira (DEL PRIORE, 2008, p. 14-15).

<sup>44</sup> No período em que manteve o caso com a condessa de Barral, D. Pedro II era casado com Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha de Francisco I, do Reino das Duas Sicílias. Com ela teve quatro filhos, mas só dois sobreviveram, as princesas Isabel e Leopoldina.

uma mulher que abandonava o marido e os filhos não merecia perdão. Desse modo, Jacinto rompeu relações com a filha e a proibiu de manter contato com a casa em que morava com sua mãe.

Após um casamento malsucedido, longe dos 2 filhos e sem contato com os pais, além de ter que se manter sozinha, Chiquinha Gonzaga enfrentou os preconceitos e a discriminação que uma mulher separada poderia sofrer em sua época. Alguns anos depois, iniciou outro relacionamento com o engenheiro João Batista e desse enlace nasceu seu terceiro filho. Contudo, esse romance não foi muito longe e, novamente, ela rompeu com o segundo marido.

As atitudes de Chiquinha Gonzaga não eram compatíveis com o que as convenções sociais de sua época preconizavam. Mulher no meio musical era raro. Ela participava de conjuntos musicais, usava roupas semelhantes às masculinas, frequentava rodas de boêmios. Envolvida num universo quase masculino, suas atitudes eram logo comentadas pela sociedade, gerando posturas extremas de reprovação daqueles que não concordavam com suas decisões.

A sociedade da época não estava preparada para uma mulher tão independente como Chiquinha Gonzaga e as ameaças contra ela se tornaram constantes: em certa ocasião, chegaram a colocar um bilhete embaixo de sua porta com os dizeres: “É um perigo não só para as outras mulheres, mas também para todas as famílias de bem. Um mau exemplo. E o que lhe é mais suave é a morte. A senhora é a morte” (OLIVEIRA, 2012, p. 107-108).

Passados alguns anos, afastada da família e dos filhos, Chiquinha Gonzaga conseguiu o reconhecimento e o respeito da sociedade como grande compositora. Nesse particular, emplacou mais um romance, dessa vez com o jovem João Batista Fernandes Lages, um português de 16 anos de idade que veio para o Brasil para trabalhar com o irmão. Nessa época, Chiquinha Gonzaga contava com 52 anos e a princípio sentiu-se incomodada com a diferença de 36 anos entre ela e o rapaz.

Apesar de toda a independência e popularidade conquistada, Chiquinha Gonzaga não revelou à sociedade o grau da intimidade que tinha com o rapaz. Temendo o preconceito e para se proteger dos falatórios, preferiu viver seu romance apresentando Joãozinho, como ela o chamava, como seu filho. “Um filho que de repente encontrou ou reencontrou em Portugal, sem maiores explicações. Se alguém tentasse se aprofundar no tema, bastava mudar de assunto. E assim foi feito.” (OLIVEIRA, 2012, p. 108). Os dois viveram intensamente o romance, que durou 35 anos, e só teve fim com a morte de Chiquinha Gonzaga em 1935.

Portanto, podemos perceber através do exame aqui realizado, que havia uma normatização que regulamentava as condutas associadas aos relacionamentos amorosos, tanto de noivos como de casados, no Brasil oitocentista.

No entanto, observamos também sinais de desvio das regras que orientavam as práticas amorosas por parte de algumas mulheres do século XIX. Essa desobediência às normas se dava, por exemplo, em torno da obrigatoriedade do casamento precoce ou do casar-se com o par imposto pela família, pois, segundo os autores analisados, apesar de toda a vigilância exercida sobre as mulheres no que diz respeito ao namoro, existiam as que conseguiam despistar os olhares vigilantes da família e transgrediam as regras, protagonizando raptos e fugas e escolhendo livremente seus futuros maridos.

Os raptos e as fugas poderiam significar um ideal de liberdade para a mulher ou servir como dispositivo estratégico para evitar que a família gastasse com uma festa de casamento. Além desse tipo de desafio às regras, existiram atitudes como as de mulheres que se tornavam independentes do marido, comandando os negócios das fazendas e administrando os bens herdados, tarefas até então dominadas somente pelos homens. Havia, ainda, as mulheres casadas que passeavam sem a companhia de seus maridos. Todas elas, geralmente, foram rechaçadas pela sociedade e enfrentaram a ira das suas famílias

Em síntese, entre as mulheres da elite na sociedade brasileira dos oitocentos, é notável que nem todas eram completamente submissas à autoridade paterna, muito menos às normas impostas pela sociedade acerca da vida amorosa. Elas demonstravam em suas atitudes fortes indícios de resistência aos padrões de comportamento vigentes, configurando-se como possíveis agentes de transformação dos costumes relacionados, principalmente, às práticas amorosas naquele período.

## Capítulo 2

### **Emilia Rosa de Marsillac Mota e Joaquim Martins Fontes: um casal, duas vidas e uma obra**

O nosso objeto de estudo nesta pesquisa, as práticas amorosas em Sergipe no século XIX a partir da análise da obra *Luz na tormenta* (1948), exige-nos que apresentemos os protagonistas da história de amor que resultou na publicação do referido livro. Emilia Fontes configura-se como uma das protagonistas dessa história de amor, pois além de ter vivenciado uma turbulenta relação amorosa, em fins do século XIX, com Joaquim Martins Fontes (outro protagonista dessa história de amor) é a organizadora de *Luz na tormenta*, obra composta por uma coletânea de 140 cartas, onde 110 delas foram escritas e trocadas entre a autora e Joaquim durante o conturbado noivado entre os dois. As missivas que compõem a coletânea foram trocadas no período que compreende os anos de 1890 a 1894. No entanto, a história de amor dos dois se desenrola até princípios de 1895.

Dessa forma, neste capítulo, examinaremos as trajetórias de vida e intelectual desses personagens que fazem parte do nosso objeto de estudo: Emília de Marsillac Motta e Joaquim Martins Fontes. Antes, porém, faremos uma breve análise do contexto sócio-cultural de Aracaju de fins do século XIX, com o intuito de melhor compreender o cenário em que ocorreu o conturbado noivado entre o casal. Por fim, realizaremos uma breve apresentação da obra *Luz na tormenta* (1948), destacando seus aspectos formais (materialidade) - dimensão, tipo de papel, fontes e imagens utilizadas na confecção da capa, bem como suas divisões: introdução, sumário, dedicatória, prefácio, capítulos, dentre outras, e de produção - motivação para a publicação, autoria e editora.

#### **2.1 Aracaju de fins do século XIX: cenário de uma história de amor**

Fundada em 1855, pelo então presidente da província de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, Aracaju, em fins do século XIX, ainda se configurava como uma cidade pequena. Essa percepção é compartilhada por alguns pesquisadores sergipanos que trataram dessa temática em suas investigações, como observaremos a seguir.

Aracaju, em 1890, contava apenas com 16.336 habitantes, segundo censo realizado nesse ano. Conforme Ibarê Dantas (2004, p. 18), a recém-criada capital possuía um porto onde cerca de 200 navios ancoravam anualmente, trazendo passageiros e mercadorias que abasteciam todo o comércio da cidade.

Localizadas à beira do rio Sergipe, à época denominado Cotinguiaba, algumas casas em Aracaju ainda “eram cobertas com palha de coqueiro e estavam limitadas a dunas, mangues e pântanos, comportando alto índice de insalubridade, o que acabava agravando o quadro de epidemias que periodicamente grassavam o Estado” (DANTAS, 2004, p. 18). Essas casas, porém, estavam localizadas, em sua maioria, na região das Aroeiras.<sup>45</sup>

Por volta de 1883, Aracaju possuía treze prédios públicos, entre eles o Palácio do Governo, a Assembléia Legislativa, a Alfândega, o Quartel da Polícia, o Mercado, algumas poucas indústrias de tecidos e iluminação pública a gás carbônico.

Além dos mangues e pântanos também existiam sítios formando a paisagem natural de Aracaju. Era num local como esse, próximo a sua casa, na rua Japarutuba<sup>46</sup>, área central da cidade, onde se concentrava boa parte dos casarões da capital, que Emilia ia, vez por outra, contemplar o verde da natureza, sua distração predileta, conforme relatou em uma de suas cartas: “durante o dia, [...] descia para um sítio próximo, onde haviam enormes salinas, tanques de peixes, muitos coqueiros e frutas – as mais saborosas – a fim de sentar-se à sombra de um cajueiro que, em todo o Natal, via cobrir-se de flores, encher-se de maturis e de cajus.” (FONTES, 1948, p. 55).

Até os últimos anos do século XIX, quase tudo ainda estava em construção na pequena cidade de Aracaju: ruas, palácios, casarios, igrejas e cais. Havia, ainda, algumas partes da cidade formadas por alagadiços, segundo nos informa Sebrão Sobrinho (1955, p. 213): “Quarenta anos de fundada e Aracaju continuava sendo a cidade lacustre, fruto das Aroeiras, filha da lagoa do Vigário, o charco imenso da praça da Matriz.”

Em contraste com um espaço ainda em construção, os prédios públicos que já existiam davam à nova capital de Sergipe um certo ar de modernidade. Esses edifícios se misturavam às casas de taipa e de alvenaria que formavam o aspecto urbano de Aracaju. As ruas da cidade ainda não possuíam saneamento básico, energia elétrica e nem água encanada. Para o abastecimento de água, a população fazia uso de tanques ou fontes.<sup>47</sup>

<sup>45</sup>As Aroeiras eram a região localizada na Rua Itabaianinha, onde passava uma vala que recebia água dos terrenos da parte superior. A água escorrida acumulava nos quintais de quem morava nessa rua, formando depósitos de água posta em putrefação com as imundices. Tal situação gerava grave problema de saúde pública, além de reclamações às autoridades (SOBRINHO, 1955, p. 212-213).

<sup>46</sup>A Rua Japarutuba, hoje, leva o nome de Rua João Pessoa, ou Calçadão da Rua João Pessoa, parte do Centro Histórico de Aracaju, onde funcionam diversas casas comerciais.

<sup>47</sup>“As fontes da cidade de Aracaju eram fontes pobres e tristes. Mas, antigamente, elas se multiplicavam por todas as ruas e bairros - a Fonte da Catinga, a Fonte da Aroeira, a Fonte das Quiribeiras. Havia outras fontes: as Barriquinhas, no caminho de Santo Antônio, como, também, os chafarizes (na Rua do Caicá, na Rua da Vitória, na Estrada Nova, etc.), que tanta importância tiveram na vida doméstica da pequena capital. A maior e a mais famosa – fonte pública – era a Fonte da Nação. Ficava no meio da Rua do Geru, ao sopé do Morro de Areia, coberta por telheiro. Era redonda, enorme, profunda, um vasto abismo protegido por uma borda de cimento

A partir de 1858, várias tentativas foram feitas na intenção de melhorar o abastecimento de água para a população. Mas, só em 1890 se iniciaram os reforços para resolver a situação do abastecimento de água em Aracaju.<sup>48</sup> Entre 1889 a 1902 ocorreram mudanças significativas na infraestrutura da capital. Em sua administração, dentre várias ações, Olímpio Campos promoveu aterros em praças, calçou ruas e restaurou prédios públicos (DANTAS, 2004, p. 30).

Com o passar dos anos, a estrutura da cidade foi melhorando e Aracaju modificou sua aparência de cidadezinha provinciana, porém, o atraso ainda era visível, segundo registrou em seu diário o viajante francês Paul Walle, em princípios do século XX:

Aracaju, capital do Estado de Sergipe, é uma cidade de, no máximo, 30.000 a 32.000 almas, situada na encosta de uma colina, na margem direita do rio Cotinguiba (que é o curso de água mais importante do Estado), a uma dezena de quilômetros do oceano. O acesso a Aracaju por mar é bem difícil, devido à barra do Cotinguiba, o que explica o atraso com que a cidade se tem desenvolvido. Mas nem por isso devemos julgá-la em decadência. Muito ao contrário. Há cerca de uma quinzena de anos, ela tinha ainda o aspecto de um vilarejo, onde as ruas nem sequer eram pavimentadas. Desde então Aracaju progrediu bastante, e seu aspecto geral se transformou, com ruas e praças muitas vezes pavimentadas e arborizadas (WALLE, 2006, p. 110).

A percepção de Walle sobre Aracaju em 1910, como uma cidade pouco desenvolvida, é confirmada por Emilia duas décadas antes da passagem do francês por terras sergipanas, quando ela fez referência, em seu livro, às comemorações juninas da capital em 1890: “Era véspera de São João. A pequena cidade não invadida pelo progresso que matou todas as belezas regionais, tirando as alegrias do povo, apresentava um aspecto belamente festivo.” (FONTES, 1948, p. 19).

---

enegrecido pelo limo e pelo tempo. Essa fonte nunca secou, sendo uma das mais antigas da cidade e uma das últimas que desapareceram. A fonte era imponente e servia a milhares e milhares de pessoas por dia, que, pote ou lata à cabeça, iam buscar água naquele manancial. Uma outra fonte famosa era a Fonte de Dona Henriqueta, situada onde hoje existe o Aracaju-Hotel, à Rua São Cristóvão. Era essa fonte que abastecia a Cadeia Pública, hoje Palácio Serigy. Os presos agrilhoados iam buscar água em ancoretas, sob a fiscalização de forte escolta policial. E os penitenciários, livres, depois, das correntes infamantes, continuaram na sua tarefa de abastecer a Cadeia Pública, com água da Fonte de Dona Henriqueta. A guarda ficava sempre do lado de fora, na rua, enquanto, lá dentro, os prisioneiros enchiam os barris. Uma vez a guarda cansou de esperar. Os presos haviam fugido, pelos fundos, saltando, sucessivamente, cercas e muros, deixando a escolta em verdadeira “sinuca de bico” (CABRAL apud COELHO, 2012, p. 80).

<sup>48</sup> Em 1890 a empresa “*Companhia de Abastecimento de Água*”, administrada por João Victor de Matos e José Alves Costa, proprietários da empresa Machado & Monteiro, tentou aliança com o Governo Municipal para formar uma empresa de capital misto, mas não obteve sucesso. No ano seguinte, a empresa Machado & Monteiro foi contratada pelo Estado para o abastecimento de água em Aracaju e foi cogitada a possibilidade de se canalizar a água do Rio Poxim (COELHO, 2012, p. 58).

Na década de 70 do século XIX, o comércio de Aracaju já contava com algumas casas comerciais. Especificamente na Rua Japaratuba, onde Emilia morava, existiam uma botica, duas bodegas e uma loja. As ruas paralelas à Japaratuba também faziam parte do centro comercial de Aracaju. Ao todo, a área central da cidade era formada por 864 residências e 51 casas comerciais (SOBRINHO, 1955, p. 280-281).

Nas suas observações sobre Aracaju, Walle fez uma ressalva sobre a potencialidade que a cidade possuía para o desenvolvimento e descreveu um pouco dos aspectos cotidianos e do planejamento urbano da cidade, destacando algumas ruas e criticando algumas construções localizadas na área central da pequena urbe:

Tanto a vida como o comércio, já bem animados, denotam um centro urbano que tem tudo para progredir. As ruas são retas e paralelas, bem largas. Dentre as principais, anotemos: Aurora, São Cristovão, Laranjeiras, Itaporanga e Japaratuba. São geralmente longas e oferecem boas perspectivas. As construções, entretanto, em sua maioria são velhas, irregulares, algumas datando ainda da época colonial, e quase todas edificadas num estilo uniforme, com o mesmo mau gosto e a mesma falta de sentido prático. Felizmente, alguns edifícios e construções novos oferecem um ar mais moderno a certas partes da cidade (WALLE, 2006, p. 110-111).

Nos seus registros sobre Aracaju, Walle não fez referência à cultura da população e nem a origem de seus moradores. Desse modo, a partir das descrições sobre a cidade de Aracaju, podemos inferir que a modernização na capital só começou ter impulso nas primeiras décadas do século XX, com a instalação do bonde elétrico, serviços de esgoto, a energia elétrica, calçamento das ruas, dentre outras reformas urbanas ocorridas nesse período.

José Aloísio de Campos (1949, p. 129), informou que “Até os fins do século XIX, Aracaju ainda continuava sendo uma cidadezinha pobre e acanhada, sofrendo de impaludismo crônico e de outras doenças epidêmicas, onde não existia melhoramento algum, nem mesmo pavimentação das ruas.”

Compartilhando dessa idéia, Bonifácio Fortes (1955, p. 34) afirmou que Aracaju, entre o final do XIX e início do XX, ainda não tinha a aparência de uma cidade, visto que

[...] os aterros até aquela época eram feitos sem regularidade pelo poder público. Aracaju continuava com imensas lagoas no seu centro e, os aterros indiscriminados, sem preocupação de drenagem metódica e científica, às vezes contribuía para o aumento da insalubridade da cidade (FORTES, 1955, p. 34).

Desse modo, Aracaju, passou mais de quatro décadas tentando solucionar os diversos problemas urbanos e sociais que surgiram, “não conseguindo, até o final do século XIX,

realizar melhoramentos urbanísticos que lhe pudessem imprimir o caráter de um moderno centro administrativo tornando-se motivo de desencanto por parte daqueles que a queriam moderna.” (SOUZA, 2001, p. 6).

As famílias tradicionais que se fixaram em Aracaju eram advindas, em grande parte, dos engenhos de Sergipe. Segundo Alberto Barreto de Melo (1949, p. 49), junto com essas famílias vieram as concepções de vida, de preconceitos, religiosidade, de culinária e, sobretudo, de moral, marcadamente herdadas do patriarcalismo. Desse modo, a cidade de Aracaju cumpria, assim, o destino histórico das cidades, de abrigo dos deslocados e espoliados do campo, embora abrigo precário. (FONTES, 2002, p. 142)

Na década de 90 do século XIX, os costumes sociais e morais regrados pelo sistema patriarcal, representado pela figura do *pater-famílias*, mesmo na cidade, continuaram imperando no seio de famílias tradicionais como a de Emilia, conforme comentário de Aristides Ávila acerca do romance entre ela e Joaquim, descrito no prefácio de *Luz na tormenta*:

A vida corre num teor patriarcal [ ...]. Ao contrário do que se operou no Sul, ali não se criou uma super-estrutura material em descontinuidade com o preparo da evolução espiritual. Antes, o que se cultivou, defendeu e transmitiu através de gerações foi principalmente o patrimônio moral, verdadeiro brasão de nobreza que cada qual teve o cuidado de legar aos vindouros, acrescido de mais um florão significativo [...]. Dois corações, que se conheceram e se uniram por íntima compreensão, foram separados, logo ao desabrochar a doce ilusão, por uma intransponível muralha, que os preceitos da tradição dilatavam e a timidez da juventude respeitava. A autoridade paterna, erigida em arbitro absoluto, impassível como elemento da natureza, mais alta que a montanha e tão dura como a pedra, zombou iniquamente de quantas investidas foram feitas a fim de conquistar o simples consentimento para a consagração de um ingênuo e puro afeto (ÁVILA, 1948, p. 5-6).

Podemos inferir, dessa forma, que Aracaju se manteve dissociada das mais importantes capitais dos outros estados no tocante aos costumes morais. O passeio em público, por exemplo, realizado por mulheres desacompanhadas do marido ou de um homem da família, a presença delas sozinhas em bailes de clubes da cidade, a conversa a sós com homens, são alguns dos hábitos que se tornaram comuns em regiões do Sul do Brasil e que, na cidade de Aracaju, ainda soavam como um desprezo às convenções sociais ainda vigentes.

Esse afastamento, em relação aos costumes de outras regiões, sobretudo após as transformações econômicas e comportamentais ocorridas no Brasil durante a segunda metade



do século XIX, pode ter contribuído para que antigas práticas do sistema patriarcal fossem preservadas por longos anos em Aracaju.

No cenário político, Aracaju vivia a efervescência do nascente período republicano. A notícia de que o Império caíra foi festejada nas ruas da capital “sob a oratória inflamada de Fausto Cardoso.” (NUNES, 2007, p. 79).

Os conchavos políticos, nesse momento delicado da política do Brasil, fizeram com que determinadas atitudes políticas fossem tomadas em detrimento daqueles que não apoiavam as ações das gestões governamentais que se sucediam. Os boatos sobre a revogação dos atos, anteriormente deliberados por administração antecessora, correram em toda a cidade de Aracaju, chegando aos ouvidos de Emilia que temia que essa atitude atingisse Joaquim, que tinha acabado de ser nomeado promotor público.

Em passagem descrita por Emilia em seu livro, ela deixou subtendido um certo receio pelo futuro profissional de Joaquim, em decorrência da situação política instalada em Sergipe, uma vez que o planejamento do casório entre os dois andava a passos lentos, devido à condição financeira dele. No entanto, Emilia admitia ao noivo que os dois viveriam dignamente caso os boatos da revogação dos atos se confirmassem. Desse modo, ela comentou sobre o clima de instabilidade política que pairava em Sergipe:

Ante-Ontem, passei o dia muito nervosa com a decepção que sofreu o seu grande amigo, o Governador do Estado.  
E mais inquieta ficaria se o Sr. aqui estivesse, pois sei que sabe ser amigo dedicado.  
Deus queira que não tenha fundamento o boato de que vão ficar nulos todos os últimos atos.  
Entretanto, se isto se verificar, não se aflija, pois, de qualquer forma, viveremos dignamente (FONTES, 1948, p. 168).<sup>49</sup>

Sendo assim, em fins do ano de 1891, Joaquim foi demitido do cargo de promotor a bem do serviço público. Essa atitude, tomada pela Junta Governativa que administrava o Estado de Sergipe nesse momento, foi resultado das querelas políticas nas quais Joaquim estava envolvido e que, segundo ele, tinha sido uma vingança mal sucedida contra sua pessoa.

No contexto cultural de Aracaju, a pacata cidadezinha contava com alguns jornais, algumas Revistas e um teatro, além de uma biblioteca pública e 20 cadeiras de ensino de primeiro e segundo graus (DANTAS, 2004, p. 18).

Apesar da existência dessas cadeiras de ensino em Aracaju, Emilia estudou as primeiras letras com professores particulares. As aulas aconteciam em sua própria casa, como

---

<sup>49</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim, presumivelmente, em novembro de 1891.

ainda era costume entre as famílias mais abastadas do Brasil no século XIX. O motivo principal para que a mãe de Emilia escolhesse educar a filha com professores particulares eram as condições da própria instrução particular, ou seja, “a disciplina, amoralidade e a boa regência das aulas, o bom aproveitamento dos alunos nos exames, melhores condições materiais e mais esforço dos professores para com o aproveitamento dos alunos.” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 17).

Além disso, os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes eram parte da sociedade aracajuana que podia arcar com os custos da instrução particular e que não desejava enviar seus filhos para estudarem fora da Província. Nesse particular, podemos presumir que a mãe de Emilia não tinha a intenção de enviar a filha para estudar fora de Sergipe, como fez com seus irmãos Amadeu e Joel (FONTES, 1948).

Sobre música, muito se produziu no século XIX em Sergipe, sobretudo em Aracaju. Conforme Dantas (2004, p. 63), nesse período a música foi a arte mais cultivada: “nas igrejas tocavam as músicas sacras nos órgãos, nas ruas as bandas apresentavam os hinos, dobrados e sinfonias e nos salões das casas das famílias mais abastadas as canções mais tocadas eram as de origem europeia.” As orquestras também faziam parte da agitação cultural da capital.

O piano, instrumento bastante utilizado pelas mulheres no século XIX, revelou, em Sergipe, artistas como Natinha Andrade, professora que ensinou as primeiras notas a Emilia.

Apesar das poucas opções de lazer diárias na pequena cidade de Aracaju, as missas e festas religiosas se configuraram como os locais de entretenimento da população aracajuana. Dessa forma, Aracaju foi ambiciosamente construída com o objetivo de ser uma cidade moderna. Porém, as suas tradições acabaram revelando uma cidade que primou pela manutenção de expressões culturais, a exemplo da festa de Bom Jesus dos Navegantes. Essa festa religiosa foi o primeiro e mais relevante evento social da nova capital dos sergipanos, segundo ressalta o historiador Magno Francisco de Jesus Santos. Nesse sentido, esse mesmo historiador, destaca que:

Nos dias de festa eram realizadas procissões de um local para outro, [...] promovendo o encontro entre diferentes grupos sociais. A referida festa ocorria conforme um programa que abrangia cerca de quinze dias. Iniciava-se no último domingo do ano, com a procissão que trasladava a imagem do Cristo crucificado da igreja do Santo Antônio até a matriz (posteriormente catedral) de Aracaju. No dia primeiro de janeiro realizava-se a imponente procissão fluvial pelo estuário do rio Sergipe, com o retorno para a matriz. No domingo subsequente ocorria a procissão com o retorno da imagem para a Igreja Santo Antônio. Vista por esse ângulo, a festa de Bom Jesus dos Navegantes constituía uma série de celebrações que integravam as festas de fim de ano da cidade de Aracaju, que iam da festa da padroeira, Nossa

Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro até a procissão de São Benedito, no dia 6 de janeiro, passando pelo Natal no Parque. Trata-se da culminância da expressividade cultural da cidade, envolvendo diferentes classes sociais que constituíam seus territórios (SANTOS, 2015, p. 5).

Dessa maneira, a religiosidade transformou-se em uma das características da vida cultural de Aracaju. A fé e a devoção aos santos são práticas culturais que circulavam entre as famílias que habitavam a nova cidade. Algumas dessas famílias, como a de Emilia, por exemplo, mantinham oratórios dentro de casa, hábito que reforça a importância da religião católica entre a população aracajuana de fins do século XIX.

Emilia recorria ao oratório de sua casa sempre que necessitava fazer suas preces, quando se sentia feliz ou angustiada, para agradecer ou pedir ajuda a Deus. Em uma de suas cartas enviada a Joaquim, é relatado um momento em que ela fez uso do espaço dedicado às orações: “Ontem, quando soube da notícia de sua nomeação [...] desatei num pranto e corri ao nosso Oratório para elevar a Deus uma prece ardente pedindo-lhe que o proteja em todos os atos de sua vida.<sup>50</sup>” (FONTES, 1948, p. 156).

Outro espaço de diversão em Aracaju e que congregava com a festa religiosa do Bom Jesus era o Parque Teófilo Dantas. Durante os meses de dezembro e janeiro, períodos em que ocorriam, respectivamente, as comemorações em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Aracaju e a Festa de Bom Jesus dos Navegantes, o parque se transformava num espaço onde transitavam diferentes segmentos sociais. Contudo, Santos (2015, p. 192) informa, por exemplo, que “nas primeiras semanas do mês de dezembro, as famílias mais poderosas da cidade enviavam bancos para serem deixados defronte a Catedral, no intuito de poder assistir às solenidades em pleno conforto.”

Apesar de viver em um período onde as festas religiosas eram bastante frequentes na cidade de Aracaju, Emilia, embora muito religiosa, não as frequentava. Dessa forma, ela declarou em uma de suas cartas com bastante insatisfação: “nunca fui a qualquer distração que seja nessa cidade.<sup>51</sup>” (FONTES, 1948, p. 55). Essa afirmação foi confirmada por Joaquim, quando ele relatou nas cartas que não encontrava meios de conversar com Emilia pessoalmente, uma vez que ela “não ia a uma casa onde pudesse encontrá-la e nem à Igreja onde, por meio de olhares, pudesse fazê-la desconfiar de minha paixão.<sup>52</sup>” (FONTES, 1948, p. 80).

<sup>50</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 11 de novembro de 1891.

<sup>51</sup> Comentário de Emilia acerca da carta que recebeu de Joaquim em que ele demonstrou ciúmes por não tê-la encontrado na Capital quando do seu retorno de Pernambuco, onde estava estudando.

<sup>52</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 06 de março de 1891.

Outra festa bastante comemorada pelos moradores da capital era a de Momo. Em suas primeiras edições, o carnaval aracajuano era festejado por grupos de foliões ao som de clarins e zabumbas que saíam pelas ruas da cidade cantando o Zé Pereira (CABRAL, 1955, p.75). Em 1895, os clubes também começaram a fazer parte da rotina de comemorações pelo dia de Momo, desfilando carros alegóricos pelas ruas da cidade.

Os festejos juninos eram outro evento que fazia parte do calendário da população aracajuana e se tornou, também, um dos pontos tradicionais de diversão. O jornal *O Município* anunciou, em 1893, o modo como a população celebrava essa data festiva: “a festa junina fora animada, pois a população armara fogueiras em penca, comera manauês e milho verde aos cachos; canjica aos alqueires e bebera vinhos em quantidade. Além de arrasta-pés e fogos de salão para glorificar o Santo Batista.” (O MUNICÍPIO, 1893, p. 1).

Emilia também traduziu, em seu livro, a fartura com que os aracajuanos comemoravam as noites de São João: “as mesas eram fartas para todos que quisessem saborear o manauê, a cangica de milho verde, o bolo de São João, tudo regado com boas bebidas.”<sup>53</sup> (FONTES, 1948, p. 19). Ela ainda nos revelou detalhes do cotidiano aracajuano nesse dia festivo, onde é possível perceber que boa parte dele continua sendo tradição na capital:

Desde cedo, as crianças amanheciam com as cabeças ornadas de uma capelinha de São João feita de flores de papel, e as moças liam a sorte; à noite, saltavam as fogueiras e os rapazes, com fogos a tiracolo, percorriam as ruas, em batalhões, em doido contentamento, dando vivas ao grande Santo, chamando-o e cantando:

“São João, se bem soubésseis quando era vosso dia,  
Descíeis do Céu à terra, com prazer e alegria!...”<sup>54</sup> (FONTES, 1948, p. 19).

A celebração da noite de São João com fogos de artifício faz parte da tradição junina em todo o Sergipe. Em fins do século XIX, em Aracaju, a euforia dos jovens tomava conta das ruas e “a cidade parecia estar em chamas, tal qual um grande incêndio! [...]” (FONTES, 1948, p. 19), tamanha era a quantidade de fogos que se soltava nessas noites.

A animação das noites juninas em Aracaju dos oitocentos tinha seu ponto crítico. Devido à grande concentração de casas de palha, sobretudo nas áreas periféricas da cidade, os incêndios por causa dos fogos se tornavam uma constante nessa época do ano. Em 1873, o jornal *A LIBERDADE* (1873, p.1) anunciava uma tragédia ocorrida em virtude da queima de fogos: 10 casebres foram queimados por foguetes na localidade da Aroeira.

<sup>53</sup> Comentário de Emilia sobre os festejos juninos de sua época.

<sup>54</sup> Comentário de Emilia sobre os festejos juninos de sua época.

Assim como o anúncio do jornal, Emilia também afirmou que vários acidentes por causas dos fogos ocorriam devido à imprudência de alguns jovens. Muitos deles acabavam sofrendo vários danos físicos em decorrência de brincadeiras perigosas: “E do mar se assistia ao espetáculo majestoso e terrificante daquele fogo, que, muitas vezes, causava queimaduras terríveis à mocidade imprevidente e arrojada.”<sup>55</sup> (FONTES, 1948, p. 19).

A capital apresentava padrões tradicionais para o ritual junino. Esses padrões eram seguidos por todas as classes. A fogueira na porta de casa e a fartura na mesa, sobretudo nas casas dos mais abastados, foram relatadas por Emilia em seu livro:

Nas casas dos ricos, ostentavam-se enormes fogueiras caprichosamente preparadas com um decorativo *pati*<sup>56</sup>, carregado de cana, coco verde, aipins batatas, milho novo e outras coisas para serem assadas ao calor brazido. E nas dos menos abastados, uma bem menor, com um ouricouzeiro preparado para o mesmo fim – o de ser queimado e cair. Se isso sucedia com o caule para dentro da porta de uma casa, significava, segundo a lenda, a morte de seu chefe.<sup>57</sup> (FONTES, 1948, p. 19).

Portanto, Aracaju, em fins do século XIX, ainda se configurava como uma pequena urbe. As casas estavam localizadas à beira do rio Sergipe, à época denominado Cotinguiba e estavam limitadas a dunas, mangues e pântanos, comportando alto índice de insalubridade, o que acabava agravando o quadro de epidemias que periodicamente grassavam o Estado (DANTAS, 2004, p. 18). Além dos mangues e pântanos, também existiam sítios formando a paisagem natural de Aracaju. Era num local como esse próximo a sua casa, que Emilia ia, vez por outra, contemplar o verde da natureza, sua distração predileta.

As famílias tradicionais que fixaram moradia em Aracaju naquele período vieram, sobretudo, dos engenhos rurais de Sergipe. Essas famílias trouxeram consigo os costumes e hábitos da vida patriarcal, sobretudo, as regras que controlavam a moral. Dessa forma, esses costumes sociais regrados pelo sistema patriarcal, representados pela figura do *pater-famílias*, influenciaram as vidas do jovem casal Emilia e Joaquim.

No cenário político, Aracaju vivia a efervescência do nascente período republicano. Por causa da situação política de Sergipe, Emilia estava preocupada com o futuro profissional de Joaquim. O receio dela acerca da carreira profissional do noivo concretizou-se quando, em

<sup>55</sup> Comentário de Emilia sobre os festejos juninos de sua época.

<sup>56</sup> De acordo com o Dicionário Informal, Pati é o nome popular de uma palmeira da família das Arecáceas (ex-Palmáceas) endêmica do Brasil. Ocorre principalmente nos estados da Bahia, Espírito Santo e Sergipe, habitando áreas da mata atlântica. Também é chamada de patioba e palmeira-pati. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/pati/>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

<sup>57</sup> Id.

1891, Joaquim foi demitido do cargo de promotor a bem do serviço público, resultado das querelas políticas nas quais estava envolvido.

Os festejos juninos, apesar de não serem comemorados durante todo o ano, eram um evento que fazia parte do calendário festivo da população aracajuana e se tornaram, também, um dos pontos tradicionais de diversão. A reunião das famílias nas portas de casas era o auge da comemoração do São João na capital. Os padrões tradicionais do ritual junino eram representados pela ostentação de fogueiras, um dos mais notáveis símbolos usados nesse período para comemorar o Santo Batista.

Aqueles padrões eram seguidos por todas as classes. Emilia apresentou em seu livro algumas peculiaridades sobre os festejos juninos, que denotam as desigualdades entre os pobres e os ricos na Aracaju de fins dos oitocentos: o tamanho da fogueira, por exemplo, se configurou como um emblema de ostentação entre as famílias, simbolizando o poder econômico. Quanto maior o seu tamanho, mais rica era a família<sup>58</sup> (FONTES, 1948, p. 19).

## **2.2 Emilia Rosa de Marsillac Motta: a infância nas Laranjeiras do século XIX**

Emilia Rosa de Marsillac Motta ou simplesmente Emilinha (Figura 1), como era carinhosamente chamada pelos seus amigos, nasceu na antiga cidade de Laranjeiras, província de Sergipe, em 14 de junho de 1871. Filha de Pedro Amâncio de Almeida Motta e de Maria Emilia de Marsillac Motta. Pedro Amâncio era formado em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo o curso em 1867 e D. Maria Emilia, presume-se, era dona de casa como muitas outras mulheres de sua época.

De acordo com Samuel Albuquerque (2007, p. 21), Emília fazia parte de uma família muito católica, que pertencia a um ramo decadente da aristocracia local de Laranjeiras e dos Marsillac, cujo patriarca era o comerciante francês Jean Baptiste Aimé Du Verdier de Marsillac.

A família de Emilia era numerosa, além dela o casal Pedro Amâncio e Maria Emília teve mais cinco filhos: João Alfredo de Marsillac Motta que se tornou farmacêutico como o pai, Pedro Augusto de Marsillac Motta, Cristina de Marsillac Motta, Amâncio de Marsillac Motta e Manoel de Marsillac Motta, esses dois últimos, médicos.

Descendente de velhos troncos genealógicos de Sergipe corria nas veias de Emilia uma alta dose de sangue gaulês por conta da origem de seu avô (DÓRIA, 1948, p. 1).

---

<sup>58</sup> Comentário de Emilia sobre os festejos juninos de sua época.

Figura 1: Emilia Fontes



Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Juntamente com outras famílias estrangeiras, Jean Baptiste aportou em Sergipe em 27 de dezembro de 1827.<sup>59</sup> Não sabemos ao certo o seu percurso até a chegada em Laranjeiras. No entanto, é sabido que constituiu família nessa cidade casando-se com Rita Maria da Conceição.

Até os 6 anos de idade, Emilia conviveu com os avós maternos em Laranjeiras. Durante o tempo que passou nessa cidade, foi instruída, inicialmente, pelo próprio avô e com ele aprendeu as “primeiras letras, o credo, o francês e noções de prendas domésticas.” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 32).

A cidade onde Emilia viveu parte de sua infância, até 1877, quando teve que retornar para a casa de seus pais, em Aracaju, destacava-se como um dos centros comerciais mais importantes do estado, pois apresentava uma dinâmica econômica muito forte devido à grande quantidade de engenhos que produziam e exportavam açúcar. Laranjeiras atingiu seu apogeu no século XIX. A riqueza gerada com a indústria açucareira permitiu o surgimento de uma importante arquitetura sacra, além de belos sobrados.

Uma pequena parte da sociedade laranjeirense era formada por donos de engenhos e comerciantes. Atraídos pela pujança do açúcar, esses comerciantes, em sua maior parte, eram pequenos negociantes, donos de estabelecimentos de secos e molhados (AMARAL, 2007, p. 34). Jean Baptiste era comerciante bastante conhecido e admirado na cidade. Segundo a neta, a popularidade do avô se dava por conta da fidalguia de seu espírito altamente altruístico (FONTES, 1948, p. 1).

Segundo Beatriz Góis Dantas (2013) essa sociedade, no século XIX, era bastante preconceituosa, pois não se admitia que os escravos se misturassem com a população branca. As Leis<sup>60</sup> regulamentavam a utilização do espaço público e não admitiam que nenhum escravo morasse na cidade.

O preconceito também era notado através do modo como as pessoas se divertiam em Laranjeiras: “os ricos se distraíam nas ruas com cavalhadas ou nos salões suntuosos em festas requintadas, enquanto os pobres se divertiam em espaços reservados a eles e com a devida autorização da Intendência.” (DANTAS, 2013, p. 24).

A vida cultural da pequena cidade natal de Emilia competia com a da capital, uma vez que em Laranjeiras se preservavam certas instituições culturais como os Gabinetes de leitura, clubes de teatro, colégios e jornais, que atestaram a intensa vida cultural naquela cidade.

---

<sup>59</sup> O nome de Jean Batiste Aimé Du Verdier de Marsillac está registrado no Livro de Matricula dos Estrangeiros do Termo de São Cristovão, existente no Arquivo Público de Sergipe.

<sup>60</sup> Código de Postura municipal de Laranjeiras nº 372 de 29/9/1853. Aprova posturas da Câmara Municipal de Laranjeiras, Leis Provinciais de Sergipe, Typographia Provincial de Laranjeiras, 1853.



Emília se dizia amaldiçoada de nascimento, segundo relatou em uma de suas cartas a Joaquim: “quando abriu os olhos à luz do mundo, ninguém sorriu para ela, pelo contrário a receberam com lágrimas nos olhos por ter nascido mulher.” (FONTES, 1948, p. 174). Por esse motivo, afirmou que foi tirada dos braços de sua mãe para ser criada pelos seus avós maternos em Laranjeiras.

Ainda menina, Emilia teve que retornar a companhia dos seus pais, que moravam em Aracaju, após dois tristes episódios que marcaram sua vida ainda na infância: o falecimento de sua avó em 1877 e uma grave doença que acometeu o seu avô.

Nessa época, Emilia contava com seis anos de idade. A enfermidade impossibilitou Jean Baptiste de continuar com a criação da neta, o que acabou fazendo com que Emilia fosse morar com os pais em Aracaju.

### **2.3 A rua, a casa e o comércio: a vida de Emilia em Aracaju**

A ida para a casa dos pais em Aracaju não foi de bom grado para Emilia que tanto estimava os avós. Em sua autobiografia, ela lamentou a morte do avô, cuja memória venerava em suas cartas, e reclamou da privação que sofreu com a falta dos carinhos e a saudade que sentia dos velhinhos carinhosos e bons que a adotaram como filha (FONTES, 1948, p. 1).

Na casa dos pais, Emilia teve que conviver com a mãe doente e parar os estudos para acompanhá-la enquanto estava na Bahia fazendo tratamento. Não demorou muito e ela logo ficou órfã. Após o falecimento de Maria Emilia, Pedro Amâncio contraiu novas núpcias com Leonor Angélica de Araujo. Desse relacionamento, nasceu a irmã mais nova de Emilia, Enóquia de Araujo Motta.

Ao que tudo indica, Emilia pertencia a uma família afortunada, pois seu pai, que se tornara farmacêutico formado, foi dono de um engenho em Sergipe<sup>61</sup>. Dessa forma, Emilia relatou em seu livro, uma situação que lhe fez lembrar de sua infância como o “único tempo feliz de sua existência – brincando com seus irmãos à cata de borboletas azuis e amarelas, no engenho de seu pai.” (FONTES, 1948, p. 23).

---

<sup>61</sup> Não se sabe ao certo o nome e nem a localização do Engenho o qual Emilia se refere. A autora não faz qualquer menção a esse respeito em sua obra.

Figura 2: Trecho do final da Rua de Japarutuba.



Fonte: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=123681>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Os pais de Emilia moravam em uma casa localizada na Rua de Japaratuba (Figura 2), área central de Aracaju que, em fins do século XIX, já concentrava boa parte dos casarões da cidade, além de diversas casas comerciais.

A Rua Japaratuba tinha início na Praça Fausto Cardoso, tendo como limite a Intendência Municipal, hoje Edifício Walter Franco, e finalizava nas proximidades da Estação Ferroviária, totalizando sete quarteirões. Atualmente são apenas três quarteirões (ANDRADE; FILHO, 2012, p. 4).

Emília, em seu livro, apresentou alguns indícios acerca da região em que morava na cidade de Aracaju. Nesse sentido, ela comentou: “O velho sino da cadeia já havia anunciado a hora de recolher, o que precedia sempre cântico magoado dos presos, implorando, *perdão, Senhor Deus, Misericórdia ...*” (FONTES, 1948, p. 11, grifos da autora).

Tendo em vista que a cadeia citada por Emilia em seu comentário era a única que existia na capital, à época instalada onde hoje se encontra o Palácio Serigy, atual Secretaria de Estado da Saúde, localizada na Praça General Valadão, no centro da cidade, podemos deduzir que Emilia ouvia o sino dessa cadeia, no horário do recolhimento dos presos, nas proximidades da Rua Japaratuba, possivelmente na casa dos seus pais, onde residia.

Outro vestígio de que Emília residiria na Rua Japaratuba é o fato de que o pai dela possuía uma farmácia naquela localidade, bem próxima da cadeia, constantemente referida por Emília em seu texto. Essas duas possibilidades nos levam a crer que, possivelmente, o pai de Emilia utilizava o mesmo espaço da farmácia como residência. Nesse sentido, José Wellington Carvalho Vilar (s/d, p.7) afirma que em Aracaju do século XIX “o centro confundia com a cidade, e a cidade praticamente limitava-se ao centro”, pois as casas comerciais e as residências disputavam o mesmo espaço.

A rua em que Emilia morava recebeu várias denominações ao longo do tempo. Em princípio, chamava-se Rua da Conceição, também conhecida como “Rua do Barão”. Levou essa fama por ter sido fundada por João Gomes de Mello, o Barão de Maruim, aristocrata de muita influência e poder político em Sergipe. O Barão adquiriu terras nessa localidade e foi o primeiro a construir casas residenciais.

Assim, começava a se formar a primeira rua paralela ao rio Sergipe, onde se construiu a Igreja de São Salvador, que permanece lá até os dias de hoje. Em 1873, ainda era conhecida por sua denominação inicial, mas, nesse mesmo ano, “o Dr. Manuel Pereira Guimarães, então presidente da Câmara Municipal do Aracaju, em edital divulgado no *Jornal do Aracaju*, em 11 de Janeiro de 1873, publicou a mudança de nome de Rua da Conceição para Rua

Japaratuba.” (SOBRINHO, 1955, p. 279). No entanto, por muito tempo, essa rua ainda ficou sendo conhecida por “Rua do Barão”.

Localizada numa região estratégica, conhecida como quadrado de Pirro, a Rua Japaratuba ficava nas imediações da Praça do Palácio, onde permanece, até os dias atuais, parte do núcleo de poder do Estado.

A Rua Japaratuba tornou-se reduto das melhores famílias, sobretudo as advindas da velha capital, São Cristovão. Nela foram construídos vários casarões onde os ricos compraram ou aforaram os melhores terrenos. Sem fugir à regra, o Barão de Maroim construiu ali 15 casas. Nelas residiram parentes, afilhados, amigos e locatários (SANTOS, 2000, p. 14-15).

Possivelmente, foi num dos casarões existentes nessa rua que Emilia, a pedido de seu pai, preparou uma grande festa para recepcionar seu irmão, que voltava do Recife recém-formado, bacharel em Direito. A riqueza de detalhes com que Emilia revelou os aspectos da casa em que morava, nos faz compreender que ela pertencia a uma classe social abastada.

Em uma de suas cartas, ela narrou os momentos da organização da casa para a recepção aos convidados e descreveu detalhes de um ambiente rico, ornamentado com mobiliários e artigos típicos dos casarões do século XIX:

[...] trataram logo de fechar as janelas do salão de visitas, a fim de limpá-lo; despregaram os reposteiros de veludo de seda grená, guarnecidos por cortinas da mesma tonalidade, de tule de seda, presas àquelas, por cordões da mesma cor; retiraram depois o grande e espêso tapete da Pérsia, bordado inteiramente com rosas vermelho-escuro; arriaram o imponente lustre para limpá-lo cuidadosamente e aos seus pingentes de cristal; bem assim os quadros enormes e os grandes e artísticos espelhos encaixados em alto relevo por largas tiras de espelho que eram protegidas nos dois lados por uma linda guarnição de folhas douradas, rematadas, ao alto, por um pássaro dourado também; afinaram o piano, afastaram os dunquerque e toda a mobília, que foi caprichosamente envernizada; olearam o forro, as janelas e portas internas; trocaram o papel das paredes e da alcova correspondente, por um branco sedoso, com motivos dourados para combinar com a grande águia dourada, de asas espalmadas em posição de voar, que sustinha o cortinado de renda, no leito de dormir, que ficou ornamentado por uma colcha de damasco de seda purpúrea. [...] nos pretechos da mesa, onde o linho alvo, porcelanas, cristais finíssimos e baixelas reluzentes, dariam a nota de *bom gosto*. Mas como todo o mobiliário tinha pés de leões com as respectivas jubas nos espaldares das cadeiras de balanço e dos canapés (FONTES, 1948, p. 125-126).

Como podemos observar, a partir dos aspectos estruturais da casa e do mobiliário descritos por Emilia, é possível perceber que a residência que ela morava se constituía num casarão típico do século XIX, decorado conforme a moda da época, o que custava muito caro, pois o uso de materiais de revestimento, como o papel de parede, por exemplo, nesse período

era artigo importado, oriundo de uma indústria europeia desenvolvida (CARVALHO, 2002, p. 21).

As características da casa e os preparativos para a festa, descritos por Emilia, nos remetem a um modo de vida urbano que, durante a segunda metade do século XIX, era considerado burguês. Esse modelo de vida tinha como pressuposto a exibição de posição social privilegiada e refinada. Tudo aquilo que era mostrado na casa tinha o compromisso de falar um pouco sobre o seu dono e “seria acessado visualmente por olhos treinados a perceberem detalhes e interpretarem o gosto, o *status* cultural, o nível social e a personalidade (MALTA, 2011, p. 127). Ademais, termos como “bom gosto”, “aprazível” e “bem-estar” começaram a fazer parte do vocabulário da população de posses (MALTA, 2011, p. 127).

A festa organizada por Emilia ainda contou com um decorador para ajudá-la com os arranjos do salão e um cozinheiro particular para fazer o banquete. A adega da casa tinha sido surtida das bebidas mais finas, “licores, vinhos e champanha.” (FONTES, 1948, p. 126). Para dar brilho à festa, “o governador do Estado mandou gentilmente dizer-lhe que podia contar com a banda de música, o mesmo fazendo o General comandante da *linha*, como se dizia naquele tempo.” (FONTES, 1948, p. 126, grifo da autora). E todas as providências foram tomadas para que nada, naquele solar, faltasse aos convivas (FONTES, 1948, p. 126).

A partir da segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras casas comerciais na Rua Japaratuba e junto com elas a transformação do cotidiano da população que residia nela. Antes mesmo de Emilia voltar a morar com os pais, algumas casas comerciais como a botica de Sizino Ribeiro Pontes, as bodegas de Irênio Pais de Almeida e Aristides da Silveira Fontes, além da loja de Antônio Joaquim de Guimarães (SOBRINHO, 1955, p. 280) já agitavam a rua que, futuramente, transformar-se-ia no ponto mais movimentado do centro comercial de Aracaju.

A expansão do comércio na Rua Japaratuba ocorreu a partir da última década do século XIX, com a inauguração de algumas lojas com serviços sofisticados e artigos de luxo, que procuravam suprir os novos hábitos de consumo da velha aristocracia rural e das pessoas com poder aquisitivo compatível.

Nessa rua também estava localizada a cadeira da professora Francina Telles de Menezes.<sup>62</sup> Foi com essa professora que Emilia iniciou seu curso primário, porém não

---

<sup>62</sup>Francina Telles de Menezes, mãe do também professor Florentino Telles de Menezes, foi uma das quatro mulheres sergipanas que exerceram cargo de professora pública em Sergipe. Educada pelo pai, sabia perfeitamente latim e francês, estudou Geografia e História. Ocupou a 3ª cadeira primária de Aracaju. Membro, por diversas vezes, das Mesas Examinadoras para o Concurso da Escola Normal, além de ter sido professora de seus irmãos Antonio Muniz Telles e Manuel dos Passos de Oliveira Telles (SILVA, 2004, p. 89).

podendo dar continuidade porque precisou viajar para a Bahia onde a sua mãe se encontrava internada com grave problema de saúde. Após o tratamento de saúde da mãe, retornou para a capital de Sergipe e por vontade de sua genitora, retomou seus estudos, tendo aulas particulares com os professores Tomaz Diogo Leopoldo e Manoel Francisco Alves de Oliveira.<sup>63</sup>

O renomado professor, Manoel Francisco, era formado em Ciências Eclesiásticas pelo Seminário de Santa Tereza, na Bahia. A partir dessa informação, podemos presumir que a formação intelectual e moral de Emília foi bastante influenciada pela religião católica, conforme nos indica Eugênia Andrade Vieira da Silva (2004, p. 90) sobre a educação das meninas no século XIX: “A educação feminina passava por uma forte formação cristã, base da moral da época, à qual cabia a tarefa de modelar o caráter, mediante os preceitos e valores morais católicos.”

Como já informado em seção anterior, a educação das meninas pertencentes às famílias abastadas era realizada por meio de preceptores ou professores particulares, como ocorreu com Emilia. A educação era desempenhada dentro da própria casa por professores particulares que exerciam suas funções em dias e horários marcados. Desse modo, Emilia manteve o mesmo padrão educacional das moças de elite de sua época.

O ensino da leitura e da escrita, normalmente, ocorria paralelo às aulas de piano e francês. No caso de Emilia, ela aprendeu o francês com o seu próprio avô e estudou música

---

<sup>63</sup> Manuel Francisco Alves de Oliveira, professor - Filho de Francisco Alves de Oliveira e D. Thereza de Jesus e Oliveira - nasceu a 10 de dezembro de 1849, em Laranjeiras, e faleceu a 25 de Janeiro de 1916 no Aracaju. Tendo concluído, em 1874, o curso de *sciencias ecclesiasticas* no seminário de Santa Thereza da Bahia, iniciado em 1869, deixou de receber ordens sacras por haver falecido em 23 de junho daquele ano o arcebispo D. Manuel Joaquim da Silveira, conde de São Salvador, o que motivou voltar para a Aracaju, onde resolveu abandonar a carreira para desposar-se com D. Mathilde Adelaide Guimarães. O seu novo estado civil em nada influiu nos sentimentos religiosos que sempre professou, conservando-se católico fervoroso e assíduo frequentador dos atos do culto externo da igreja. Alma afetiva e coração de impulsos generosos, compartilhava das infelicidades e sofrimentos alheios, como si fossem próprios, procurando minorá-los com frases consoladoras e auxílios materiais. Professor dos mais antigos e conceituados do Estado lecionou as cadeiras do ensino primário superior de Laranjeiras; de religião do antigo Atheneu, de pedagogia e metodologia, e de geografia da extinta Escola Normal e foi nomeado, em 28 de Setembro de 1894, diretor geral da Instrução Publica em que se aposentou. Revertendo à atividade exerceu o cargo de lente de geografia e história da Escola Normal, reorganizada em 1904 e interinamente o de geografia e astronomia do Atheneu. Em 1881 exerceu o lugar de secretario da Escola Normal, em 1891 foi nomeado procurador fiscal interino do Tesouro do Estado e em 1899 membro da Diretoria do Montepio Estadual. Durante muitos anos ensinou particularmente, quando lhe sobejava tempo das suas ocupações quotidianas, e por ultimo ocupou a cadeira de português da Escola Normal. Foi deputado provincial no extinto regime, fez parte do Conselho da Intendência e em 1891 da Assembleia Constituinte, no regime republicano. Pertenceu à Sociedade Aracajuana de Beneficência, como sócio efetivo; a de socorros mútuos, denominado — Amparo das famílias —; à Filarmônica Santa Cecília; ao Montepio dos Artistas de Aracaju, como honorário; ao Gabinete Literário de Maruim e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de que era sócio efetivo. Escreveu diversos artigos para jornais, tais como: Jornal do Aracaju, Diário Popular, O Conservador, Jornal de Sergipe, Diário da Manhã, dentre outros (GUARANÁ, 1925, p. 208-209).

com o professor Antonio Paz. Já as aulas de piano, ficaram a cargo da renomada professora Natinha Andrade, exímia pianista e amiga de Emilia (FONTES, 1948, p. 128).

Desse modo, como já sabemos, as aulas de piano se tornaram importantes para a educação feminina no século XIX, pois saber tocar um instrumento como esse era considerado sinal de refinamento cultural, além de preparar a moça casadoira para o futuro pretendente. Tal prática era exercida apenas por mulheres pertencentes à elite, tais como Emilia, que pertencia a uma família abastada. Dessa forma, possivelmente Emilia estava sendo preparada para a aquisição de um bom casamento.

No entanto, as aulas de piano não foram bem aproveitadas por Emília. Por conta da forte miopia que sofria, ela não pôde levar adiante as lições de tal instrumento musical. No entanto, Emilia conseguia tocar algumas notas e sempre que estava apreensiva com alguma coisa corria até o piano para “executar trechos de seus músicos preferidos.” (FONTES, 1948, p. 16).

Além disso, o falecimento de sua mãe, possivelmente em 1885, fez com que ela interrompesse de vez os seus estudos para tomar conta da casa e, aos 14 anos incompletos, passou a dedicar-se aos afazeres domésticos (DANTAS, 2007, p.42).

Além das aulas de escrita, leitura, piano e língua estrangeira, as habilidades com a condução de uma casa também faziam parte da educação das moças, sempre com o objetivo de torná-las boas companhias aos maridos e representá-los bem socialmente (LOURO, 2002, p. 446).

Porém, para Emilia, que teve que assumir a direção da casa prematuramente, as aptidões com os afazeres domésticos surgiram sem a necessidade de aulas, como ela mesma revelou em uma de suas cartas, ao destacar o fardo que teve que carregar logo cedo:

Muito nova perdi minha Mãe; e meu Pai, que se tornou doentíssimo dos nervos depois do falecimento dela, sem atender à minha pouca idade, pôs-me sobre os ombros frágeis ainda, a direção pesada de uma casa trabalhosa; e, em meio a tantas exigências, sem me queixar, tenho procurado sempre cumprir todos os meus deveres<sup>64</sup> (FONTES, 1948, p. 340).

Por toda a responsabilidade que teve que adquirir após a morte da mãe, Emilia vivia reclusa dentro de sua própria casa. Não participava de bailes e não fazia passeios públicos. Na adolescência, não tinha outro divertimento a não ser contemplar a natureza. De acordo com os relatos de Emilia, o seu único passatempo era:

---

<sup>64</sup> Carta de Emilia endereçada ao Senhor Dr. Silvano Passos em 10 de junho de 1894.

[...] sentar-se à noite, debaixo de um jasmineiro florido na sacada do quintal de sua casa, com Angelina, sua confidente e amiga, para gozar a frescura da noite, aspirar o perfume da planta, apreciar a beleza do céu estrelado [...]. Às vezes, durante o dia, como gostasse de estar em companhia da natureza, para apreciar a tonalidade do verde das folhas e variedade do colorido das flores silvestres que perfumavam o ambiente, descia com a mesma para um sítio próximo, onde haviam enormes salinas, tanques de peixes, muitos coqueiros e frutas – as mais saborosas – a fim de sentar-se à sombra de um cajueiro que, em todo Natal, via cobrir-se de flores, encher-se de maturis e de caju deliciosos e que, também, a viu pequenina, saboreando os seus frutos com outras crianças (FONTES, 1948, p. 55).

O dia a dia de Emilia foi marcado pelos afazeres domésticos, além de tarefas que lhes atribuíam encargos muito pesados, como cuidar de crianças órfãs e pessoas desamparadas. Com o espírito altruísta que dizia possuir, tomou para si a empreitada de criar às escondidas o filho de Joanhina, babá dos irmãos de Emilia, a quem cuidou por algum tempo enquanto estava doente (FONTES, 1948, p. 295).

Ao perceber que estava prestes a morrer, Joanhina foi à casa de Emilia e entregou o seu filho à Lélia, madrastra de Emilia, e pediu para que ela o entregasse a Iaiazinha, como chamava Emilia. Mesmo com a oposição da família, mas com a ajuda da madrastra, Emilia conseguiu cuidar da criança, que batizou com o nome de Claudio. No entanto, não se sabe ao certo o destino dessa criança após o casamento de Emilia com Joaquim, pois ela não deixou claro, em suas cartas, o paradeiro do infante após salvá-lo de graves problemas de saúde.

Segundo o amigo Epifânio Dória (1948), Emília era uma mulher que além de suas qualidades intelectuais, era dotada de características éticas que poderiam servir de exemplo para outras mulheres de sua época. Os elogios acerca da conduta moral da sua amiga foram descritos por Epifânio na apresentação do texto da autobiografia de Emilia. Segundo ele, Emilia era uma mulher modesta, tolerante, inteligente e que desprezava as glórias da vida mundana (DÓRIA, 1948, p. 125).

Esses eram os dotes morais e intelectuais da mulher que honrou as tradições e os costumes de sua época e que, segundo Epifânio (1948, p.1), precisavam ser reconhecidos dentro e fora de Sergipe.

A imagem de uma mulher altruísta, sincera, humilde, prudente, fiel e dedicada à família e aos afazeres domésticos, descrita por Emilia em sua autobiografia, e as impressões sobre ela, emitidas pelo amigo Epifânio, como sendo uma mulher tolerante, inteligente e que desprezava as futilidades da vida, não nos deixam dúvidas quanto ao fato de que Emilia nasceu e viveu sob os resquícios de um regime patriarcalista.



Dessa maneira, como já descrevemos em capítulo anterior, o perfil da maioria das mulheres que viveram sob o regime patriarcalista no Brasil era delimitado por uma imagem controlada pelos padrões sociais e pelo ideal de pureza. Emilia viveu numa sociedade escravocrata, impregnada pelos vícios de um sistema que, em meados do século XX, era tido como uma mancha na história dos “velhos troncos genealógicos de Sergipe” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 30).

Albuquerque (2006) menciona que a herança do universo patriarcalista vivido por Emilia é comprovada quando ela revela, em sua autobiografia, os dois grandes heróis que deram sentido a sua vida: o avô materno, Jean Baptiste Aimé Du Verdier de Marsillac e o esposo Joaquim Fontes. Dessa forma, porém, em seu escrito Emilia não faz referência às influências social e intelectual das figuras femininas do seu contexto familiar, como a sua mãe ou a sua avó, com quem foi criada até os seis anos de idade.

Desse modo, a própria Emilia descreveu as características admiráveis de seus heróis:

[...] seu avô materno, tão conhecido e admirado em Laranjeiras, pela fidalguia de seu espírito altamente altruístico [...].  
 [...] a única cultura que possa ter o seu espírito proveio da convivência, por largos anos, com seu marido que era fonte de sabedoria, um livro de ouro aberto às almas que tivessem vontade de aprender. Antes disso, se o seu intelecto se desenvolveu, deve-o apenas à permanente correspondência que, durante cinco anos, manteve com seu noivo-talento, coração e caráter admiráveis (FONTES, 1948, p. 127).

Mesmo vivendo reclusa na sua própria casa, aos 19 anos de idade e sob a rigidez da educação de seu pai, Emilia recebeu às escondidas, pelas mãos de Lúcio, copeiro de sua casa, uma carta de amor do estudante de Direito Joaquim Fontes, seu futuro esposo, onde ele revelava a admiração que nutria por ela e a intenção de tê-la como sua noiva.

O relacionamento por carta ocorreu durante cinco anos sobre forte oposição de seu pai, Pedro Amâncio, que apesar de ter contraído novo casamento não admitia, naquele momento, que a filha se relacionasse com nenhum homem ou pensasse em matrimônio. No entanto, após cinco anos de um relacionamento conturbado, Emilia conseguiu convencer o pai e se casou com Joaquim no civil em 16 de janeiro de 1895 e no religioso, com cerimônia realizada pelo Monsenhor Olímpio Campos, em 20 de fevereiro do mesmo ano.

### **2.3.1 Novos ares: a vida em São Paulo, produção intelectual e vínculos com instituições literárias**

Após o casamento em Aracaju, Emilia foi com Joaquim para a Bahia onde tomaram o pacote “Las Palmas” que os levou para Santos, nova morada do casal. Devido à profissão de Joaquim, logo se mudaram para Tietê, “onde seu marido exercia o cargo de promotor e que foi berço de todos os seus filhos. Em 1896, transferiram-se para Araraquara por ter sido seu marido nomeado Juiz de Direito daquela comarca.” (FONTES, 1948, p. 129).

Do casamento de Emilia com Joaquim nasceram seis filhos: Epitéto Fontes<sup>65</sup>, Narbal Fontes<sup>66</sup>, Lisete Fontes<sup>67</sup>, Dahyl Fontes<sup>68</sup>, Waldice Fontes<sup>69</sup> e Maria Emilia Fontes<sup>70</sup> (FONTES, 1948, p. 131). Com muito esforço e dedicação, Emilia conseguiu formar todos os seus filhos e, pela forte influência que tinha, através de cartas endereçadas às “pessoas de valor”, conseguiu alocar quase todos os seus filhos em funções de prestígio no serviço público (FONTES, 1948, p.131).

Emilia demonstrou bravura ao lutar com armas em punho, junto com seus filhos, ainda crianças, contra um ataque dos inimigos políticos de seu marido. A ofensiva ocorreu quando ela se encontrava sozinha com seus filhos em sua casa no Tietê. O episódio foi relatado por Emilia em sua autobiografia:

[...] teve ela [Emilia] a necessidade de, numa fria madrugada, em Tietê, mandar que seus filhos, meninos ainda, se levantassem, empunhassem as armas e atirassem para defender a sua casa que estava sendo covardemente atacada por sequestradores infames, com o fito de amedrontarem uma família honrada, privada de seu chefe por perseguição política, e, mais ainda, para profundamente angustiar o mesmo, sabendo do desassossego dos seus. Mas, teve o prazer de ver que os pusilânimes fugiram desabaladamente ante a sua

<sup>65</sup> Epitéto: Engenheiro e escritor.

<sup>66</sup> Narbal de Marsillac Fontes o mais destacado dos filhos foi pedagogo, teatrólogo, contista, biógrafo e tradutor. Nasceu em 10 de fevereiro de 1899 em Tietê, São Paulo. Em 1918 diplomou-se pela Escola Normal Secundária da Capital e em 1930 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi professor em escolas e penitenciárias do interior de São Paulo. Em parceria com sua esposa Ofélia de Barros Fontes dedicou-se exclusivamente à literatura didática escrevendo peças teatrais, poemas e novelas para crianças. “Pindorama”, “Regina - a rosa de maio”, “O talismã de vidro” e “Coração de onça” são algumas de suas obras. Em 1940 ele traduziu o livreto da ópera “La traviata” e em 1942 foi um dos compositores da famosa música “Brasileirinho”. Fundou a Revista Nacional no Rio de Janeiro. Era também membro da Associação Brasileira de Escritores e da Associação Brasileira de Educação. Faleceu em 29 de abril de 1960 na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas\\_bairro/bibliotecas\\_m\\_z/narbalfontes/index.php?p=180](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/narbalfontes/index.php?p=180)>. Acesso em: 04 mai. 2016. Narbal foi homenageado pela Prefeitura de São Paulo com o seu nome em uma biblioteca municipal: Biblioteca Pública Narbal Fontes.

<sup>67</sup> Lisete: Professora e dedicada poetisa (FONTES, 1948, p. 131).

<sup>68</sup> Dahyl: Professora, tendo se candidatado a uma vaga para estudar na Escola Normal da Capital (ENC) de São Paulo em 1914. De acordo com o edital dessa Escola, as provas ocorreriam em 20 de novembro de 1914 as 11h da manhã no edifício da Praça da República. Dentre as candidatas concorrentes, Dahyl ocupava a posição de número 80. Disponível em: <<https://ieccmemorias.wordpress.com/2015/03/15/ccxxxvii-iecc-memorias-1914-quem-queria-entrar-a-escola-normal-da-capital/>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

<sup>69</sup> Waldice: professora (FONTES, 1948, p. 131).

<sup>70</sup> Maria Emilia de Marsillac Fontes: quando solteira, foi festejada declamadora (FONTES, 1948, p. 131).

pronta e inesperada reação que mais pareceu uma inspiração dos céus (FONTES, 1948, p. 130 grifo nosso).

Dessa forma, as lutas empregadas por Emilia contra os oponentes políticos de seu marido sempre tinham como objetivo manter o nome de Joaquim ileso, sem mácula nenhuma ou qualquer tipo de injustiça que manchasse ou desqualificasse o nome do esposo que ela tanto cultuava. Em outra passagem de sua autobiografia, Emilia revelou o orgulho que sentia quando, após terríveis lutas, conseguiu manter a integridade do nome de seu marido:

Este foi sempre o confortador orgulho de sua alma de esposa, mesmo em meio às angustiantes dificuldades financeiras, resultantes da invulgar magnanimidade de seu esposo e das injustas perseguições de governos nefandos que, durante cinco anos, satanicamente se deleitavam em cruciar o coração de um varão ilustre, mandando-o para distante do aconchego de seu lar, o que contribuiu para o enfraquecimento de seu organismo (FONTES, 1948, p. 130).

A veneração que Emilia tinha pelo marido é percebida em todos os momentos em que se pronunciava sobre sua convivência com ele. Nesse sentido, pelo pouco que aprendeu e sem ter feito curso secundário, Emília dedicou toda a sua cultura intelectual à convivência que teve com Joaquim, com quem viveu durante vinte e três anos até o seu falecimento em 1918.

Após a morte de Joaquim, Emília passou a dedicar-se à vida de escritora e organizadora de obras literárias. Em 1941, organizou e publicou o seu primeiro livro intitulado: *Joaquim Fontes: o jardineiro e as rosas do Brasil*, biografando o seu venerado esposo e, indiretamente, produzindo sua primeira auto-imagem (ALBUQUERQUE, 2007, p. 22). Esse livro, que é composto por uma série de versos escritos por Joaquim, é uma publicação póstuma, pois segundo o relato da própria esposa, descrito no prefácio dessa obra, Joaquim nunca teve a intenção de divulgar os versos que compunha.

Nessa obra, Emilia teve como intenção contar ao mundo quem teria sido Joaquim Fontes e declarou no prefácio a sua intenção em homenagear o marido: “jurei que te havia de perpetuar a memória querida com as produções de tua inteligência fulgurante.” (FONTES, 1941, p. 9).

Foi no desespero da dor de perder seu companheiro, amigo e idolatrado esposo Joaquim, que Emilia prometeu homenageá-lo postumamente com a publicação de seus versos e, posteriormente, da história de amor vivida pelos dois na obra *Luz na tormenta* (1948),

objeto do nosso estudo. Dentre essas obras, acreditamos que *Pássaro Perdido* tenha sido o último livro publicado por Emilia em 1950.<sup>71</sup>

Em 1948, aos setenta e sete anos, a pedido do amigo Epifânio Dória, Emilia publicou sua autobiografia<sup>72</sup> na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*.<sup>73</sup> Texto relativamente curto, com apenas seis páginas, nele Emilia relata um pouco de sua vida cotidiana desde a infância até a idade adulta, quando do casamento com Joaquim, até a sua viuvez.

Nessa autobiografia, a autora se autoavaliou como uma pessoa altruísta, sincera, humilde, prudente, fiel e dedicada, características que, de acordo com o pensamento de Philippe Lejeune (2014, p. 43), propõem-se a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto, onde seu objetivo é a semelhança com o verdadeiro.

Dessa maneira, as peculiaridades apresentadas por Emília em sua autobiografia implicam na revelação de uma verdade pessoal, individual, íntima e que demonstra certa preocupação em revelar as feições de uma mulher perfeita. De acordo com Albuquerque:

Emilia Fontes coloca-se num pedestal. Afirma que teria nascido “com uma força de vontade extraordinária e uma orientação sempre segura”, sendo, ainda, “muito prudente, muito ponderada e muito perseverante”. Para ela, apenas a “humildade” e o “heroísmo” fizeram-na suportar a dor provocada pela oposição inicial do seu pai ao seu casamento (ALBUQUERQUE, 2007, p. 28).

Albuquerque afirma ainda que o período em que Emilia ficou viúva fez com que ela adentrasse em veredas até então pouco experimentadas por outras mulheres sergipanas: a escrita de si. A autobiografia de Emilia configura-se como a única publicação feminina desse tipo veiculada na *Revista do IHGSE*, o que se explica, possivelmente, pelo relacionamento amistoso entre Emilia e o seu amigo Epifânio. Além de simpatizar com as escritas autobiográficas, Epifânio enquanto editor da *Revista do IHGSE* esteve à frente do periódico

---

<sup>71</sup> Sobre esta publicação, a autora Hecilda Haensel (1993, p. 278) faz uma referência sobre Emilia Fontes e suas obras no livro “**50 anos de literatura - Perfil das Patronas**”.

<sup>72</sup> Para Philippe Lejeune (2014, p. 16), a autobiografia seria uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade. A publicação dos escritos autobiográficos tem quase sempre um objetivo duplo: o de cultivar a memória de um autor falecido e, sobretudo, instruir e educar moralmente aqueles que estão vivos (LEJEUNE, 1997, p. 101).

<sup>73</sup> A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* foi instituída em 27 de setembro de 1912, com a publicação dos *Estatutos* do IHGSE. O primeiro número circulou em 1913 e sua missão estatutária era a de divulgar as atas, os nomes dos sócios, os discursos e “trabalhos literários” dos membros da Instituição. Não obstante a irregularidade das publicações trata-se da mais antiga revista que circula em Sergipe, seguida pela *Revista da Academia Sergipana de Letras* e pela *Revista do Aracaju* (FREITAS, 2008 apud ALBUQUERQUE, 2007, p. 23-24).

entre os números 10 e 26 (ALBUQUERQUE, 2007, p. 24-25), o que acabou ajudando a promover a publicação do texto de Emilia nessa Revista.

Emilia também fez parte da Academia Literária de Sergipe (ALS), sendo a primeira mulher a ingressar numa instituição como essa em Sergipe. Foi sócia benemerita da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS) e colaboradora da Revista *Atenéia* de 1949 a 1956.<sup>74</sup>

Emilia também escreveu crônicas, contos, poesias, ensaios e artigos em diversas revistas e jornais que circularam em São Paulo e em outros estados do Brasil como, por exemplo, a Revista *O Malho*<sup>75</sup> e o Jornal *O Estado de São Paulo*.<sup>76</sup> A poesia também fazia parte do repertório bibliográfico de Emilia. Em seus versos, ela retoma o seu intento de homenagear o marido Joaquim, demonstrando certa melancolia:

Em teu rosal que amavas loucamente,  
Meu pobre coração nunca mais encontrou  
O teu vulto adorado em meio aos perfumes  
Das almas vegetais que o teu amor criou.

Almas feitas de cor e pétalas macias,  
que não podem chorar a ausências do cultor,  
mas que fazem subir, na essência vaporosa,  
toda a sua saudade ao trono do senhor.

<sup>74</sup> Sobre esta publicação, a autora Hecilda Haensel (1993, p. 278) faz uma referência sobre Emilia Fontes e suas obras no livro "**50 anos de literatura - Perfil das Patronas**".

<sup>75</sup> O Malho começou a ser veiculado em 20 de setembro de 1902. Fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva, a revista tinha em seu corpo de ilustradores o traço já maduro e consagrado de J.Carlos, Angelo Agostini, Lobão, Crispim do Amaral, Guimarães Passos, L. Peixoto, Leonidas Freitas, Nássara, ao lado dos jovens talentos que começavam a surgir como Raul, Kalixto, Storni e tantos outros. Foi a primeira publicação brasileira a substituir a pedra litográfica por placa de zinco. Agregando a esta inovação tecnológica o talento e a verve de seus desenhistas, deu um novo impulso à arte da charge e da ilustração em nossa imprensa, divertindo e informando o leitor da época. Ainda que focada principalmente na vida política do país, a cultura e a crítica de costumes sempre estiveram ali presentes, tanto nas charges como em artigos escritos por Olavo Bilac, Pedro e Emílio de Rabelo, Arthur Azevedo, Álvaro Moreyra e outros mais. Em 1930, O Malho combateu a Aliança Liberal de Getúlio Vargas, e com a posterior vitória da revolução Getulista, a redação da revista foi empastelada, sede incendiada e a publicação impedida de circular por um breve período. Sobrevive como revista de notícias e literária, de 1935 a 1954, quando sai o último número. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/omalho/?lk=8>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

<sup>76</sup> "O Estado de S. Paulo" é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo ainda em circulação. Em 4 de janeiro de 1875, ainda durante o Império, circulava pela primeira vez "A Província de S. Paulo" - seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação. O jornal foi fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, concretizando uma proposta de criação de um diário republicano surgida durante a realização da Convenção Republicana de Itu, com o propósito de combater a monarquia e a escravidão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>>. Acesso em: 01 mai 2016.

No céu, na luz, na flor, em tudo o que é sublime,  
eu procuro rever, na ânsia enfim de encontrar  
o meu amigo e companheiro amado,  
do tempo que passou... amparo do meu lar!

E vai-se a vida assim, em busca de um consolo  
para a desgraça tal, que julgo um sonho ser  
enquanto já sem dor, tranquilamente dormes  
na grande paz de quem cumpriu o seu dever.

Eu creio que tua alma, aos pés da Virgem Santa,  
Terás consolações que o mundo te negou...  
E lá na Eterna Glória oh! Nunca, nunca esqueças  
De quem transforma em pranto o amor que te votou!...  
(FONTES apud HAENSEL, 1993, p. 122).

Portanto, Emilia Rosa de Marsillac Motta, que nasceu na antiga cidade de Laranjeiras, província de Sergipe, fazia parte de uma família muito católica, foi criada pelos avós maternos e aos seis anos de idade retornou à companhia dos seus pais, após o falecimento de sua avó. Em Aracaju, Emília ingressou no curso primário e estudou piano com professores particulares renomados, porém não chegou a concluir seus estudos por, entre outros motivos, problemas de saúde na família.

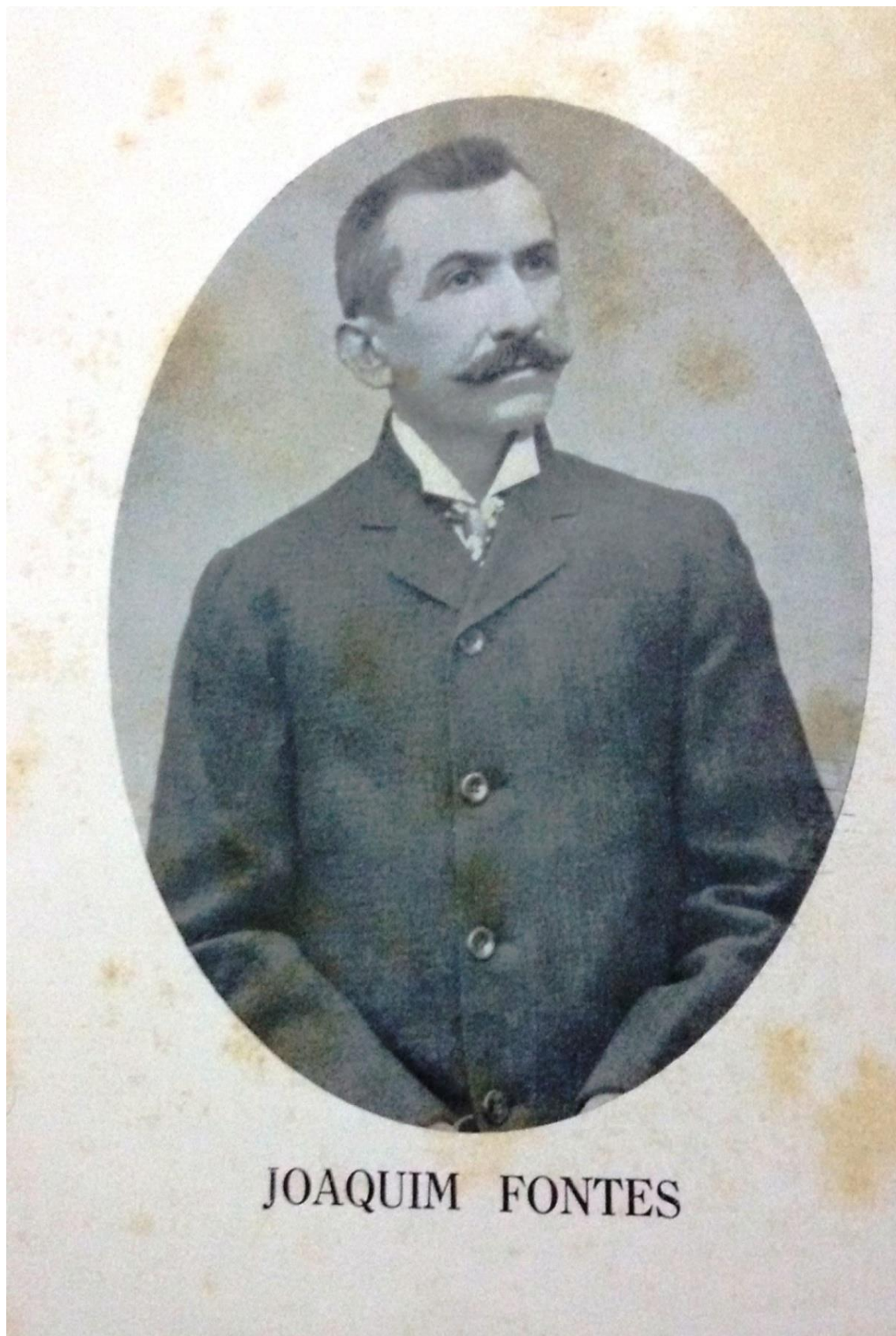
Emilia não participava de bailes ou passeios públicos, vivia uma vida de reclusão em sua própria casa. No contexto histórico em que vivia, o regime patriarcalista delimitava e controlava a conduta das mulheres, criando padrões sociais de comportamento. O seu dia a dia foi marcado por tarefas domésticas desde os 14 anos. Aos 18 anos de idade conheceu o jovem estudante de Direito Joaquim Fontes, seu futuro esposo, com que se casou e viveu intensos vinte e três anos.

Após a morte de seu esposo Joaquim, Emília produziu e organizou obras literárias que tratavam recorrentemente de seu relacionamento conjugal e homenageavam à memória de seu marido. Ela, também, publicou diversas crônicas e poesias em revistas e jornais de São Paulo e de outros estados, tornou-se membro de instituições literárias, sendo reconhecida e homenageada pelo seu trabalho intelectual.

### **2.3.2 Joaquim Martins Fontes da Silva: os percalços de um bacharel**

Joaquim Martins Fontes da Silva (Figura 3) nasceu em 22 de agosto de 1866 no Engenho Salobro, em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe. Era filho da sergipana Joana

Figura 3: Joaquim Martins Fontes da Silva.



Fonte: FONTES, 1941, p. 8.

Fontes da Silva e do bacharel Francisco Joaquim Silva, de origem pernambucana. Como era comum na época, recebeu o nome do avô materno, o capitão-mor Joaquim Martins Fontes.

O avô materno de Joaquim, o capitão-mor Joaquim Martins Fontes (1798-1860)<sup>77</sup>, destacou-se como político, assumindo diversos cargos públicos na província de Sergipe: Capitão-mor das Ordenanças da Vila de Lagarto, Comandante superior da Comarca de Estância, Membro do Conselho do Governo e Vice-Presidente da Província, entre outros.

Apesar de o avô de Joaquim ter sido político afamado e de grande prestígio em Sergipe, nada de material legou aos seus descendentes, a não ser o tino da política, herança que Joaquim, largamente, demonstrou em toda a sua vida de magistratura. Esse fato pode servir como indício de que, embora tenham herdado a habilidade política do capitão-mor Joaquim Martins Fontes, os seus descendentes apresentavam uma condição econômica modesta.

Joaquim fez todos os seus estudos preparatórios em Aracaju e, em 1885, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Apesar de pertencer a uma família pouco afortunada, Joaquim conseguiu concluir seus estudos na Faculdade em 1890, tornando-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. No período em que estudou na Faculdade do Recife, Joaquim fez parte do grupo que cultuava a figura do intelectual sergipano Tobias Barreto (DANTAS, 2007, p. 43).

Vale ressaltar que em Sergipe, assim como em todo o Brasil, durante o século XIX, refletia-se a preocupação dos pais em formar os filhos varões em Direito ou Medicina, com o objetivo de prepará-los para serem dirigentes do país. Orlando Vieira Dantas destaca que, até o começo da República no Brasil, os bacharéis e médicos saíram dos engenhos para ocupar os cargos públicos do Estado. Eles formavam uma nova classe que surgia para dominar a nova sociedade, ocupando cargos representativos e executivos na ordem republicana (DANTAS, 1980, p. 19-25).

Desde a época de estudante Joaquim frequentou a imprensa, escrevendo para diversos jornais de Recife e de Sergipe, além disso, ainda colaborou com alguns artigos na *Revista Literária* de Maruim e nos jornais de São Paulo.

Em 1890, Joaquim conheceu a jovem Emilia, com quem se correspondeu através de cartas por cinco anos. O relacionamento dos dois ocorreu de forma atribulada, pois, como já é sabido, Pedro Amâncio, o pai de Emilia, não aceitou, inicialmente, a união do casal. No

---

<sup>77</sup> Sobre o capitão-mor Joaquim Martins Fontes consultar: GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico de Sergipe**. 1925, p. 152.



entanto, Joaquim e Emilia se casaram em 1895, sob a benção do Monsenhor Olímpio Campos e com o consentimento do pai de Emilia.

Logo após a formatura, em dezembro de 1890, Joaquim assumiu a promotoria pública nas Comarcas sergipanas de Simão Dias, Maruim e São Cristóvão, além do cargo de juiz em Capela. Esse cargo foi obtido graças à ajuda do amigo Gumerindo Bessa.<sup>78</sup> Contudo, o recém-magistrado só exerceu a função de Juiz de Direito por três dias, pois foi com grande surpresa e insatisfação que recebeu um ofício para retornar ao cargo de promotor.<sup>79</sup>

A ordem de retorno ao cargo de promotor deixou Joaquim decepcionado e resolutivo quanto ao seu futuro em Sergipe. O fato foi relatado da seguinte forma à Emilia, sua noiva:

Recebi comunicado para voltar à promotoria. Devolvi fechado, o ofício. Eles que me demitam, nego-lhes competência: e não me rebaixo a ser promotor público, depois de ter funcionado três dias como Juiz de Direito, nomeado com garantias de vitaliciedade. Neste Estado, ou Juiz de Direito ou nada; outra coisa não me serve<sup>80</sup> (FONTES, 1948, p. 173).

Enfurecido com a ordem de retornar ao cargo de promotor público, Joaquim não aceitou a decisão e ficou em disponibilidade, vindo a ser demitido a bem do serviço público, possivelmente em dezembro de 1891<sup>81</sup> (FONTES, 1948, p. 179).

A principiante carreira de magistrado de Joaquim em Sergipe foi circundada por querelas políticas. Nas cartas que escreveu para Emilia, ele apresentou diversos comentários a respeito da política local e confessou as divergências que possuía com os seus desafetos políticos, inclusive tratou da sua demissão do serviço público: “Essa demissão, *a bem do serviço público*, não é mais do que uma vingança mal exercida sobre mim, pela minha atitude hostil, diante deles, e, em nada significaria em meu desabono. Pode, entretanto, causar alegrias para alguns inimigos tacanhos.”<sup>82</sup> (FONTES, 1948, p. 180, grifos do autor).

O período em que Joaquim foi empossado como promotor público e, posteriormente, como Juiz de Direito, compreendeu um momento em que o cenário político nacional e local

<sup>78</sup> Gumerindo de Araújo Bessa nasceu em Estância (SE) no dia 2 de janeiro de 1859, filho de Urbano Joaquim Soledade e de Francisca Carolina de Araújo Bessa. Fez os estudos primários e parte dos secundários em sua cidade natal. Depois, em Salvador, frequentou o Seminário Episcopal da Bahia, entre 1876 e 1879. Pouco antes de concluir o curso canônico, optou pela carreira jurídica. Na Faculdade de Direito do Recife obteve o grau de bacharel em 1885. Foi aluno de destaque e recebeu da congregação menção honrosa declarando-o apto a lecionar direito em qualquer faculdade do mundo. Em 1891, ocupou os cargos de juiz de casamentos, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe. Em 1894, na gestão de Manuel Valadão, assumiu a chefatura de polícia.

<sup>79</sup> Com a queda do Presidente de Estado Vicente Ribeiro e o governo em meio à instabilidade política que marcou a primeira década republicana, uma junta governativa, composta por três pessoas, passou a administrar o Estado e tornou sem efeito vários atos da gestão anterior (DANTAS, 2004, p. 45).

<sup>80</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 01 de dezembro de 1891.

<sup>81</sup> Carta de Joaquim, sem data, enviada à Emilia.

<sup>82</sup> Carta de Joaquim, sem data, enviada à Emilia.

passava por grandes transformações<sup>83</sup>, pois era início de um governo republicano. Desse modo, Sergipe vivia sob a administração de uma Junta Governativa e cada vez mais as tentativas de Joaquim de ingressar na carreira de magistrado em sua terra natal foram se tornando frustradas, devido ao contexto em que operava as ações políticas em Sergipe.

Dessa maneira, por ocasião dos acontecimentos políticos, Joaquim desabafou, em uma das cartas enviadas a Emilia, sobre o desejo de ir embora de Sergipe: “[...] diante da triste amálgama dos partidos políticos desta terra e das decepções por que temos passado política e moralmente, todos os meus amigos [...] sinto-me com irresistível desejo de deixar este Estado<sup>84</sup>.” (FONTES, 1948, p. 180).

Devido às limitações de se desenvolver profissionalmente em Sergipe, o desejo de Joaquim de deixar a terra natal se concretizou em fevereiro de 1892, quando conseguiu ser nomeado promotor numa comarca do Espírito Santo. Posteriormente, foi para São Paulo, onde logrou grande êxito em sua carreira de magistrado em várias cidades desse Estado. Segundo Armindo Guaraná (1925, p. 152), Joaquim exerceu os cargos de promotor nas comarcas de S. Pedro, Tietê, Faxina, além de juiz municipal em S. Manuel e Juiz de Direito em Araraquara e Apiahy, sendo transferido para Bananal, onde permaneceu até o seu falecimento em 1918.

As atribuições da vida de magistrado para Joaquim não ocorreram somente em Sergipe. Na comarca de Araraquara, onde ele foi nomeado Juiz de Direito, teve que apurar as circunstâncias de um crime bárbaro, conhecido nacionalmente como o Linchamento dos Brito<sup>85</sup>, ocorrido em fevereiro de 1897. Segundo Guaraná (1925), Manoel de Souza Brito era

---

<sup>83</sup>As interferências do presidente da República, Deodoro da Fonseca, foram se revelando frequentes, contribuindo para aumentar as dificuldades de normalização da política estadual. As ações de Deodoro da Fonseca na política interna, o golpe fechando o Congresso em 3.11.1891 e sua renúncia vinte dias depois, eram atos que provocavam ascensões e quedas, tumultuando o quadro nacional e local (DANTAS, 2004, p. 25-26).

<sup>84</sup>Carta de Joaquim, sem data, enviada à Emilia.

<sup>85</sup>Esta história tem início no dia 30 de janeiro de 1897, dia em que foi assassinado o coronel Antônio Joaquim de Carvalho, chefe político da cidade de Araraquara na época, por tiros do revólver do jornalista Rosendo de Brito que à época tinha 24 anos de idade. Rosendo publicava nos jornais suas críticas sobre o modo como a cidade estava sendo conduzida, causando desagrado a o coronel Carvalho. O estopim ocorre por conta de queixa contra caso de violência policial ligado ao tenente João Batista Soares (FRANÇOSO, s/d, p. 68). “Os maus tratos de que foi alvo o cocheiro na cadeia logo se transformaram em motivo para especulações da oposição. Os fatos vieram para as páginas da imprensa local pela pena de Rosendo.” (TELAROLLI 1977apud FRANÇOSO, s/d, p.52). A tensão em torno da queixa de violência permeou o encontro entre o coronel e Rosendo na farmácia, de propriedade de Francisco do Amaral. Nela trabalhava Manoel de Souza Brito, tio de Rosendo. O coronel enfurecido com a nota do jornal entrou na farmácia e atacou Rosendo com sua bengala e para se defender, Rosendo empunhou uma arma e atirou no coronel causando a sua morte.

Rosendo e Manoel foram presos e levados para a cadeia pública logo após o assassinato do coronel Carvalho. A missa de sétimo dia do coronel Carvalho acontece na Igreja Matriz de Araraquara, contando com a presença de correligionários e parentes. Das fazendas de café dos Carvalho são convocados os empregados para comparecerem. Grande público foi formado para o evento. Na cidade era de conhecimento que existia a intenção de se realizar o assassinato dos Brito (CORRÊA, 2008; TELAROLLI, 1977 apud FRANÇOSO).O grande

tio de Joaquim e estava envolvido no referido crime, tendo sido linchado e assassinado por uma chusma em fúria.

Profundamente desgostoso com a condução do caso, Joaquim pediu demissão do cargo. Segundo Zózimo Lima (1941), a demissão de Joaquim do cargo de juiz de Araraquara se deu pelo fato de ele não aceitar a forma como o julgamento do assassinato dos Brito iria ser conduzido:

Depois de, com sacrifícios inauditos, ter, como juiz, apurado as responsabilidades dos criminosos potentes, convencido de que iria, com o beneplácito governamental, ser representada uma farça com o nome do júri; não querendo presidir esse infame e grotesco ajuntamento, nem assinar a sentença que absolveria os frios matadores, [Joaquim] preferiu demitir-se do cargo (LIMA, 1941, p. 56).

Dessa maneira, Joaquim, demonstrando toda a sua indignação em compactuar com uma farça, que iria se realizar no Tribunal de Araraquara, enviou um requerimento de demissão ao então Presidente do Estado de São Paulo, Campos Sales:

Exmo. Snr. Presidente do Estado de São Paulo.  
O Bacharel Joaquim Martins Fontes da Silva, juiz de direito da comarca de Araraquara, vem perante V. Excia, solicitar a sua demissão daquele cargo, em face do propósito em que se acha de renunciar toda e qualquer aspiração a exercício de cargos de magistratura neste Estado.  
O suplicante, no empenho de bem servir ao seu País, de corresponder aos reclamos da Justiça, e satisfazer a sua própria consciência, afrontando dificuldades insuperáveis, voltou para aquela comarca, após o sanguinolento atentado que o País inteiro conhece, para cumprir sagrado dever.  
Mas, infelizmente, as circunstâncias que rodeiam o funesto atentado o convencem, de vez, que todos os seus sacrifícios se quebrarão de encontro ao rochedo vivo, criado, de um lado, pelo terror que despertou a tragédia sanguinolenta, em que exibiram os assassinos daquela comarca, e, de audácia de tais protagonistas.  
Desiludido, pois, e precisando desenvolver a sua atividade em outra esfera afim de acudir às necessidades de sua família, que é pobre, tomou o suplicante esta resolução, levando para o seu lar a tranqüilidade de sua consciência, a paz de espírito e a pureza do seu sentimento de moço e convencido mais de que V. Excia., encontrará quem o substitua no seu espinhoso cargo, certamente com tanta dignidade quanto o suplicante, mas talvez com mais fortuna (LIMA, 1941, p. 57).

---

público da missa do coronel retorna durante a noite para o Largo da Matriz. Alguns ficam responsáveis por formar cordão em torno da delegacia, estratégia utilizada para proteger a identidade dos agressores. É noite de 07 de fevereiro de 1897 quando a delegacia é invadida e dela são retirados Rosendo e Manoel. Os dois são arrancados do interior da delegacia graças à conivência das forças policiais locais. Os Brito são então mortos e mutilados no centro do cordão que se formou (FRANÇOSO, s/d, p. 76). Manoel de Souza Brito era tio de Joaquim Fontes.

Após essa atitude, Joaquim foi chamado ao Palácio do Presidente para ser convencido do contrário, o que não surtiu efeito algum. A sua postura fez com que a sua decisão permanecesse indissolúvel, respondendo ao Presidente de Estado que não existia lei que o obrigasse a ser Juiz de Direito contra sua vontade. Dessa maneira, o modo como Joaquim conduziu o seu veredicto acerca da sua demissão fez com que ele obtivesse o apoio de várias personalidades da sociedade paulistana.

A atitude de Joaquim também acabou por consagrá-lo ainda mais na carreira, pois foi considerado um “juiz que colocara os interesses sagrados da justiça acima das conveniências da política.” (LIMA, 1941, p. 58). Desse modo, a discussão gerada em torno do caso dos Brito modificou em partes a vida de Joaquim.

Da função de magistrado, que não abria mão de exercer, passou a se dedicar à advocacia. Porém, devido à fama que possuía, de estudioso e bom argumentador da ciência do direito, o seu concorrido escritório era frequentado pela melhor clientela de São Paulo. Durante quinze anos Joaquim ficou afastado das funções de magistrado, só retornando a exercê-las em 1912.

O retorno de Joaquim à advocacia foi visto por Lima como uma atitude de grandeza, em que apesar de ele não ter conquistado fortuna em função do cargo de magistrado que exercia, “estava limpo de qualquer mácula e com a consciência purificada do sacrifício de bem cumprir os imperativos da justiça incorruptível [...] voltou para o seu lar pobre, pecuniariamente, porém, rico de são idealismo, imaculado.” (LIMA, 1941, p. 59).

Em seu panegírico, Lima não cansou de louvar os dotes intelectuais de Joaquim na área do direito e comparou-o a grandes nomes da magistratura brasileira, a exemplo de Tobias Barreto e Castro Alves. Segundo Lima, o magistrado tinha o dom da palavra, o raciocínio fértil que fascinava as multidões com a sua magnificência verbal, um verdadeiro “mago da eloquência tribuniária.” (LIMA, 1941, p. 59-60).

As notáveis habilidades intelectuais de Joaquim o fizeram ocupar a cadeira de número 39 da Academia Sergipana de Letras. Essa cadeira, após seu falecimento, foi ocupada pelo jornalista e escritor Zózimo Lima.

### **2.3.3 Da ciência do Direito aos poemas líricos e à rosicultura: notas sobre um jardineiro poeta**

Além do exercício da magistratura, Joaquim se tornou um famoso rodólogo com diploma reconhecido pela Sociedade Francesa de Roseiristas. Após o afastamento das

atividades de magistrado, ele passou a se dedicar ao cultivo e criação de rosas. Considerado um estudioso da ciência do Direito, poeta e homem de letras, com vasta cultura e sensibilidade apurada, as rosas se tornaram uma de suas maiores paixões (LIMA, 1941, p. 59).

Cabe ressaltar que Joaquim iniciou sua carreira de roseirista em Araraquara, quando ainda era Juiz de Direito, contudo, só veio a prestar maior atenção a essa atividade após seu afastamento da magistratura em 1897.

Dessa forma, entre autos, códigos e processos judiciais, Joaquim manteve em seu escritório uma vasta coleção de revistas francesas especializadas na área da rosicultura, além de outras publicações de autores norte-americanos sobre conteúdos relacionados ao cultivo de rosas. Além disso, ainda manteve contato com os maiores roseiristas da Europa, a exemplo de Jules Graveraux, Pernet Ducher, Peter Lambert e Charles Dickson (FONTES, 1941, p.60).

Nesse sentido, da mesma maneira com que se dedicou ao direito, Joaquim empregou máxima atenção à rosicultura, chegando a criar mais de cem novas espécies de rosas não classificadas através de processos de hibridação artificial. As criações de Joaquim foram descritas por Lima (1941, p. 60) da seguinte forma: “[...] como por encanto, aqui e ali, em múltiplos canteiros de todos os feitios, numa heterogeneidade bizarramente artística desabrochavam rosas pluripétalas, macias, peroladas, cor de oiro, sanguíneas como punhaladas, alvas como hóstias.”

As rosas que foram criadas por Joaquim eram denominadas com nomes de santos, de amigos, de personalidades e de pessoas da família, uma maneira encontrada por ele para homenagear as pessoas de sua estima e demonstrar sua devoção à religião católica, influência da esposa Emilia que era muito religiosa.

Desse modo, a paixão de Joaquim pelas rosas o levou a manter em Tietê e em Bananal, cidades onde morou e atuou como magistrado, extensos roseirais nos quais conseguiu desenvolver diversas pesquisas através da fecundação. Dentre os exemplares de rosas criados por Joaquim, está o que ele batizou com o nome do grande político sergipano, Fausto Cardoso. Segundo Lima (1941, p. 62), essa espécie de rosa era a mais formosa de todas, se destacava dentre as outras pela sua beleza e pelo seu perfume.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Segundo Lima (1941, p. 62), as características da rosa Fausto Cardoso são descritas pelo Dr. Eduardo Cotrim, da seguinte forma: “Híbrida remontante obtida de uma semente da Belle Siebrecht (antiga Mrs. W. J. Grand) fecundada pelo pólen de Frau Herr Druschki. Árvore muito vigorosa, de ramos eretos e casca igualmente verde claro, guarnecida de inúmeros espinhos ponteagudos e folhas geralmente compostas de cinco folíolos. Brotação abundante, quer enxertada, quer vegetando, de pé franco. Arbusto tomando a forma de moita desenvolvida, atingindo facilmente dois metros de altura. Folha ssemilanceoladas, desenvolvidas e de coloração clara, com retoques de carmim nos bordos e nas nervuras quando novas e vigorosas como geralmente são.

Sendo assim, a originalidade das criações de rosas de Joaquim o fez reconhecido por várias sociedades de roseiristas da Europa, além de angariar prêmios em Rosaire de L'Haye, a capital das rosas. Segundo Armindo Guaraná (1925, p. 153), dentre as variedades de rosas criadas por Joaquim, as que mais se destacaram e alcançaram vantajosa classificação nos concursos realizados em Paris, foram as rosas híbridas de chá.

Além da profissão de magistrado e roseirista, Joaquim cultivou outro talento, o de poeta. A coletânea de sonetos escritos por ele deu origem a Já citada obra *O Jardineiro e as Rosas do Brasil* (1941), publicada por sua esposa após o seu falecimento. A referida obra é composta por 31 sonetos, em que se destacam uma diversidade de temas como religião, amor, pátria, amizade e flores, sendo mais recorrente a temática acerca do amor. Joaquim se dizia como Tobias Barreto, gostava das coisas que lhe faziam sofrer. Essa afirmativa pode ser percebida em um trecho de um verso seu enviado à Emilia: “Gosto das noites que me causam medo, Gosto da rosa que me espinha o dedo, Gosto de tudo que me faz chorar<sup>87</sup>!” (FONTES, 1948, p. 22).

Silvio Romero (1941, p. 69), considerava Joaquim Fontes um dos maiores poetas do Brasil, figurando na galeria dos melhores poetas nacionais juntamente com Tobias Barreto e João Ribeiro, dentre outros. A característica intrínseca do estilo poético de Joaquim, como informado anteriormente, é o amor. Desse modo, podemos classificá-lo como um poeta que se enquadra estilisticamente no movimento do Romantismo.<sup>88</sup> No entanto, Romero afirmou que a poesia de Joaquim está inserida num grupo de poetas sergipanos que ele considera possuir características divergentes e que está na transição do Romantismo para o Parnasianismo<sup>89</sup> (ROMERO, 1941, p. 73).

Apesar de todo o reconhecimento pessoal e profissional que Joaquim possuía fora de seu estado natal, Zózimo Lima e Silvio Romero ressaltaram a pouca importância que foi dada ao ilustre sergipano em sua própria terra. Zózimo Lima (1941, p. 64) enfatizou o esquecimento do povo sergipano à memória de Joaquim e escreveu: “Esse ilustre magistrado, a que Sergipe, seu torrão natal, não quis até hoje cultuar-lhe a memória.”

---

<sup>87</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 23 de junho de 1890.

<sup>88</sup> O Romantismo é o estilo literário que tem como características o amor impossível, a pátria, a natureza, a religião, o povo e o passado. A correspondência faz-se íntima na poesia dos estudantes boêmios, que se entregam ao *spleen* de Byron e ao mal do século de Musset (BOSI, 1994, p. 93). Dentre os poetas que figuram no grupo dos românticos estão: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu (BOSI, 1994).

<sup>89</sup> O Parnasianismo era caracterizado pela convergência de ideais anti-românticos, como objetividade no trato dos temas e culto da forma. O nome da escola vinha de Paris e remontava a antologias publicadas a partir de 1866, sob o título de *Parnasse Contemporain*, que incluíam poemas de Gautier, Banville e Leconte de Lisle (BOSI, 1994, p. 219).

Já Silvio Romero (1941, p. 70) argumentou que o pouco valor dado ao trabalho de Joaquim decorreu da pouca importância política, social e representativa de Sergipe no cenário nacional e, junto a tudo isso, os arranjos políticos que cercearam a vida profissional do magistrado em sua terra natal.

Portanto, Joaquim Fontes, que nasceu em 1866 no Engenho Salobro, em Nossa Senhora do Socorro, Sergipe, no seio de uma família de condição econômica modesta, concluiu seus estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1890. Assumiu promotorias públicas nas Comarcas sergipanas de Simão Dias, Maruim e São Cristóvão, além do cargo de juiz em Capela. Após essa experiência, foi nomeado Juiz de Direito em Sergipe, Espírito Santo e São Paulo.

Joaquim ainda exerceu outras atividades além da magistratura. A rosicultura foi a sua segunda paixão. Criou diversos tipos de rosas, denominando-as com nomes de amigos e familiares. Através dos contatos com roseiristas franceses, recebeu um diploma de rodólogo e ficou reconhecido no Brasil e no exterior. Tornou-se sócio da Sociedade Francesa de Roseiristas. Cultivou um roseiral e conseguiu criar diversos tipos de rosas através da fecundação.

Além da paixão pelas rosas, Joaquim escreveu vários poemas tendo como uma de suas maiores inspirações a sua amada noiva, Emilia. A grande quantidade de poemas que escreveu originou a obra *O Jardineiro e as Rosas do Brasil*, publicada em 1941 por Emilia Fontes.

Nem a fama de grande magistrado e nem o reconhecimento como famoso rodólogo, que adquiriu no Sudeste do Brasil, foram o bastante para que Joaquim fosse reconhecido em sua terra natal. Assim, a pouca importância dada a esse ilustre sergipano teve como motivo a restrição política, social e representativa de Sergipe no cenário nacional, além de questões políticas que criaram obstáculos à vida profissional do magistrado no estado em que nasceu.

#### **2.3.4 Algumas cartas de amor, um livro e uma história: memória e aspectos materiais da obra *Luz na tormenta***

Como uma modalidade de escrita de si, a carta nos aproxima das experiências de vida de uma época, revela-nos os sentidos dos comportamentos e traços da realidade sociocultural em que seu autor estava inserido.

No que diz respeito ao amor, Michelle Perrot (2013, p. 29) afirma que “a carta constitui uma forma distanciada do amor, mais conveniente e menos perigosa que o encontro, a carta toma o lugar do próprio amor. É um testemunho excepcional sobre o sentimento das práticas amorosas do século XIX.”

Dessa forma, os modos como as mulheres registram suas memórias estão ligados a sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. A escrita de si, através de cartas, coloca algumas mulheres que viveram no século XIX dentro das mais variadas manifestações da memória onde podemos elencar a correspondência familiar, a literatura e à vida pública, norteadas pela “circulação da palavra.” (FELIX, 2013, p. 313).

Perrot (1989, p. 15) assegura que “a memória das mulheres é verbo”, lembrando a condição de sua vivência no seio da família, ligada às tradições, à memória do privado, sempre direcionada ao íntimo, ao familiar. Às mulheres, na visão da autora, cabe recolher em suas “rememorações” sua própria identidade, as reflexões sobre o cotidiano, sobre suas escolhas, o real de suas vidas.

Nesse sentido, as cartas reunidas na obra *Luz na tormenta* (Figura 4) podem ser observadas como uma espécie de repositório de memórias, através das quais temos acesso privilegiado à história de amor de Emilia e Joaquim – aos sentidos que atribuíam às normas que orientavam as práticas amorosas e as formas como agiam a fim de concretizar o casamento perante todos os obstáculos impostos pela sociedade - bem como aos aspectos da vida cotidiana do contexto social no qual o casal estava inserido.

Nesta seção da pesquisa realizaremos uma apresentação analítica da obra *Luz na tormenta* (1948), fazendo uma breve abordagem dos seus aspectos de produção e materialidade.

A apresentação da obra aqui realizada abordará aspectos da sua produção: motivação para a publicação, autoria, editora; além dos elementos constitutivos da materialidade do impresso, tais como: dimensão, tipo de papel, fontes e imagens utilizadas na confecção da capa, bem como suas divisões: introdução, sumário, dedicatória, prefácio, capítulos, dentre outras.

É de suma importância destacar que a leitura e a observação da materialidade dos impressos podem nos revelar informações valiosas sobre as formas como os livros são lidos e interpretados. Dessa maneira, para o historiador francês Roger Chartier (2002), “os textos não existem fora dos suportes materiais de que são veículos, sejam eles quais forem. Contra a abstração dos textos é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou



Figura 4: Capa do livro *Luz na tormenta*.



Fonte: Acervo particular da autora.

sua visão participam profundamente da construção do seu significado.” (CHARTIER, 2002, p. 61).

A obra *Luz na tormenta* foi publicada por Emilia Fontes em 1948. Assim, ao considerarmos Emilia como autora de textos escritos, não a percebemos apenas como escritora, mas como aquela a quem se atribui a responsabilidade de todo o texto escrito.

Desse modo, a autora pode ser considerada não só como aquela que escreve, mas também a que publica. Michael Foucault (2001) ressalta que a “função-autor é a característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.” Nesse sentido:

O autor é o que permite explicar tão bem a presença de certos acontecimentos em uma obra como suas **transformações**, suas deformações, suas diversas **modificações** (e isso pela biografia do autor, a localização de sua **perspectiva individual**, a análise de sua **situação social** ou de sua **posição de classe**, a revelação do seu projeto fundamental). O autor é, igualmente, o princípio de uma certa unidade de escrita - todas as diferenças devendo ser reduzidas ao menos pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência. O autor é ainda o que permite superar as contradições que podem se desencadear em uma série de textos: ali deve haver - em um certo nível do seu pensamento ou do seu desejo, de sua consciência ou do seu inconsciente - um ponto a partir do qual as contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns nos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária. O autor, enfim, é um certo foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos etc (FOUCAULT, 2011, p. 18).

Dessa forma, buscaremos perceber a função-autor na obra *Luz na tormenta* levando-se em consideração a construção do sentido dos seus textos no interior do contexto sócio-cultural no qual estava inserida a sua autora – a elite patriarcal sergipana de fins do século XIX – além das suas experiências e pontos de vista particulares acerca das diversas situações por ela vivenciadas em sua relação amorosa com Joaquim.

A obra *Luz na tormenta* apresenta uma coletânea de cartas de amor que foram trocadas entre a autora e Joaquim Fontes, seu futuro esposo, durante cinco anos de namoro e noivado, entre 1890 e 1894. No início do romance com Joaquim, Emilia solicitava para que seu noivo queimasse ou rasgasse as cartas enviadas por ela, pois receava que pudessem ser desviadas e que seu relacionamento amoroso com ele fosse descoberto e chegasse aos ouvidos de seu pai, a quem ela tanto temia.

Em algumas passagens dos comentários de Emilia sobre as cartas que recebia de Joaquim, ela afirmou que determinadas missivas teriam se perdido com o tempo e outras

foram rasgadas por ela quando o que vinha escrito pelo seu noivo não lhe agradava. A confissão da autora sobre o sumiço ou destruição deliberada de algumas cartas nos faz levantar alguns questionamentos: teriam, realmente, essas cartas se perdido ou foi uma opção de Emilia não querer publicá-las? Quais seriam os conteúdos das cartas perdidas, queimadas e rasgadas que tanto desagradaram Emilia? Por que a autora não mencionou em seu livro o teor dos assuntos dessas cartas?

Diante de tais questões suscitadas pelas lacunas presentes nos relatos de Emilia acerca do sumiço, destruição ou omissão dos conteúdos das cartas, podemos elaborar algumas suposições sobre as suas motivações: a inserção nas narrativas das cartas de ofensas recíprocas à honra, devaneios sexuais ou desmotivação acerca do sucesso do relacionamento amoroso com Joaquim, entre outras. Porém, admitimos que, sem o apoio em dados concretos, transmitidos pelas cartas ou outros relatos presentes na documentação aqui consultada, essas afirmações assumem apenas o status de conjecturas, a serem possivelmente confirmadas em esforços de análises posteriores.

Após o falecimento do marido, Emilia decidiu compilar as cartas e publicá-las num livro. Além das missivas trocadas entre o casal, também fazem parte da coletânea cartas endereçadas aos irmãos de Emilia e a amigos em comum do casal. Todas as cartas possuem em seu conteúdo o mesmo teor: o relacionamento amoroso entre Emilia e seu noivo, Joaquim.

O exemplar analisado tem suas páginas coladas e costuradas.<sup>90</sup> Suas dimensões são de 22x14,5 cm, com um total de 383 páginas, divididas em capa, sobrecapas ou orelhas, frontispício, folha de rosto, prefácio, corpo do texto (onde estão inseridas as partes), conclusão e errata. Os elementos presentes na capa do livro *Luz na tormenta* (Imagem 3) são: nome do autor, título da obra e editora. Nessa parte do livro ainda consta uma imagem que ilustra, de forma romantizada, a capa da obra.

A capa foi analisada de forma a detectar as suas particularidades. O primeiro aspecto que sobressai, diante da primeira visualização que fizemos desse componente, é que a técnica usada em todos os dados que se apresentam nele foi a da xilogravura. Para a confecção da capa, deduzimos que foi utilizado papel do tipo *Off set* ou *Sulfit*180 g. O segundo aspecto é a evidência da coloração azul em todos os elementos observados.

Essas observações levam em consideração as técnicas utilizadas para a execução das capas de livros existentes na época em que a obra *Luz na tormenta* foi produzida. Nesse sentido, Ana Isabel Silva Carvalho (2008), em sua pesquisa sobre o processo de produção e

---

<sup>90</sup> O livro em análise foi adquirido pela autora dessa pesquisa através de compra realizada em 12 de maio de 2015, pela internet no Sebo Virtual Livraria Marechal, localizado em São Paulo.

evolução das capas de livro, afirma que “nas décadas de 40 e 50 [do século XX] era comum muitas capas serem completamente desenhadas e a reprodução de cor nas capas de livro, surgida na segunda metade do século XIX, tornaram-se mais frequentes após a I Guerra Mundial” (CARVALHO, 2008, p. 25).

A escolha da autora da obra *Luz na tormenta* pela cor azul, usada em todos os elementos da capa, sugere uma tentativa de dar ao leitor maior percepção ao teor do conteúdo do livro, uma vez que o tom azul tem alguns significados que interagem com sentimentos pessoais. Dessa maneira, o azul pode expressar purificação, amor e fidelidade, podendo também significar aproximação e distanciamento. O azul<sup>91</sup> ainda é conhecido como a cor dos sonhos, da imaginação e está associado à sinceridade, tranquilidade, fidelidade, ternura, conhecimento, cultivo do intelecto, segurança e paz de espírito, características que, possivelmente, estariam contempladas nas personalidades e no relacionamento afetivo do casal Joaquim e Emilia.

Os elementos que constam na capa do livro estão distribuídos da seguinte forma: nas margens esquerda e direita da capa, notamos a existência de duas fitas verticais que fazem uma ornamentação ondulante e decorativa. Na margem superior, encontra-se o nome da autora em fonte semelhante à *Circus*, tamanho 12 cm e em caixa alta. Abaixo dele está localizado o título da obra, de forma destacada, com o mesmo tipo de fonte do nome da autora e em caixa alta. O tamanho da fonte do título da obra é maior que o da fonte dos outros dados da capa (editora e nome da autora), aproximadamente 56 e está, também, em caixa alta.

Por fim, completando os dados nominais da capa, a denominação da editora está localizada na parte inferior em fonte similar à *Circus*, tamanho 10 cm e em caixa alta.

Outro aspecto revelador é a estética da capa, onde foi utilizada uma ilustração que está localizada no centro. O referido desenho nos remete a uma história de amor, pois as figuras que compõem a imagem nos direcionam a tal pensamento, sendo elas um baú aberto e recheado de cartas, além de um casal de pombos.

A primeira leitura que fizemos ao observar o baú nos permitiu deduzir que este seria o local onde Emilia guardou, por longos cinco anos, as cartas que recebia de Joaquim. Dessa maneira, entendemos que um móvel (baú) pode ilustrar o contexto em que ele foi produzido e utilizado, além de nos fornecer subsídios para compreender a sua utilização na sociedade dos oitocentos. Para Emilia, certamente o baú se tornou um local onde ela guardava os seus segredos mais íntimos, manifestos nas cartas enviadas secretamente por Joaquim.

---

<sup>91</sup> Sobre significado das cores: Disponível em: <http://www.mayramello.com/2014/08/significado-das-cores.html>. Acesso em: 25 nov. 2016.

De dentro do baú surge uma fita azul sobressalente caindo para fora da sua lateral direita, indicando que as cartas que estavam enlaçadas com ela foram abertas e lidas. Um casal de pombos que está sobre o baú, um pousado e outro pousando, direcionando-se àquele no sentido de beijá-lo, sugere uma noção de romantismo, típica do final do século XIX, período em que as cartas foram escritas.

A representação de um dos pombos no ar com as asas abertas, direcionando-se ao outro pombo no sentido de beijá-lo, indica, presumivelmente, a ideia de liberdade que Emilia buscava à época em que lutava pela aceitação do seu relacionamento com Joaquim.

Dessa forma, considerando-se o período em que a obra foi produzida, primeira metade do século XX, podemos inferir que Emilia idealizou a arte da capa com o objetivo de atrair a atenção do leitor para o conteúdo do livro. Dessa maneira, entendemos que a capa pode abordar, numa única imagem, o conteúdo de um livro ou apresentar uma referência a um ponto-chave da obra ou mesmo um resumo da história nela contida.

De acordo com Carvalho (2008, p. 32), a capa “é o resultado de um processo de interpretação e a sua dimensão simbólica torna-se muitas vezes dominante sobre uma tradução literal do título ou das descrições feitas no livro”.

Assim, possivelmente, Emilia utilizou-se de sua imaginação criativa e romântica para favorecer uma percepção interpretativa da imagem que consta na capa de seu livro, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma ligação entre a imagem da capa e o conteúdo do livro, criando uma relação envolvente entre livro e leitor.

Complementam a ilustração da capa alguns envelopes, enlaçados com uma fita azul, além de algumas cartas abertas espalhadas sobre o chão, em frente ao baú e ladeadas, à direita, por ramos de flores. Na margem inferior da capa, o nome da editora São Paulo surge, também, em fonte azul e em caixa alta.

Na orelha ou sobrecapa esquerda do livro há um pequeno texto de quatro parágrafos, escrito em fonte semelhante a *Palatino Linotype itálico*, tamanho 10 cm. O referido texto, que não tem a assinatura do autor, é um resumo sobre o conteúdo da obra. Porém, destaca-se, em alguns trechos desse escrito, a intenção do autor ou autora de convencer o leitor acerca da veracidade dos fatos narrados nas páginas do livro.

Dessa forma, está claro que quem escreveu esse texto não deixou dúvidas sobre a finalidade das linhas escritas nessa parte do livro: convencer o leitor que as narrativas foram baseadas em fatos da vida real.

Singelamente escrito, tal qual se passaram os fatos, ele [o livro] reproduz fielmente as cartas, sem omissão nenhuma, conservando até modos, tratamento e termos não mais usados.

É um livro verdadeiro. E como a verdade, mesmo na sua simplicidade agrada, empolgando seus episódios, há nesse romance um, admirável: a conversão da alma de um moço cheio de vida, de talento, de bondade e de caráter, mas absolutamente descrente, que foi tocada por outra que já nasceu iluminada pela mais viva fé no Senhor que, nos seus desígnios, ordenou que ambas se buscassem para que uma alentando a outra, lhe desse os preciosos ensinamentos do Amor de Deus.

É possível que este episódio, para os crentes, seja mais digno de estudo nas páginas de “Luz na tormenta” (FONTES, 1948).

Na lombada do livro, nas margens superior e inferior, foram inseridos dois arabescos nas cores azul e preta. Entre os arabescos foram grafados os nomes da autora em fonte análoga à *Arial*, em cor preta e caixa alta e da editora em tamanho aproximado de 11 cm e fonte igual a do nome da autora, além do título da obra em fonte semelhante à *Arno pro* com tamanho aproximado de 16 cm. Na contracapa, de modo centralizado, encontra-se, novamente, a imagem que ilustra a capa e a folha de rosto: o baú, as cartas e o casal de pombos em coloração preta e branca.

No frontispício é apresentado o título do livro, centralizado, a sete centímetros da parte superior da página, em fonte semelhante a *Palatino Linotype* de cor preta, medindo, aproximadamente 14 cm e em caixa alta. Nessa parte do livro, há uma dedicatória manuscrita por Epiteo Fontes, filho de Emilia Fontes. A dedicatória, escrita à caneta, na cidade de São Paulo, em 8 de janeiro de 1962, é direcionada à artista plástica Jacyra de Campos Moraes Aranha. De acordo com a dedicatória, o exemplar em análise teria sido o último livro publicado por Emilia, o “anjo ausente”, que foi presenteado a Jacyra de Campos por Epiteo.

Na folha de rosto, os dados sobre a obra aparecem mais completos. Na margem superior, encontra-se o nome da autora em fonte semelhante a *Palatino Linotype* na cor preta, caixa alta e tamanho 10 cm. Logo abaixo, entre parênteses, a informação de que Emilia, autora da obra, era sócia correspondente da Academia Feminina de Letras de Porto Alegre. Esse dado está grafado com a mesma fonte do nome da autora (*Palatino Linotype*), com tamanho aproximadamente de 8 cm e letras iniciais em caixa alta. Um pouco abaixo dessa última informação está o título da obra, destacado em letra que se assemelha a *Vivaldi* itálica, em cor preta e tamanho aproximado de 24 cm. De forma centralizada, mais uma vez, encontra-se a imagem da capa: o baú, as cartas e o casal de pombos, em preto e branco e medindo 4,5 cm. Na parte inferior da folha de rosto está o nome da editora São Paulo e o país de publicação, Brasil, em fonte similar a *Palatino Linotype*, com tamanho que se aproxima

dos 8 ou 9 cm. Abaixo desses dados está o ano de publicação, 1948, com tamanho aproximado de 3 cm.

Após a folha de rosto se inseriu o prefácio, assinado por Aristides Ávila, médico e genro de Emília. O texto dessa parte da obra foi escrito com fonte semelhante a *Palatino Linotype*, de tamanho aproximado de 10 cm. Nesse pequeno texto, de duas páginas e meia, Ávila fez uma apresentação da obra, tratando, de forma breve, do relacionamento amoroso entre Emilia e Joaquim. Ele destacou a autenticidade das cartas editadas no livro e comparou a história de amor desse casal com a dos personagens Ulisses e Penélope do poema épico *Odisséia*:

E não deixa de haver algum paralelismo entre esta lírica novela e a *Odisseia*: ele – teve o dom dos fortes e foi como Ulisses, que, para voltar à Ítaca, lutou vinte anos contra o Olimpo inteiro; ela – confiou como Penélope e, se não lhe coube tecer um véu interminável, encheu, contudo, a espera, compondo noite e dia cartas de amor (LIMA, 1948, p. 7).

*Luz na tormenta* está dividida em cinco partes. Cada uma dessas partes possui um título de acordo com o conteúdo abordado nas cartas. Na divisão da obra consta, em ordem crescente, a especificação de cada parte descrita da seguinte forma: Primeira Parte, Segunda Parte, Terceira Parte, Quarta Parte e Quinta Parte (Conclusão), seguidas, respectivamente, por um traço preto subscrito. A denominação das partes foi grafada com fonte similar a *Palatino Linotype*, na cor preta, com tamanho de, aproximadamente, 4 cm. Os títulos das cinco partes do livro foram escritos em fonte semelhante à *Cambria*, de cor preta e com tamanho aproximado de 4 cm.

Para o núcleo do texto, foi usado papel similar ao *Off set* ou *Sulfit* 180g. Na parte superior de todas as páginas pares está em destaque o nome da autora da obra, Emilia de Marsillac Fontes, com fonte semelhante a *Palatino Linotype*, de cor preta, em caixa alta, com tamanho aproximado de 10 cm. Já nas páginas ímpares do livro está grafado o nome da obra *Luz na tormenta*, com as mesmas características do dado informado nas páginas pares: fonte similar a *Palatino Linotype*, de cor preta e tamanho aproximado de 10 cm, em caixa alta.

Antes de iniciar as duas primeiras partes da obra, Emilia fez breves introduções, certamente, com o objetivo de situar o leitor no início de seu conturbado romance com Joaquim. Ao final de cada carta enviada por Joaquim, Emilia escreveu alguns comentários acerca das suas reações após fazer a leitura das correspondências e sobre seus sentimentos a respeito do que Joaquim lhes dizia nas cartas.

Os comentários sobre as cartas, realizados por Emilia, estão escritos em terceira pessoa. Esse procedimento, falar de si na terceira pessoa, de acordo com Philippe Lejeune (2014, p. 19), pode implicar tanto um orgulho imenso, quanto uma certa forma de humildade. No segundo caso, Lejeune ressalta que o autobiógrafo se denomina “o servidor de Deus”.

Dessa maneira, observamos Emilia como uma figura que se encaixa constantemente na segunda ocorrência, sendo declaradamente uma humilde “servidora de Deus”. Por ter nascido e sido criada numa sociedade sedimentada pelos valores patriarcais, Emilia sempre carregou consigo a submissão aos preceitos da religião católica – recato, castidade, honestidade, disciplina, entre outros - como foi possível constatar, explicitamente, em uma dezena de cartas escritas por ela.

Para se corresponder com privacidade, o casal usou pseudônimos.<sup>92</sup> Joaquim assinou as cartas como Jocelin de Freitas e Emilia como Edylia Rosa. As assinaturas aparecem sempre no final de cada carta. Antes, porém, em algumas correspondências, o casal se despede com frases românticas ou de subserviência como: “Muitas saudades de seu noivo”; “Do teu adorador”; “De V. Excia. Revma., menor criada e grande admiradora”; “Do seu amigo e criado”; “Sua noiva e amiga dedicada”; “Sempre seu”; “Unicamente seu”; “Saudades do noivo que a estremece” etc (FONTES, 1948).

Em algumas cartas, Joaquim e Emilia por vezes subscreveram apenas as iniciais de seus pseudônimos. Levando em consideração os preceitos morais rígidos da sociedade de fins do século XIX, deduzimos que essa atitude era uma forma do casal manter em segredos os nomes dos correspondentes das cartas, além de não se expor à condenação pública caso as cartas fossem extraviadas.

Desse modo, em algumas cartas Joaquim assinava com as iniciais J. de F, em outras, como Jocelin. Já Emilia também fez uso da mesma estratégia para assinar as cartas. Em alguns momentos ela rubricou as iniciais E. de A ou E. de M. A. Assinou outras como Edylia ou Edylinha e ainda como Edylia Rosa de M. Alencar ou Edylia Rosa.

Outra marca que predominou na obra analisada foi a presença do nome dos destinatários das cartas sempre destacado na margem esquerda da página. O local, data, mês e ano de envio das correspondências estão continuamente dispostos na margem superior direita da folha.

---

<sup>92</sup> Um pseudônimo é um nome diferente daquele que foi registrado em cartório, usado por uma pessoa real para publicar todos os seus escritos ou parte deles. O pseudônimo é um nome do autor. Não é exatamente um nome falso, mas um nome de pena, um segundo nome [...]. O segundo nome é tão autêntico quanto o primeiro, ele indica simplesmente este segundo nascimento que é a escrita publicada. O pseudônimo é simplesmente uma diferenciação, um desdobramento do nome, que não muda absolutamente nada no que tange a identidade (LEJEUNE, 2014, p. 28).



Antecedendo às cartas editadas na primeira parte do livro, Emilia destacou alguns pontos relativos à sua vida quando criança e ao seu cotidiano após o falecimento de sua mãe. Emilia ainda tratou da reação que teve ao receber a primeira carta de Joaquim em 10 de maio de 1890, além de discutir aspectos do seu relacionamento com o pai e com a sua amiga de infância, Angelina.

As missivas editadas na primeira parte do livro, intitulada *Por Decreto Divino, assim começou, de maneira tão simples, esta complicada história de amor*, tratam dos primeiros contatos de Emilia com Joaquim através da troca de cartas. As 34 cartas trocadas inicialmente, sendo 25 escritas por ele e nove por ela, revelam aspectos das vidas cotidianas dos dois jovens, bem como seus temores quanto aos obstáculos que enfrentariam com o romance.

A primeira fase, em que o jovem casal começou a se comunicar, iniciou-se em 10 de maio de 1890, com uma carta escrita por Joaquim e enviada a Emilia, que só respondeu após várias investidas do jovem, em setembro de 1890. Dentre as cartas dessa fase, encontra-se uma enviada por Joaquim a Joelzinho, irmão de Emilia. Nessa carta, o candidato a noivo de Emilia solicitou a intersecção do futuro cunhado para a empreitada que realizaria adiante: pedir ao pai de Emilia a mão dela em casamento.

Na introdução da segunda parte da obra, em apenas um parágrafo, Emilia descreveu os sentimentos que se apoderaram dela após a leitura da última carta que recebeu de seu, agora noivo, Joaquim. O conteúdo dessa missiva diz respeito à atitude de Joaquim acerca da oposição do pai de Emilia sobre o relacionamento dos dois.

Nessa seção, intitulada *Após o fragor da procela desceu a bonança sobre aqueles dois corações*, contabilizam-se 21 cartas escritas no período, presumimos, compreendido entre outubro e dezembro de 1891. Dessas 21 cartas, 10 foram escritas por Emilia e 11 por Joaquim.

Dentre outros assuntos, foram discutidos nas cartas: a atitude de Emilia diante da decisão do seu pai em não aceitar o casamento dela com Joaquim, a postura de Emilia diante das regras sociais impostas às mulheres de sua época, além da posição de Joaquim em relação a esse último assunto, ciúmes e intrigas.

Ainda nessa seção, existe uma carta endereçada ao padrinho de Emilia, a quem ela mesma escreveu pedindo intervenção a seu favor perante o pai para que ele aceitasse seu romance com Joaquim. No entanto, Emilia não publicou a resposta do padrinho sobre o seu pedido.

Na terceira e quarta partes da obra, a autora não escreveu introduções como fez nas duas primeiras seções do livro. Os conteúdos das cartas relativos à terceira parte da obra, intitulada *E foi exilada para que o seu coração esquecesse*, continuam sendo o impedimento do pai de Emilia ao enlace entre o jovem casal. Além disso, assuntos como discriminação, moralidade e rapto são abordados nas cartas trocadas entre o casal durante o período que data de 28 de dezembro de 1891 a 19 de janeiro de 1892. Das 10 cartas escritas pelo casal e divulgadas nessa seção do livro, Emilia e Joaquim escreveram, cada um, cinco cartas.

Já a quarta parte da obra, que apresenta o título *E o seu amor partiu para longes terras*, é a seção que tem a maior quantidade de cartas publicadas, datadas de 20 de janeiro a 01 de dezembro de 1894, com um total de 63 cartas, sendo que 23 delas foram escritas por Joaquim. Emilia escreveu 22 das cartas dessa seção. Dentre as cartas publicadas nessa parte do livro, 18 foram redigidas pelos irmãos de Emilia e por alguns amigos do casal. Com forte apelo emocional, o conteúdo dessas cartas tinha o propósito de tentar convencer o pai de Emilia a aceitar o casamento entre ela e Joaquim.

Na quinta e última parte do livro, intitulada *O poder da fé operou o milagre de unir para sempre aquelas duas almas*, a autora apresenta a conclusão da história de amor entre ela e Joaquim. Agora já não são mais as cartas que falam, mas sim a própria autora que declara, com muito entusiasmo, o final feliz do conturbado romance com Joaquim.

Na última página do livro, situa-se uma errata. Nela estão expostos, de maneira sequenciada, os erros assinalados na obra, bem como suas correções, como podemos observar abaixo:

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
25...	24...	eite lágrimas....	deite lágrimas
42...	1...	Sera para mim....	Será para mim
98...	13...	possui um talento.	possui um
talento,			
113...	43...	Perdoe-me....	Perdoe-me;
117...	38...	E justíssima...	É justíssima
118...	35...	sun alma...	sua alma
245...	8...	no azul da esfera	no azul da esfera,
276...	24/25...	dese-ar.....	dese-jar
278...	38...	não alude.....	não aluda
295...	32...	relevando.....	revelando
296...	7...	aratura.....	araruta
298...	15...	a sua saúde.....	à sua saúde
327...	34...	Sr. Dr.....	Sr., Dr.,
348...	16...	É de um nobreza	É de uma
nobreza			
350...	14...	de honra.....	de honra,

364...	7...	só dela.....	do dela
367...	25...	Pode amar o riso...	Pode amar
o riso,			

Portanto, entendemos que uma obra, tal como o livro *Luz na tormenta*, é sempre um produto inacabado, pois, como podemos observar no parágrafo acima, apesar de o livro de Emilia ter sido publicado num contexto sócio-histórico em que as técnicas de produção já se faziam modernas, os erros de grafia, pontuação e acentuação são observados com certa frequência, o que pode suscitar constantes revisões da obra.

### Capítulo 3

#### Práticas Amorosas em Sergipe em fins do século XIX

Nessa seção da pesquisa, apresentaremos as práticas amorosas em Sergipe em fins do século XIX a partir da análise da obra *Luz na tormenta* (1948), especificamente entre os anos de 1890 a 1894, período em que o casal Emilia e Joaquim Fontes trocou as cartas de amor publicadas naquela obra.

Destacaremos as regras socioculturais que controlavam essas práticas em Sergipe no século XIX, além de examinarmos as impressões construídas pela sociedade sergipana oitocentista acerca das normas que as regulamentavam. Por fim, através da observação da experiência de Emilia, perceberemos quais foram os posicionamentos das mulheres sergipanas diante das normas que orientavam as práticas amorosas.

A análise da obra *Luz na tormenta*, de Emilia Fontes, nos possibilitou o conhecimento e a compreensão da conjuntura sociocultural em que viveu Emilia e, principalmente, as maneiras como as mulheres sergipanas pertencentes às famílias abastadas do século XIX, presumivelmente, se comportaram diante das regras sociais impostas a elas no tocante às práticas amorosas.

A coletânea de cartas de amor trocadas entre Emilia e Joaquim, durante cinco anos de namoro e noivado, de 1890 a 1894, constitui importante fonte de estudo para a compreensão do cotidiano da sociedade sergipana do século XIX, sobretudo no que diz respeito à forma como os casais se comportavam amorosamente nesse período.

Nesse sentido, associamos as nossas reflexões às teorias de Bourdieu (2002), Certeau (1994), Elias (2005) e Pais (2007) sobre a concepção de cotidiano. Esses autores admitem a possibilidade de que as rupturas não colocam em risco a cotidianidade. Dessa forma, o cotidiano seria marcado pela coexistência da normatividade e da contingência, por uma espécie de equilíbrio instável da ordem.

Como teremos a ocasião de observar nos tópicos posteriores desse capítulo, Emília, por conhecer as normas sociais que dominavam as práticas amorosas do século XIX - a condição social do noivo e a forte interferência do pai na escolha do cônjuge (resquícios do patriarcalismo), além do temor relacionado aos estigmas sociais acerca das mulheres que não obedeciam às regras de casamento da época - teve condições de, astuciosamente, manipulá-las e controlá-las, utilizando-as a seu favor.

Emilia batalhou pelo sucesso da sua união. Ela rejeitou alguns pretendentes a sua mão, sobretudo os que foram indicados por seu pai, manteve o seu noivado durante cinco anos, sem

considerar a condição social pouco destacada de Joaquim, aventou a possibilidade de casar com ele mesmo a contragosto do pai, além de ameaçar enclausurar-se num convento ou cometer suicídio, quando afirmou que preferia morrer se não casasse com Joaquim. Solicitou ainda ajuda dos irmãos e amigos para convencer o pai a aceitar o seu relacionamento com Joaquim, desprezando os possíveis posicionamentos de reprovação da sociedade aracajuana perante essas suas novas posturas.

Em suma, ao utilizar-se daquelas táticas, Emilia contrariou o ideal de filha submissa ao pai e o de sujeito temente às normas sociais, como até então se apresentava. A efetivação do casamento de Emilia e Joaquim, resultante das operações de oposição e desafio às regras por ela acionadas, pode ser considerada como um vestígio de transformação do comportamento da sociedade aracajuana no que diz respeito às convenções que controlavam as práticas amorosas nos finais dos oitocentos.

#### **4.1 Emilia e Joaquim: práticas amorosas e normas patriarcais do século XIX**

“Quando souberes que um moço inteligente e com nobreza de alma me deseja para esposa, fica certo de que eu aceitarei”. Foi com essa afirmativa que Emilia, conversando com Lúcio, criado de sua casa, definiu o seu destino. Espantado com a decisão de sua patroa, Lúcio indagou: “Mas a senhora quer mesmo se casar?”. E logo lhe contou sobre uma carta que recebera de um admirador de Emilia. Esse admirador era o estudante de Direito, Joaquim Martins Fontes da Silva, de 24 anos.

A carta de Joaquim estava sob posse do copeiro Lúcio há dez dias, pois, com receio de que Emilia se zangasse com ele ao entregar-lhe uma carta de um homem desconhecido, não a revelou antes. Lúcio tomou todos os cuidados para que ninguém soubesse da carta e falou à Emilia que a guardara bem dentro da capa de seu livro para que ninguém desconfiasse.

Sentindo um misto de curiosidade e esperança, Emilia teve vontade de ler a carta e conhecer o bacharel. Enquanto aguardava o momento de ter em suas mãos a referida carta, questionava-se: “Como seria ela? Agradá-la-ia? Ou iria aborrecê-la como algumas que já lhe haviam chegado às mãos?” (FONTES, 1948, p. 12). Interrogando-se a todo o tempo, Emilia tinha a esperança de que a carta recebida pudesse alegrar seu coração que vivia tão triste, tão fechado, tão esquivo e, ao mesmo tempo, era tão exigente.

Emilia estava no jardim de sua casa quando Lúcio a espreitava de longe. Ele correu como pressa em direção a ela e disse: “Está aqui a carta. Não mostre a ninguém. E se a Senhora não quiser, não me tenha raiva. Esconda-a, que vem gente! [...]” (FONTES, 1948, p.

13). Emilia recebeu a carta e logo procurou escondê-la em seu seio, pedindo a Deus que a abençoasse com um moço inteligente e de caráter, pois estava cansada de ser rica, sem nada ter (FONTES, 1948, p. 13).

Assim, ao ler a primeira carta de Joaquim Fontes, datada do dia 10 de maio de 1890, onde ele revelava o seu amor e a intenção de casar-se com ela, Emília, cheia da mais viva emoção, leu e releu a carta por várias vezes achando-a belíssima e admirável. No entanto, Emilia não achou conveniente que uma mulher solteira como ela se comprometesse com situações difíceis, correspondendo-se com um homem que ela não conhecia, pois bom comportamento perante a família e a sociedade era imprescindível para qualquer mulher do século XIX.

Apesar da felicidade que sentiu ao receber a carta de um pretendente, Emilia decidiu que, inicialmente, não responderia as missivas enviadas por Joaquim, pois sabia que seu pai não aceitaria o seu contato com um homem desconhecido. Desse modo, como já sabemos, era costume no século XIX as mulheres da elite não escolherem seus futuros maridos, uma vez que essa escolha poderia incorporar pessoas de fora dos limites sociais em que estavam inseridas e, assim, acabavam aceitando o pretendente imposto pelos pais. Nesse sentido, o sistema patriarcalista se fazia presente nas vidas das mulheres, como um dispositivo que controlava as suas práticas amorosas.

Com receio de que a carta fosse extraviada e, em decorrência disso, o seu nome fosse maculado, Emília arquitetou o seguinte estratagema: solicitou que Lúcio admitisse para Joaquim, mesmo sem ter cometido tal ato, que havia queimado a carta e, por isso, ela não tinha sido entregue a Emilia (FONTES, 1948, p. 20).

Lúcio logo obedeceu à ordem de D. Edylinha<sup>93</sup> e pediu para que ela ficasse sossegada, pois faria tudo conforme havia ensinado a ele. Lúcio jamais queria ver a sua senhorinha triste e fazia de tudo por ela. Assim, cumpria todas as ordens que eram dadas a ele: “E aquela alma rústica, mas cheia de bondade e de dedicação, saiu para cumprir a ordem daquela jovem que, para suavizar a sua inquietação, foi para o piano executar trechos de seus músicos prediletos” (FONTES, 1948, p. 16).

Emilia tinha receio de que a carta fosse desviada, caso isso acontecesse poderia ocorrer “coisas desagradáveis que pudessem comprometer seu nome que ela tanto zelava.” (FONTES, 1948, p. 20). A atitude de Emilia acerca da carta de Joaquim, evitando, inicialmente, respondê-la, foi influenciada pelos padrões sociais do período, que estabeleciam

---

<sup>93</sup> Pseudônimo que Emilia usou para assinar as cartas que endereçava a Joaquim.

ser de bom tom para as mulheres de boa família zelar pelo seu nome e moral, evitando a exposição de seus sentimentos amorosos à revelia do consentimento dos seus pais.

Joaquim não acreditou na história contada por Lúcio, de que a carta havia sido queimada, e resolveu escrever novamente para Emilia procurando outro portador para entregar uma nova correspondência. Anexo à segunda carta, Joaquim enviou um poema de amor com o propósito de abrandar o coração de sua amada.

Radiante de alegria, Emilia leu a segunda carta e, correndo, foi à janela para ver passar em frente a sua casa, pela primeira vez, o homem que seria seu futuro marido. Ela confessou que agora “O seu coração, de quase 18 anos, foi despertado por outro, de um poeta maviioso, que já a amava em segredo e a quem plenamente correspondia.” (FONTES, 1948, p. 38).

No entanto, ainda que Emilia tenha se enchido de alegrias por ter recebido uma carta de amor de um rapaz por quem sentiu algum afeto, ela continuou relutando em responder as cartas de Joaquim.

Dessa forma, após enviar cinco cartas à Emilia, o missivista apaixonado, Joaquim, indignava-se com o comportamento padronizado de Emília, denunciando a recusa dela em corresponder-se com ele via cartas.

*A Senhora teme-se de tudo; arreceia-se de receber uma carta minha quando daqui distante, porque zela muito pelo seu nome, e a minha carta pode ser extraviada.*

E, não, porque se a Senhora tem um nome a zelar, não pode ser tão egoísta, a ponto de supor que o meu não careça de zelo<sup>94</sup> (FONTES, 1948, p. 21, grifos do autor).

Na primeira carta escrita por Emília e enviada a Joaquim, percebe-se o temor que ela sentia em escrever para ele. Receosa de que suas cartas fossem desviadas, evitou o quanto pôde respondê-lo. No entanto, Emilia sentiu remorsos por não corresponder, através de cartas, ao amor de Joaquim, pois a sua consciência já entendia que as intenções do rapaz, para com ela, eram sinceras.

Assim, ao receber a quinta carta de Joaquim e anexadas a ela diversas poesias apaixonadas em sua homenagem, Emilia rendeu-se diante dos versos e afirmou que “jamais poderia imaginar que fosse merecedora de tanta coisa linda! que lhe enchesse de enlevo o coração que ainda não havia se inclinado por ninguém.” (FONTES, 1948, p. 38). Desse modo, o primeiro verso escrito por Joaquim para Emilia já apresentava a adoração e o amor que ele nutria por Emilia:

---

<sup>94</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 23 de junho de 1890.

Mais do que flor, tu és, Edylia, uma princesa!  
 Mais que tudo que é belo – és tu! Circunvagando  
 A vista toda em torno a inteira natureza,  
 Mais formosa que o céu te vejo! E em te olhando,

Não há um coração que, por tua beleza,  
 Não há palpite febril, e que, de quando em quando,  
 Não sinta dentro de si a colossal riqueza  
 Da luz dos olhos teus, que já me vai cegando!

Não crês, talvez! Pois sim, mulher, seja mentira...  
 Porém, se acaso tu quisesse ser um dia  
 Rainha, eu penso que jamais no mundo vira

Alguém, um trono assim – sem pedras e ouropéis,  
 Que só de corações, princesa, então seria,  
 E o meu oscularia o nácar de teus pés! (FONTES, 1948, p. 28)

Após a leitura da carta e dos versos dedicados a ela, Emilia, enfim, enviou a Joaquim a tão esperada resposta. Empolgada pela força que as poesias lhe deram e ao mesmo tempo apreensiva Emília justificou a sua decisão de corresponder-se com Joaquim:

Jamais em minha vida, deveria dar semelhante passo; mas hoje, levada por um sentimento que não sei explicar, e, confiada nas reiteradas provas de sinceridade que tive a ventura de merecer, é que me arrisco a praticar êste ato de insensatez que muito desconhecia, segundo a minha maneira de pensar. Apreensiva fico a ponderar no resultado de um extravio qualquer, porquanto já sabe sou zelosa do meu nome...<sup>95</sup> (FONTES, 1948, p. 38).

Nesse sentido, apesar de ter assumido o risco de manter correspondências de teor amoroso com Joaquim, Emília não se permitiu avançar em seu relacionamento – arriscando-se, por exemplo, a encontrar pessoalmente o seu pretendente. Sobre isso, tanto Emilia como Joaquim lamentavam a distância que precisavam manter um do outro. Mas, Joaquim pouco se conformava com essa situação e, por diversas vezes, em suas cartas, contestava:

Acha pouco o desejo que tenho de vê-la de perto, de conversar, de mostrar-me qual sou? Não basta o saber que vivo com Tântalo da legenda, querendo-lhe mais que a tudo, mas sem poder, ao menos, lhe apertar a mão? Não é bastante o acanhamento enorme que me comprime a alma, ao passar quatro ou cinco vezes por sua casa, para vê-la, como um meteoro, um relâmpago, na carreira em que passo? Tudo isso é pouco<sup>96</sup>? (FONTES, 1948, p. 21-22).

<sup>95</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 15 de setembro de 1890.

<sup>96</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 23 de junho de 1890.



Ao mesmo tempo em que se resignava com a distância que deveria manter de Emilia e com o fato de nunca ter trocado nenhuma só palavra com ela, Joaquim tentava amenizar a situação justificando que não só o contato, a palestra e a convivência geravam o amor, mas as expressões no rosto podiam revelar o que o coração sentia. E assim, buscava contentar-se com o namoro à distância e, as vezes que conseguia ver Emilia de longe, debruçada sobre a janela, percebia através do seu semblante, o quanto ela já o amava.

Sendo o pai de Emilia um homem de gênio forte, sabia ela que enfrentaria grande desafio ao tentar convencê-lo a aceitar seu relacionamento com Joaquim. Nas conversas preliminares entre o casal a respeito do noivado dos dois, Emilia pediu a Joaquim que, por ora, não falasse ao pai da sua intenção em namorá-la, pois precisaria cercar-se de todos os cuidados para não contrariá-lo.

O motivo alegado por Emilia para não desagradar o pai, devia-se ao fato de ele ter uma saúde precária e viver adoentado, fazendo com que ela se curvasse a muitos de seus caprichos e injustiças que, segundo ela, desde mocinha já sofria.

Sobre o apoio de seu pai ao seu relacionamento com Joaquim, Emilia já adiantava que não seria tarefa fácil. Devido ao gênio impetuoso e indomável de Pedro Amâncio, além de sua saúde precária, Emilia alertou que não contrariaria as vontades do seu pai:

Sofro demais em pensar na minha situação, caso meu Pai se oponha ao nosso enlace, porque, permita que lhe diga, não nasci para heroísmos de insensatez!... Perdoe-me esta franqueza: mas se faz mister que o Sr. conheça as minhas idéias e sentimentos e que partilhe deles <sup>97</sup> (FONTES, 1948, p. 41).

Se ele se opuser, devo dizer-lhe que não farei asneiras, porque tenho vergonha de certas coisas, para as quais não nasci <sup>98</sup> (FONTES, 1948, p. 86).

Frequentemente Emilia reportava-se à importância de manter o respeito em relação aos posicionamentos do seu pai acerca de sua vida amorosa. Para ela, a opinião dele era parte importante a ser ouvida com muito respeito e admitia que “inúmeras vezes, se submeteu à vontade do Pai, cujas decisões sempre acatou.” (FONTES, 1948, p. 40). Nesse sentido, Emilia ainda solicitou a Joaquim precauções ao tratar sobre o assunto de casamento com seu pai, pois não desejava que ele se decepcionasse com ela.

Nesse particular, entendemos como Peter Gay (1988, p. 131), que a predominância de sentimentos de respeito e obediência que as mulheres dos oitocentos nutriam em relação ao patriarca, mantinham-nas, num plano ideal, na condição de um bem, elemento submisso e

<sup>97</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 12 de setembro de 1890.

<sup>98</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 12 de setembro de 1890.

passivo na instituição familiar. Durante boa parte do século XIX, e em todo o mundo ocidental, as mulheres permaneceram virtualmente na condição de propriedade de seus pais e, depois, de seus maridos. O duplo padrão, definido e defendido pelos homens, vigorou quase sem oposição alguma.

Inicialmente, Emilia afirmava constantemente que, caso seu pai resistisse ao relacionamento dos dois, ela não cometeria nenhum desvio de sua conduta, pois assegurava que lhe faltava coragem para certos atos que, a seu ver, eram insensatos e escandalosos.

Joaquim não aceitou o posicionamento de Emilia acerca da obediência exagerada a seu pai e rotulou Pedro Amâncio como um homem egoísta e déspota. Por sua vez, Emilia justificou a sua posição de filha submissa, relatando os condicionantes que faziam com que ela excedesse o respeito pelo pai. Nesse sentido, ela rechaçou, mais uma vez, a ideia de praticar certos atos que iriam de encontro aos seus valores morais:

E porque não hei de respeitá-lo? Não é ele o meu Pai, o autor dos meus dias? Não lhe devo ser submissa por mais injusto que ele seja comigo? Tenho me humilhado sempre aos seus caprichos, mas negar minha palavra por cobardia? Nunca! Continuamente tenho dito ao Sr. Que o meu temperamento não se coaduna com certas coisas...<sup>99</sup>(FONTES, 1948, p. 97).

Diante da incisiva confirmação de Emilia acerca do respeito e da obediência que ela nutria pelo pai, Joaquim não se conformou e rebateu a sua justificativa e a postura de Pedro Amâncio a respeito do controle que exercia sobre a própria filha:

[...] se submete absolutamente à vontade de seu Pai. Mas, perdão! Isso nunca foi amor. Em matéria de sentimento, não há submissões... Os pais não tem o direito de negociar com o coração dos filhos. Nunca se dá o coração de uma moça com a mesma facilidade com que se vende uma garrafa de remédio<sup>100</sup> (FONTES, 1948, p. 99).  
Com quem pretende seu Pai casá-la? Quererá guardá-la para freira?  
Ou pretende fazê-la solteirona? Reaja, e conte comigo em absoluto<sup>101</sup> (FONTES, 1948, p. 99-100).

No trecho citado acima, além de criticar a subordinação de Emilia ao pai, comportamento que ela sempre fez questão de demonstrar, Joaquim, possivelmente, criticou a ideia de uma prática comum no século XIX: a de que os pais escolhiam e comerciavam os maridos para as filhas. Nesse sentido, Joaquim vislumbrou a possibilidade de que Pedro

<sup>99</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 19 de junho de 1891.

<sup>100</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 25 de junho de 1891.

<sup>101</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 25 de junho de 1891.

Amâncio negociaria a escolha de um marido para Emilia, quando mencionou que os pais não tem o direito de negociar e nem vender o coração dos filhos (FONTES, 1948).

Além disso, Joaquim atentou para um fato muito recorrente à época: quando uma filha resistia e não se casava com o par imposto pela família, ela era direcionada a um convento. Essa seria uma punição que Emilia poderia sofrer caso não se casasse com quem o pai dela escolhesse. Essa prática a que mulheres eram submetidas, perdurou no Brasil até finais do século XIX.

Em outra carta, Joaquim, como quem pretendia expressar, através de um gesto de revolta, a sua oposição sobre as convenções sociais da época, arrematou:

Os meus [familiares], quando muito, poderão com minha cabeça ao passo que os seus têm no bolso a chave de seu coração.  
Isto é triste, mas eu não aconselho que os contrarie porque, infelizmente, a mulher é ainda muito e muito escrava dos velhos conceitos sociais.  
Eu sou homem: nada tenho a temer a não ser o *desideractum* da sociedade, uma vez que eu tenha praticado o mal.  
Pouco me importam os maus juízos que os caracteres repreensíveis e degenerados possam fazer de mim, porque mais tarde, provada a maledicência, a iniquidade deles, posso denunciá-los como delinquentes à opinião pública. Não se dá, porém, o mesmo com a Sra., que é naturalmente uma criatura imbele e cativa da vontade autocrática de seu Pai e dos prejuízos sociais que agrilhoam o espírito da mulher no século dezenove<sup>102</sup> (FONTES, 1948, p. 131).

Podemos presumir que Joaquim continuou adotando uma postura crítica acerca da ideia de submissão da mulher aos padrões sociais da época, que criavam obstáculos às suas pretensões de se casar com Emilia. Os seus posicionamentos críticos acerca das normas sociais do período estão inscritos em expressões utilizadas por ele para descrever a situação social da mulher naquele contexto, tais como: “velhos conceitos sociais”, “vontade autocrática” do pai, “prejuízos sociais que agrilhoam o espírito.”

Diante da postura de Emilia de não aceitar cometer atos desvairados, como uma possível fuga ou rapto<sup>103</sup>, e de não pretender contrariar a vontade de seu pai, Joaquim afirmou, em outra carta, ter planejado seu casamento com Emilia, atitude pensada em meio ao desespero e aos obstáculos enfrentados desde o início do seu relacionamento com Emilia:

<sup>102</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia, sem data.

<sup>103</sup> Quando o namoro não era o desejado pelos pais, acabava resultando, muitas vezes, em fugas ou raptos. No Nordeste, o rapto era uma maneira que a moça arranjava para se casar com o pretendente escolhido por ela. (SANTANA, 2008, p. 48).

Tenho concebido planos, porque, mesmo contra a vontade de seu Pai, pode dar-se o nosso casamento, sem o menor escândalo para nós e para a sociedade.

Por uma frase de sua carta, depreende-se claramente que a Sra., nessa questão, se submete absolutamente à vontade de seu Pai. Mas, perdão! Isso nunca foi amor. Em matéria de sentimento, não há submissões... Os pais não tem o direito de negociar com o coração dos filhos<sup>104</sup> (FONTES, 1948, p. 99).

A resposta de Emília à proposta de casamento de Joaquim indica o traço de subserviência que até então ainda pairava sobre a sua consciência, orientada para o cumprimento das regras de bom comportamento social da época. Dessa forma, até esse momento, Emília esforçava-se para não adotar nenhum tipo de conduta que a condenasse perante a família e a sociedade, reafirmando que não nasceu “para atos aviltantes, que possam servir de maus exemplos<sup>105</sup>.” (FONTES, 1948, p. 103), ou garantindo que não cometeria loucuras, preferindo morrer a se prestar a uma fuga.

Apesar de Joaquim ter indicado a possibilidade de um casamento a contragosto da família de sua noiva, fora dos padrões sociais da época, como forma de solucionar, de uma vez por todas, o problema de seu relacionamento com Emilia, em outra carta, ele alegou ser incapaz de ter sugerido a ideia de um rapto e se justificou demonstrando sua opinião sobre esse tipo de prática:

Não julgue que lhe tendo dito, em minha última carta, que conhecia meios de casar-me com a Sra., a contragosto dos seus, já me tivesse atravessado a mente a absurda ideia de um rapto. Não! Não e nunca!

Por muitos motivos, ainda mesmo que a Sra. por abnegação, se prestasse a um rapto, eu não o faria, porque Deus me livre de pensarem que a fiz minha amante, antes de ser minha cara esposa. Diante da moral, a raptada é quase u’ameretriz, inda que do rapto ao casamento, decorram minutos. E, ainda, da fria razão, (talvez a Sra. seja pura demais para pensar nisso) a moça que abandona clandestinamente o lar de seus Pais, embora com fins justificáveis, para a adúltera raptada – há um passo que o tempo pode dá-lo. Todo raptor, ao meu ver, é insensato e temerário. O rapto sevandija a mulher e avilta o homem; foi, é e será um exemplo perigoso, como bem disse a Sra<sup>106</sup> (FONTES, 1948, p. 104-105).

Nessa perspectiva, as normas sociais vigentes no século XIX acerca das práticas amorosas, condenavam as mulheres que fugiam de casa, eram raptadas ou se deixavam raptar. Dentre as sanções que as mulheres poderiam sofrer ao cometerem aqueles atos, estava a reprovação de toda a sociedade. As mulheres que usavam o rapto ou a fuga como um método

<sup>104</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 25 de Juno de 1891.

<sup>105</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 26 de junho de 1891.

<sup>106</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 30 de junho de 1891.

para casar-se com o par escolhido por elas, além de manchar a honra de toda a família, ainda poderiam ser vistas e apontadas pela sociedade como amantes do raptor, ou até mesmo como prostitutas. Esses seriam estigmas que elas carregariam pelo resto de suas vidas.

Resolver a situação de seu casamento com Joaquim por meios lícitos era o propósito de Emilia, que não admitia manchar a sua reputação. O julgamento da sociedade era um dos motivos pelos quais ela se resguardara de empreender esforços que a condenassem como um mau exemplo de mulher.

Emilia também afirmava que seus princípios a impediam de dar esperanças a Joaquim de uma possível fuga, e apelava para os céus, pedindo a Deus para abrandar o coração duro de seu pai e encorajá-la a mudar seu pensamento. Desse modo, ela relatou a sua angústia em uma das cartas enviadas ao seu noivo:

Lançarei mão de todos os meios honestos, a fim de que ninguém, em tempo algum, amesquinhe os meus brios de mulher; a fim de que a sociedade, os meus, os seus, não me condenem e nunca apontem como um exemplo mau. [...]; mas, como tenho horror a fugas, e não sei se, na ocasião, terei forças para vencer os meus escrúpulos, por isso, não lhe dou esperanças, pois que, na ocasião podem fracassar e serem maiores os seus e os meus sofrimentos. Tenhamos, porém, confiança em Deus, e em sua Mãe Santíssima que poderão intervir, abrandando o coração de meu Pai, ou então, fazendo-me mudar de modo de pensar, acabando com estes escrúpulos, que tanto apoquentam [...] <sup>107</sup> (FONTES, 1948, p. 154).

Ciente da posição de Emilia acerca da ideia do casamento por meios ilícitos, Joaquim, com o intuito de convencer sua noiva de que o casamento só poderia ocorrer mediante uma fuga, demonstrou a opinião de alguns amigos em relação ao seu matrimônio com ela: “Muitas são as pessoas (pois toda a gente já sabe) que me tem falado no procedimento de seu Pai. Todas elas, achando-o injusto e insensato, dividem-se em dois grupos: um, aconselha-me que a rapte; outro, que a esqueça, porque não devo humilhar-me <sup>108</sup>.” (FONTES, 1948, p. 161).

Num trecho de uma carta enviada à Emilia, Joaquim indicou que as pessoas continuavam a opinar sobre a relação amorosa dos dois: “Pessoas de critério disseram-me hoje, que eu deveria casar-me o mais breve possível, ainda que seja por meios extremos, sem o que não se realizará nunca o nosso casamento. Estou inclinado a crer nisto <sup>109</sup>.” (FONTES, 1948, p. 217).

<sup>107</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim, sem data.

<sup>108</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 12 de novembro de 1891.

<sup>109</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 20 de janeiro de 1892.

Mesmo estando infeliz com o estado das coisas, Emilia afirmou a Joaquim que não se prestaria a um rapto sem antes lutar de todas as formas possíveis, “abalando céus e terras” (FONTES, 1948, p. 142) para conseguir o que tanto desejava: que seu pai cedesse ao pedido de casamento de Joaquim.

Além dos preceitos morais da época, que Emilia buscava seguir à risca, ela admitia que lhe faltava coragem para deixar-se raptar. O que poderia ser para outras mulheres coisa fácil, para ela era repugnante, pois cometer uma fuga contrariava o seu modo de pensar, fruto de uma educação ordenada pelos valores patriarcais.

Joaquim, apesar de respeitar as posturas de sua noiva - que relutava em cometer atos contrários aos seus princípios morais - era um crítico severo dos costumes de sua época. Para ele, a sociedade apática e risível em que viviam não tinha qualquer importância para sua vida e aconselhava Emilia a reagir contra seus escrúpulos que tanto sacrificava o futuro dos dois.

Dessa forma, Joaquim acreditava que a falta de coragem e a vergonha de se expor à opinião da sociedade seriam os principais motivos que levavam Emília a não adotar posturas radicais, observadas como rupturas com as regras que orientavam as práticas amorosas da época. Dessa forma, Emilia admitia:

E confesso-lhe que me sinto sem coragem para isso. Se não tivesse tanta vergonha de expor-me aos maus juízos de pessoas que, não estando ao par de minha vida me suporiam u’a moça tresloucada, de reputação duvidosa, naquela ocasião, num excesso de revolta de tanta injustiça, em presença de todos teria abandonado esta casa<sup>110</sup>(FONTES, 1948, p. 255).

Passados um ano de troca de correspondências entre Emilia e Joaquim, Pedro Amâncio continuava resistindo a aceitar o relacionamento dos dois. Além disso, ele ainda recusou o pedido de casamento de Joaquim à Emilia, feito por intermédio de Amadeu, irmão de Emilia. Essa notícia deixou o casal desolado.

Para aumentar a angústia do casal, Pedro Amâncio ainda escreveu para Joaquim desfazendo o compromisso de noivado dele com sua filha. A atitude tomada por Pedro Amâncio, sem o conhecimento de Emilia, deixou-a consternada e ela não esperou para desabafar a sua tristeza com Joaquim: “Há muito não choro como hoje, pois soube, com grande desgosto, que meu Pai lhe escreveu, desfazendo o nosso compromisso. Ele me fez esta injustiça, sem me ouvir<sup>111</sup>.” (FONTES, 1948, p. 146).

<sup>110</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 09 de outubro de 1892.

<sup>111</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 31 de outubro de 1892.

Inicialmente, Pedro Amâncio usou como justificativa para a sua rejeição ao relacionamento de Emilia com Joaquim o fato da saúde frágil de sua filha, visto que, vez por outra, ela era acometida por sérios abalos de saúde.

Diante desse argumento do pai Emilia, ela confessou que, realmente, tinha uma saúde muito delicada. No entanto, esse motivo não foi suficiente para convencê-la a desistir do casamento com Joaquim: “Se os meus sofrimentos físicos são sérios, por que não me submeteram a um tratamento rigoroso? Por que não chamam um médico para examinar-me, assistindo-me e curar-me?”<sup>112</sup> (FONTES, 1948, p. 163).

Diante da forte oposição do pai ao seu casamento com Joaquim e devido a outras injustiças que, segundo Emilia, sofria desde criança, ela estava convencida de que veio a essa terra para sofrer. Os dissabores pelos quais dizia que passava desde a infância faziam-na pensar que uma maldição a acompanhava desde o seu nascimento.

Nesse sentido, diante de toda a vigilância exercida por Pedro Amâncio sobre as pretensões amorosas de Emilia, visando enquadrá-la num rígido sistema de comportamentos socialmente aprovados, ela sentia-se injustiçada, infeliz, amaldiçoada, vítima de uma entediante rotina que a impedia de alcançar seus objetivos pessoais, como o de contrair núpcias com o seu amado Joaquim.

Porém, mesmo tendo os seus planos de casamento frustrados pelo seu pai, Emilia ainda tentava amenizar a sua situação, alegando que Pedro Amâncio padecia de graves problemas mentais e por isso devia perdôá-lo, pedindo que Joaquim fizesse o mesmo.

Como tivemos a oportunidade de observar nessa seção da pesquisa, o pensamento de Emilia sobre o seu lugar de filha estava pautado num argumento de origem patriarcalista e que ainda imperava no pensamento de algumas mulheres em fins do século XIX: o de que a mulher devia ser submissa ao pai e depois ao marido, seguindo a ordem social vigente.

Dessa forma, Emilia admitia que o seu pai tinha o direito de fazer com ela o que quisesse, pois era uma prerrogativa social concedida a ele. Nesse sentido, ao prosseguir com costumes que eram praticados há séculos no Brasil, Emilia não só se submetia ao sistema patriarcalista, como também reforçava esse preceito enquanto unidade dominadora.

Portanto, podemos concluir que Emilia, apesar das investidas contrárias de Joaquim, conhecia e aceitava as normas sociais – respeito incondicional à vontade do pai, casar-se com o pretendente indicado pela família, evitar meios ilícitos, fugas e raptos como atalho para adquirir matrimônio - que regulamentavam as práticas amorosas no século XIX, buscando

---

<sup>112</sup> Carta escrita por Emilia e não enviada a Joaquim.

seguí-las a fim de evitar as punições, como reprovação e estigmas da coletividade, aplicadas aos indivíduos que ousassem contrariar as regras.

### 3.2 “Só tem o senão de ser pobre”: posição social e casamento em *Luz na tormenta*

O século XIX foi marcado por diversas mudanças na sociedade brasileira. Assim, apesar de o ideal de amor romântico está, nesse contexto, substituindo o modelo vigente de casamento arranjado, no seio das famílias ricas ainda funcionava o sistema de mercado matrimonial que tinha como objetivo manter a pureza étnica e social das linhagens envolvidas no consórcio.

Desse modo, em Sergipe de fins do século XIX, a livre escolha do cônjuge baseada no interesse comum entre os jovens ainda encontrava resistência, principalmente das famílias mais abastadas que mantinham um pensamento conservador de só se constituir casamentos entre seus iguais. Nesse sentido, Pedro Amâncio considerou Joaquim inabilitado para casar-se com Emilia devido a sua condição social.

Noé Martins, amigo e confidente de Emília, lhe deu boas referências sobre Joaquim. Mas, apesar disso, ele fez questão de que Emilia soubesse da posição social de Joaquim, arrematando: “o rapaz tem futuro, é de boa família, muito inteligente, tem bom caráter e se forma brevemente, ‘Só tem o senão de ser pobre’.” (FONTES, 1948, p. 15).

O atraso de Emilia em responder as cartas recebidas de Joaquim fez com que ele expressasse sua suspeita quanto à preferência dela por um moço bem colocado na sociedade, visto que ela já sabia que Joaquim não possuía riquezas: “[...] eu tenho sérias desconfianças de que V. Excia., se bem que aprecie a classe médica, tenha suas inclinações por algum filho de negociante abastado”<sup>113</sup> (FONTES, 1948, p. 17).

Nesse particular, Joaquim tentou, com todos os artifícios, convencer Emilia de que era um bom rapaz e que se fosse “rico, muito rico, afogaria seu pescoço com brilhantes e pérolas”<sup>114</sup> (FONTES, 1948, p. 27), mas não podia alcançar tal desejo, pois era pobre, muito pobre e na realidade em que se encontrava só podia “lhe dar maus versos e um grande coração”<sup>115</sup> (FONTES, 1948, p. 27).

Emilia não demonstrou ser uma mulher ambiciosa e a condição social de Joaquim não se tornou empecilho para ela se relacionar com ele. Porém, a resistência veio de sua família,

<sup>113</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 09 de junho de 1890.

<sup>114</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 12 de setembro de 1890.

<sup>115</sup> Carta de Joaquim enviada á Emilia em 12 de setembro de 1890.



sobretudo de seu pai, Pedro Amâncio, que não aceitou Joaquim como pretendente para sua filha.

Com o passar do tempo, as discussões entre o pai de Emilia e os irmãos dela sobre a posição social de Joaquim se tornaram mais intensas. Com isso, Emilia solicitou que Joaquim não a pedisse em casamento antes de melhorar sua colocação profissional, que até aquele momento era a de Juiz municipal. Joaquim obedeceu ao pedido de Emilia e pensou em buscar um futuro melhor para os dois fora de Sergipe: “Se não pudermos viver neste Estado, o Brasil é vasto e eu ganharei sempre o bastante para comprarmos o nosso pão diário. Estou habituado a ser pobre, e a Sra., ajudará como é, resignar-se-á a tudo<sup>116</sup>.” (FONTES, 1948, p. 99).

Tempos depois, Joaquim assumiu o cargo de Promotor Público em Sergipe, mas ainda considerava que os seus proventos não eram suficientes para dar à Emilia uma vida igual a que ela levava na casa do seu pai. Ademais, admitia a Amadeu, irmão de Emilia, que conhecia o gênio rigoroso de Pedro Amâncio e, por isso, confessou que quando obtivesse melhoria de emprego pediria a mão de sua irmã em casamento.

Embora Joaquim se esforçasse para conseguir uma boa colocação na sociedade, o pai de Emilia já adiantava que não o consentiria a mão de Emilia. Um anônimo amigo de Joaquim, afirmou para a mãe dele que, caso Joaquim fosse pedir a mão de Emilia receberia um expressivo não, “porque Pérsio Amado<sup>117</sup> é homem de vida comercial e só casa sua filha com quem tiver fortuna, e, depois, ela, apesar de querer muito a Jocelin<sup>118</sup>, tem medo do Pai, a quem muito respeita e não contraria [...]” (FONTES, 1948, p. 92).

A falta de prestígio social de Joaquim fez com que ele imaginasse que Pedro Amâncio não tinha encontrado nele o ideal de marido para uma moça de certo mérito como Emilia. Nesse particular, Joaquim admitiu que atributos como sangue azul e riqueza lhe faltavam, mas, essas eram qualidades que para ele nem sempre tinham valor quando se tratava de coisas do coração.

A família de Emilia continuava a julgar Joaquim incapaz de casar-se com ela, devido a suas condições financeiras. Amadeu, irmão de Emilia, que inicialmente não via com bons olhos o relacionamento dos dois, assegurou ao próprio Joaquim que com a profissão de bacharel não daria para ele amparar uma família. Dessa forma, segundo Sanches (2010, p. 266), o sustento da família era fundamental para que um rapaz fosse considerado um bom

---

<sup>116</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 25 de junho de 1891.

<sup>117</sup> Pseudônimo dado por Emilia a seu pai Pedro Amâncio.

<sup>118</sup> Pseudônimo usado por Emilia para se referir a Joaquim.

<sup>119</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 15 de março de 1891.

partido, ou seja, um noivo desejado. Esta condição se tornava premente, principalmente, entre as famílias de nível econômico mais alto.

Apesar de todos os preconceitos, Joaquim tentou vender os seus atributos, mostrando a sua noiva características que ele possuía e que muito poderiam conceituá-lo na sociedade, além de alertá-la de que, dificilmente, o pai dela não encontraria “neste Estado, um rapaz em suas condições: Juiz de Direito aos 24 anos e o mais moço dos juízes, tendo probabilidade de ser Desembargador aos 32 anos, família pequeníssima, nada viciado e tendo mais, um bom coração<sup>120</sup>.” (FONTES, 1948, p. 108).

Mesmo convencido de que possuía muitas qualidades, Joaquim revelou a Amadeu, irmão de Emilia, que Pedro Amâncio poderia até achar um rapaz rico para casar-se com sua irmã, porém nunca encontraria quem a amasse mais do que ele.

Por não possuir condições financeiras suficientes para casar-se com Emilia, Joaquim chegou a cogitar a possibilidade de fazer um empréstimo para concretizar o seu consórcio. Essa atitude foi repreendida por Emilia, que não aceitou que seu noivo se dispusesse dessa maneira: “Não faça sacrifício, tomando dinheiro emprestado a quem quer que seja para o nosso casamento<sup>121</sup>.” (FONTES, 1948, p. 146).

Mesmo exigindo que Joaquim não fizesse sacrifícios para conseguir subsídios financeiros para efetivar o casamento entre os dois, Emilia confessava o desejo de ver o seu amado bem colocado na sociedade e, de certa maneira, confirmava o motivo econômico pelo qual seu pai não consentia seu casamento com ele: “desejo ardentemente vê-lo altamente colocado na sociedade. O mundo é das grandezas; portanto, trabalhe para ser grande<sup>122</sup>.” (FONTES, 1948, p. 197).

Em 1892, dois anos após o início do romance com Emilia, Joaquim já se encontrava em São Paulo e de lá se correspondia com sua noiva. Na nova terra, ele conseguiu a colocação de Juiz municipal, o que muito agradou Emilia. Em carta enviada ao noivo, Emilia reforçou a necessidade de economia e da busca de uma posição social mais benquista: “Fiquei satisfeítíssima com a sua nomeação. Agora procure economizar o mais que puder; faça tudo para ser benquisto pelo povo; trabalhe para chegar à posição que aspiro e que merece; e esforce-se para que seu nome seja alegria de todos que o querem e o meu maior orgulho<sup>123</sup>.” (FONTES, 1948, p. 236).

<sup>120</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 21 de julho de 1891.

<sup>121</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 31 de outubro de 1891.

<sup>122</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 30 de dezembro de 1891.

<sup>123</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 20 de abril de 1892.

Percebemos que a posição social de Joaquim não era preocupação apenas do pai de Emilia. Ela, também, demonstrava ter preferência por um marido bem posicionado socialmente. Tal pensamento fez com que Joaquim chamasse a atenção da noiva acerca de seus anseios para o futuro dele: “Acho exageradas as visões que a Sra. tem sobre meu futuro, pois me vejo uma nulidade como outra qualquer e tenho gosto e aspirações muito humildes. Estas tem como único escopo o fazê-la feliz, o mais que for possível a um homem pobre e mal educado<sup>124</sup>.” (FONTES, 1948, p. 259).

Mesmo de longe, Joaquim obtinha notícia sobre o que ocorria em Aracaju, especialmente acerca de tudo o que dizia respeito a sua noiva. Através de um amigo, ficou sabendo que Pedro Amâncio arrumou outro pretendente, de melhor posição social, para Emilia. Sobre esse ocorrido, ironicamente, Joaquim confessou:

[...] aos olhos da sociedade, seria muito melhor futuro. Dr. Jacinto é médico, de classe afim de seu Pai e irmãos, inteligentíssimo, moço cercado de áureo renome, sadio, menos pobre e menos feio do que eu...: porque seu Pai muito se alegraria; a sociedade chamá-la-ia de filha obediente, de moça feliz, e seus irmãos? bateriam palmas<sup>125</sup> (FONTES, 1948, p. 242).

Dessa forma, Joaquim solicitava a Emilia que não pensasse muito em sua pobreza como obstáculo para a realização do casamento entre eles e, insistentemente, reforçava que assim que fosse nomeado Juiz de Direito pediria a mão dela, uma vez que continuava a acreditar que se melhorasse a sua posição Pedro Amâncio consentiria o casamento.

Dessa forma, Emilia revelou a Joaquim que o fato de ainda não ter sido nomeado Juiz de Direito iria, sem dúvida, contribuir para que o pai dela não cedesse ao casamento. A mudança de posição de Joaquim enchia Emilia com as esperanças de ver realizado seu grande sonho de casar-se com ele. Ela continuava aguardando ansiosamente o dia em que seu noivo fosse nomeado Juiz de Direito.

Entretanto, Joaquim alertou a sua noiva de que jamais seria um homem rico e argumentou que: “A pobreza em mim é um hábito<sup>126</sup>.” (FONTES, 1948, p. 266). “Não tenha pena de minha pobreza, nem tenha receio de comigo ser pobre<sup>127</sup>.” (FONTES, 1948, p. 267).

Pensando nas dificuldades pecuniárias que poderiam passar se o casamento fosse realizado, Emilia, duramente, repreendeu seu noivo pedindo-lhe que só fizesse o pedido de casamento ao seu pai quando estivesse em condições para casar-se com ela. O que foi,

<sup>124</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 19 de outubro de 1892.

<sup>125</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 24 de junho de 1892.

<sup>126</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 07 de novembro de 1892.

<sup>127</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 07 de novembro de 1892.

imediatamente, obedecido por Joaquim, que respondeu a sua amada dizendo: “é verdade que continuo pobre, muito pobre [...]. Como disse em carta passada, seria incapaz de pedi-la sem o seu franco acolhimento. Deus me livre de praticar uma coisa que lhe toque de perto, sem que entrem a sua vontade e o seu coração<sup>128</sup>.” (FONTES, 1948, p. 282).

Portanto, em fins do século XIX, a condição financeira privilegiada de um pretendente a noivo ainda fazia parte dos critérios de seleção das famílias abastadas de Aracaju para a realização dos matrimônios dos filhos. Nessa perspectiva, a modesta situação financeira de Joaquim se tornou uma barreira para que Pedro Amâncio, a princípio, aceitasse o casamento entre ele e Emilia. No entanto, a norma de se escolher um pretendente para a filha, que possuísse patrimônio e prestígio social elevados, não foi suficiente para que Emilia desprezasse Joaquim como noivo e futuro marido.

### **3.3 “Agora estou resolvida a me casar”: oposição e desafio às regras amorosas**

Apesar de as relações amorosas estarem passando por um processo de mudança desde o início do século XIX, para as famílias abastadas do Brasil o casamento religioso ainda era idealizado como uma prática social e moral, um compromisso muito sério e para a vida toda. Uma decisão que não podia ser tomada apenas pelo futuro casal. Essa percepção era usada como justificativa para a interferência dos pais, sobretudo os da noiva, na escolha e do futuro cônjuge. Um drama que se repetia inúmeras vezes em diversas famílias como nos mostra Perrot:

a aliança e o desejo nem sempre concordam entre si. O drama das famílias e a tragédia dos casais frequentemente residem nesses conflitos entre as alianças e o desejo. Quanto mais cerradas as estratégias matrimoniais para assegurar a coesão familiar, tanto mais sufocam o desejo. Quanto mais forte o individualismo, tanto mais ele insurge contra as escolhas [...] os casamentos decididos ou arranjados (PERROT, 1991, p. 135)

Nesse sentido, na contramão dos princípios morais que norteavam, até então, as relações amorosas, Emilia passou a transmitir, em seus discursos epistolares, alguns indícios de oposição e desafio às normas sociais estabelecidas, expressas pelas posturas do pai, que não aceitava de nenhuma forma o casamento dela com Joaquim.

Emilia passou a resistir aos padrões de conduta que orientavam os relacionamentos amorosos no seu contexto de vivência social. Fez oposição a tudo aquilo que, até então,

---

<sup>128</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 10 de janeiro de 1893.

apenas criava obstáculos para concretização do seu casamento com Joaquim: a condição social do noivo, a forte interferência do pai na escolha do cônjuge, apresentando a ela vários pretendentes a sua mão (resquícios do patriarcalismo) e os estigmas sociais acerca das mulheres que não obedeciam às regras de casamento da época.

No trecho da quinta carta enviada a Joaquim, datada de 09 de março de 1891, Emilia nos indicou que, apesar de seguir alguns preceitos morais de sua época, ela mantinha, desde a infância, uma postura contrária acerca da escolha do seu futuro marido pelos familiares, como era característico da sociedade patriarcalista.

Nessa carta, ela afirmou que tinha verdadeiro horror ao que queriam submetê-la, referindo-se a insistência de sua mãe em realizar o casamento dela precocemente com o Dr. Josué Júlio de Campos, homem de posses e de boa posição social, farmacêutico e médico. Segundo Emilia: “Naquele tempo, só gostava de brincar com suas bonecas e não se acomodava quando alguém intentava incutir-lhe esta história de casamento.” (FONTES, 1948, p. 84-85).

Emilia também passou a rejeitar os pretendentes que seu pai lhe apresentava. Em certo trecho de uma de carta, ela confessou que, quando adolescente, recebia com frequência diversos poemas de um candidato a noivo, fato que a deixava bastante aborrecida, pois o homem não passava de um sexagenário. Nessa ocasião, Emilia tinha apenas 16 anos e achava um disparate ser cortejada por um homem muito mais velho do que ela e que, além de tudo, ainda tinha idade para ser seu pai.

Numa época em que as escolhas dos maridos, geralmente, eram feitas pelos pais, a idade do pretendente não era levada em conta na hora de se firmar um compromisso com fins matrimoniais. Nesse sentido, o pensamento de Emilia, a respeito da diferença de idade entre ela e seu pretendente, bem como a sua rejeição em aceitar um homem mais velho como seu noivo, antecipavam uma mudança de postura diante das normas sociais que regulavam os relacionamentos amorosos no século XIX.

Desse modo, muitas vezes incentivada por Joaquim, Emilia teceu alguns artifícios no intuito de desafiar os padrões de relacionamentos amorosos socialmente estabelecidos. Ela solicitou ajuda dos irmãos e amigos para convencer o pai a aceitar o seu relacionamento com Joaquim, desprezando os possíveis posicionamentos de reprovação da sociedade aracajuana perante essas suas novas posturas. Manteve o seu noivado durante cinco anos, sem levar em conta a condição social pouco destacada de Joaquim, aventou a possibilidade de casar com ele mesmo a contragosto do pai, além de ameaçar enclausurar-se num convento ou caso o seu intento não fosse alcançado.

Como já tivemos a ocasião de observar, durante boa parte de seu relacionamento amoroso com Joaquim, Emilia sofria com o fato de seu pai não aceitar o noivo por ela escolhido. Desse modo, a troca de correspondência com Joaquim sem a anuência de Pedro Amâncio pode ser vista como o primeiro desafio de Emilia às normas que regulavam as práticas amorosas naquele contexto.

Nesse sentido, apesar de ter sido exímia conhecedora das normas sociais vigentes em sua época, Emilia correspondeu-se com Joaquim, comprometeu-se com ele e firmou um noivado sem que seu pai soubesse. Durante cinco anos, mesmo sem manter nenhum contato físico, ela empenhou-se em viabilizar a efetivação do seu compromisso matrimonial com Joaquim. Assim, o primeiro desafio dela foi convencer o pai, como dissemos anteriormente, homem rígido em relação aos costumes do período, a aceitar Joaquim como seu noivo.

Para alcançar esse objetivo, Emilia empreendeu a tática de solicitar a Joaquim que escrevesse uma carta para seus irmãos, a fim de que eles os ajudassem na tentativa de convencer o pai dela a aceitar o relacionamento dos dois. De tal modo, Joaquim o fez e escreveu primeiramente a Joelzinho, apresentando os seus predicados morais e suas intenções a respeito de Emilia para tentar convencer o futuro cunhado de que era um bom rapaz:

Quando o meu eu, nas ocasiões solenes de minha vida, me obriga a falar de mim próprio, eu prescindindo da modéstia que costuma caracterizar os homens de mérito e digo meio sobranceiro: eu sou produto de minhas próprias mãos. Cabe-me avisá-lo, todavia, de que não existe em mim o interesse especulativo, que bem caracteriza os *Felisbertos*, [...]. Esteja longe de pensar que eu possa me desviar do que sinto, do quanto lhe digo, prejudicando dest'arte, o acrisolado recato de sua irmã. Dirijo-me a Você, porque o julgo, como meu amigo e seu irmão, o mais habilitado a falar-lhe a este respeito. E, por consequência, caso haja franca aquiescência da parte dela, pode contar com a minha palavra de extremado cavalheiro e, bem assim, com a eterna e profunda gratidão do am.º obm<sup>o129</sup> (FONTES, 1948, p. 62-64).

Para Amadeu, irmão mais velho de Emilia e a quem ela devotava grande admiração e respeito, Joaquim escreveu pedindo a ele proteção contra o gênio rigoroso de Pedro Amâncio e apoio ao casamento com Emilia:

Amadeu:

Esta carta deveria ser feita a seu Pai; porém, a força irresistível das circunstâncias coage-me a fazê-la a Você. Como eu, Você é rapaz. E aqueles sentimentos que rebentam de nossas almas, por certo, não são comuns.

<sup>129</sup> Carta de Joaquim enviada a Joel, irmão de Emilia, em 25 de janeiro de 1891.

E, por isso, ouça-me agora: nasceu-me, espontaneamente no íntimo d'alma, sem que ela pessoalmente mos houvesse provocado, uma afeição pura e sincera, um amor intenso por sua querida irmã D. Edylia.

Acha possível, mais tarde, a realização de nosso casamento? Sem constrangimento, me prestará você o seu apoio? Essas perguntas, à primeira vista, parecem ir de encontro à estima que a mim mesmo voto, mas após ligeiras reflexões, são justas e criteriosas, porquanto, a amizade que você e ela consagra, deve exigir de mim, uma grande soma de predicados.

Por conseqüência, faço-lhe sabedor de meus intentos; peço-lhes o seu generoso apoio e mais o seguinte obséquio: conheço, bem ou mal, o gênio rigoroso de seu Pai, e, atualmente, não passo de um simples promotor público; por isto, depois que obtiver melhora de emprego, eu pelo seu intermédio, caso queira, levarei ao conhecimento dele, esse meu *desideratum*<sup>130</sup> (FONTES, 1948, p. 89-90).

Amadeu não se opôs ao casamento entre Emilia e Joaquim, porém, assegurou que o enlace deveria ser realizado com a plena anuência de seu pai, Pedro Amâncio. No entanto, posteriormente, Amadeu intercedeu em favor do casal, conversando com amigos que pudessem ajudar a convencer o pai a aceitar o relacionamento de sua irmã com Joaquim.

Um ano após a troca de correspondências, Emilia percebeu que a possibilidade de efetivar o seu casamento com Joaquim estava ameaçada, pois, apesar da interferência dos irmãos no sentido de construir uma imagem de Joaquim como bom partido para Emilia, o pai dela permanecia intransigente. Essa situação fazia com que o relacionamento amoroso entre o casal continuasse um martírio.

Dessa forma, expressando indignação e revolta, Emilia criou um novo ardil, ameaçando enclausurar-se num convento caso o seu pai não lhe desse a permissão que tanto almejava: “E, logo que atinja a maioridade, me recolherei a um convento, ou a qualquer instituição de Caridade, uma vez que não encontrei felicidade no seio de minha família. A moça deve pensar assim, embora chamem de louca<sup>131</sup>.” (FONTES, 1948, p. 113). Nesse caso, entendemos que para as mulheres que se mostravam insatisfeitas com as normas sociais, possivelmente, a clausura religiosa se tornava uma alternativa ao controle social exercido sobre elas.

A ameaça que Emilia fez de se enclausurar num convento caso seu pai não consentisse seu casamento, não se concretizou. No entanto, resignada com a sua situação, admitiu ao seu noivo Joaquim que se não casasse com quem ela tinha escolhido “nenhum outro homem haveria de ser seu esposo<sup>132</sup>.” (FONTES, 1948, p. 121).

<sup>130</sup> Carta de Joaquim enviada a Amadeu, irmão de Emilia, em 09 de março de 1891.

<sup>131</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 24 de julho de 1891.

<sup>132</sup> Carta de Emilia enviada a Joaquim em 14 de agosto de 1891.

Durante o noivado com Joaquim, Emilia foi cortejada por outros homens que desejavam casar-se com ela. Esse fato chegou ao conhecimento de seu noivo, que à época estava em São Paulo e, em uma das cartas endereçadas à Emilia, desabafou: “Eu, que pouco sei das coisas, estou inteirado de que a sua mão tem sido almejada por quatro cavalheiros, sendo que um deles é rico de moedas e sentimentos<sup>133</sup>.” (FONTES, 1948, p. 59).

Apesar de continuar recebendo galanteios de outros rapazes, Emilia confessou a Joaquim que a sua palavra era governada por seu coração e mesmo distantes um do outro, ela o tinha escolhido para ser seu futuro esposo e continuou a lutar, buscando alternativas para conseguir casar-se com Joaquim e o advertiu: “daqui por diante, vou incomodar todo mundo, abalarei céus e terras para conseguir o consentimento desejado<sup>134</sup>.” (FONTES, 1948, p. 142).

Para alcançar o tão almejado consentimento do pai, Emilia escreveu para aqueles que podiam ajudar na campanha mais difícil de sua vida. Dentre as tantas cartas enviadas para amigos e parentes, destacamos a que ela escreveu para seu padrinho suplicando que interviesse em seu favor. Para sensibilizá-lo sobre sua situação, nos trechos da carta ela justificou o motivo da escolha de Joaquim como seu futuro marido:

Nada mais natural do que uma criatura que não é nenhuma princesa, querer aceitar como marido a um moço pobre, é verdade, mas de boa família, inteligentíssimo, de muito caráter e cuja formatura deve aos seus próprios esforços. Vmcê, que é meu Padrinho, abençoe-me; intervenha em meu favor perante meu Pai e peça assiduamente a Deus pela paz, pela ventura de sua afilhada que tem sofrido tanta injustiça de um destino cruel e que é sua amiga sincera<sup>135</sup> (FONTES, 1948, p. 148-149).

Emilia escreveu nova carta, dessa vez endereçada ao Padre Olegário<sup>136</sup>, compadre e amigo de Pedro Amâncio, solicitando ajuda na difícil empreitada de convencê-lo a aprovar e abençoar a união dela com Joaquim. Admirável foi o conselho dado pelo padre a Emilia: em sua opinião, o casal (Joaquim e Emilia) deveria desobedecer a Pedro Amâncio, caso ele continuasse se opondo ao enlace dos dois.

Todas as pessoas a que Emilia e Joaquim recorreram para pedir intervenção a favor deles eram conhecidas e influentes na sociedade Aracajuana daquela época. Dentre elas, destacam-se professores, militares, bacharéis, médicos e eclesiásticos. O professor Máximo Frederico, foi uma dessas pessoas que tentaram interceder pelo casal na tentativa de

<sup>133</sup> Carta de Joaquim enviada à Emilia em 15 de janeiro de 1891.

<sup>134</sup> Carta de Emilia endereçada a Joaquim, [sem data].

<sup>135</sup> Carta de Emilia enviada ao seu padrinho em 31 de outubro de 1891.

<sup>136</sup> Pseudônimo dado por Emilia ao padre Olímpio Campos.



convencer Pedro Amâncio a aceitar o relacionamento dos dois aconselhando Joaquim a escrever uma carta para Pedro Amâncio:

[...] quando escrever, pedindo a sua mão, dirija-se só por si, ao Pai dela, abstenha-se de qualquer referência aos irmãos, embora sejam, com razão, seus amigos dedicados; esqueça todo e qualquer ressentimento; procure esconder que sabe da oposição que ele faz a sua pretensão; suplique, ore, se tanto for preciso, porque, assim, merece o ídolo de sua adoração, e o amor intenso que ela lhe devota está acima de todos os sacrifícios<sup>137</sup> (FONTES, 1948, p. 288).

Outro recurso utilizado por Emilia, para chamar a atenção do pai acerca da seriedade do seu relacionamento com Joaquim, foi o de ameaçar cometer suicídio caso seu casamento não acontecesse: “penso que uma vez que não posso satisfazer ao meu coração, cumprindo digna e prazerosamente a minha palavra, devo sacrificar-me, morrer.” (FONTES, 1948, p. 220).

O desejo de morrer como um conforto para uma desilusão amorosa é, como já mencionamos na introdução dessa pesquisa, uma característica típica do amor romântico. A afirmativa de Emilia, sobre tirar a própria vida caso não se casasse com Joaquim, o noivo escolhido por ela, serve como evidencia de que o ideal de amor romântico norteava a relacionamento do casal.

A ameaça de morte, cogitada por Emilia como forma de resolver o seu problema, foi duramente criticada por sua melhor amiga, Graziela, que numa carta aconselhou Emilia a abortar a ideia:

Tens 21 anos; agora é que a vida aparece com um aspecto risonho; morrer nesta hora, seria a mais horrorosa loucura que poderias praticar; e responde-me agora: quando a ideia da morte te atravessa o espírito, não te lembras que tua morte seria, talvez, a desgraça de teus irmãos? E ele [Joaquim], também, como não ficará, sabendo que morreste por sua causa?<sup>138</sup> (FONTES, 1948, p. 223 grifo nosso)

Na perspectiva romântica, o sentimento de afeto nutrido entre Emilia e Joaquim se configurou como um amor do distante, do irrealizável, onde o sofrimento por amor perdurou durante todo o relacionamento. Pensaram em morrer e, por diversas vezes, foram obrigados a se afastar um do outro, a não manter mais contato, por conta da forte oposição do pai de Emilia ao noivado entre ela e Joaquim.

<sup>137</sup> Carta de Máximo Frederico de Olivar, enviada a Joaquim em 16 de abril de 1893.

<sup>138</sup> Carta de Graziela, amiga e confidente de Emilia, enviada à Emilia em 26 de janeiro de 1892.

Para fazer valer a sua vontade de casar-se apenas com quem ela escolhesse livremente (Joaquim), apesar de qualquer objeção do pai, a última tentativa de Emilia no sentido de convencê-lo foi criar uma farsa com a ajuda de sua madrastra, Lélia. A farsa se iniciaria no quarto de Pedro Amâncio, onde a madrastra teria que acordar assustada depois de um sonho com a mãe de Emilia:

à noite, você, Lélia, acorde muito assustada a meu Pai, e se possível, mostre-lhe que estava sonhando com minha Mãe e com o Dr. Petronílio (amigo íntimo da família, já falecido) e que, aquela chorando copiosamente, pedia à Lélia para dizer a meu Pai que queria que ele me desse o consentimento pedido, em nome de Deus e da memória dela (FONTES, 1948, p. 370).

Após várias tentativas mal sucedidas para conseguir o consentimento do pai para a realização das bodas com Joaquim, Emilia escreveu novamente ao Padre Olegário e informou-lhe que iria agir. Em um desabafo longo, ela revelou todos os infortúnios pelos quais passou desde que iniciou seu romance com o bacharel:

Há quase cinco anos que o meu desventurado coração, em angústias contínuas, arquitetou planos, os mais plausíveis, os mais ponderados para a realização de seu sonho procurando proceder sempre corretamente, para não se prestar a ato que o seu critério e o seu caráter sempre repugnaram... E, desgraçadamente, parece-me, que se Deus não me socorrer, serei forçada a isto que me avilta... Vmcê, meu preclaro Amigo, sabe como dignamente tenho lutado, quão humildemente tenho pedido auxílio de meio mundo, apenas para não proceder contra minhas ideias e sentimentos. E infelizmente, tudo em vão, tudo uma pura perda!... Por um dever de lealdade a Vmcê, Cônego Olegário, que foi tão bom e generoso para mim, cumpro o dever de comunicar-lhe que *vou agir*<sup>139</sup> (FONTES, 1948, p. 372-373).

Depois de comunicar ao Cônego a sua decisão, Emilia escreveu ao seu noivo informando sobre o teor daquela sua decisão. Ao relatar a Joaquim que seu espírito estava cansado e desiludido, ela deixou claro que estava disposta a casar-se com ele mesmo sem o consentimento e a benção do seu pai. Na carta, ela solicitou que Joaquim viesse à Aracaju para efetivar o matrimônio. Nessa ocasião, Joaquim se encontrava no interior de São Paulo onde atuava como promotor público.

Nessa mesma carta, Emilia pediu a Lélia, sua madrastra, para avisar a Pedro Amâncio sobre a decisão que tomou de casar-se com Joaquim, mesmo sem o consentimento dele.

<sup>139</sup> Carta de Emilia enviada ao Cônego Olegário da Silveira Carvalho em 13 de novembro de 1894.

Alguns dias depois, inesperadamente, Pedro Amâncio mandou chamar Emilia, pediu perdão a ela e prometeu que mandaria efetuar o casamento assim que melhorasse de saúde.

O casamento de Emilia e Joaquim foi celebrado primeiramente no civil e depois no religioso. O sacramento foi realizado pelo amigo da família, o Cônego Olegário, em fevereiro de 1895, na própria casa do pai de Emilia, como era do desejo dela.

Em suma, com toda a astúcia que teve para criar situações que pudessem beneficiá-la no sentido de conseguir a aprovação do pai para casar-se, Emilia passou a se apresentar não só como uma vítima passiva das injustiças do pai, mas também, como alguém que, ativamente, planejou e desenvolveu táticas para tentar contrariar as ações de poder que controlavam o espaço social em que vivia.

Ao vivenciar a experiência de um conturbado relacionamento amoroso não aprovado pelas convenções sociais de fins do século XIX, Emilia deu mostras de que antes de se opor e resistir às regras, denunciando o seu caráter discricionário e opressor, era necessário conhecê-las profundamente.

Dessa forma, como tivemos a ocasião de observar nesse capítulo, Emília, por conhecer as normas sociais que dominavam as práticas amorosas daquele período - a condição social do noivo e a forte interferência do pai na escolha do cônjuge (resquícios do patriarcalismo), além do temor relacionado aos estigmas sociais acerca das mulheres que não obedeciam às regras de casamento da época - teve condições de, astuciosamente, manipulá-las e controlá-las, utilizando-as a seu favor.

Assim, Emília batalhou pelo sucesso da sua união com Joaquim. Ela manteve o seu noivado durante cinco anos, sem levar em conta a condição social pouco destacada de Joaquim, aventou a possibilidade de casar com ele mesmo a contragosto do pai, além de ameaçar enclausurar-se num convento ou cometer suicídio caso o seu intento não fosse alcançado. Solicitou ainda ajuda dos irmãos e amigos para convencer o pai a aceitar o seu relacionamento com Joaquim, desprezando os possíveis posicionamentos de reprovação da sociedade aracajuana perante essas suas novas posturas.

Portanto, ao utilizar-se daquelas táticas, Emilia contrariou o ideal de filha submissa ao pai e o de sujeito temente às normas sociais, como até então se apresentava. A efetivação do casamento de Emilia e Joaquim, resultante das operações de oposição e desafio às regras por ela acionadas, pode ser considerada como um vestígio de transformação do comportamento da sociedade aracajuana no que diz respeito às convenções que controlavam as práticas amorosas nos finais dos oitocentos.

## Considerações finais

Nessa pesquisa analisamos as práticas amorosas em Sergipe no século XIX partindo da experiência do casal Emilia e Joaquim Fontes, que legaram nas cartas editadas na obra *Luz na tormenta* (1948) a história de amor vivida pelos dois, que se iniciou em dez de maio de 1890 e só teve fim em 20 de fevereiro de 1895, com a realização do matrimônio.

A partir da análise das cartas editadas em *Luz na tormenta*, compreendemos como as regras socioculturais controlavam as práticas amorosas no Brasil do século XIX e demonstramos as impressões construídas pela sociedade brasileira desse século acerca das normas que regulamentavam essas práticas. Ainda percebemos o comportamento feminino diante das regras socioculturais que controlavam as práticas amorosas no Brasil no século XIX.

Verificamos que as práticas amorosas dos segmentos sociais mais abastados no século XIX no Brasil, que ainda vivam sob os resquícios do sistema patriarcalista, foram controladas por regras prescritas por instituições como a Igreja Católica e a família.

Os preceitos religiosos criados pela Igreja Católica tinham como objetivo manter a ordem das relações amorosas na sociedade brasileira do século XIX e serviam, também, como instrumento regulador dos comportamentos sociais. Esse controle incidia, especialmente, sobre a mulher, cabendo a ela toda a responsabilidade pela manutenção da honra da família a qual pertencia.

O controle ideológico exercido sobre as mulheres acabava atingindo todos os estágios de sua vida, desde a infância até a vida adulta. Os ideais de decoro, castidade, fidelidade, respeito e humildade faziam parte das normas que regiam a conduta das mulheres do século XIX. Nesse sentido, além de possuir uma moral ilibada, a menina casadoira tinha que possuir algumas qualidades para bem desenvolver atividades no espaço doméstico.

A oferta de um dote para o futuro marido também fazia parte das premissas exigidas para a realização de um bom casamento. A cultura do dote foi um fator que acabou estimulando muitos incestos durante o século XIX no Brasil onde o casamento entre parentes de primeiro grau, como tios com sobrinhas, e primos com primas, tornou-se comum.

Até os fins do século XIX, era costume dos pais escolherem os futuros maridos para as filhas. A preferência sempre era dada aos pretendentes que possuíssem boa posição social e patrimônio considerável. O amor comum entre um homem e uma mulher não era considerado fator importante para o casamento, mas sim a ampliação e a manutenção do patrimônio das famílias envolvidas no enlace.

Além de não poderem escolher seus próprios maridos, as mulheres também eram proibidas de demonstrar qualquer sentimento afetivo, incluído o desejo sexual que era considerado anormal. Para paquerar ou namorar, algumas mulheres do século XIX aproveitam certos momentos de lazer onde as manifestações afetivas pudessem ser demonstradas. Dessa forma, missas, saraus, piqueniques e bailes se tornavam os locais preferidos dos jovens para a busca de relacionamentos amorosos.

Algumas mulheres que pertenciam a famílias abastadas, no Brasil do século XIX, eram submissas às vontades do pai ou do marido, outras se envolveram em relacionamentos amorosos e demonstraram indícios de resistência às normas sociais impostas a elas. Essa resistência se dava, geralmente, em torno da desobediência às normas, pois apesar de toda a vigilância exercida pela família sobre as mulheres no que diz respeito ao namoro, existiram as que contrariavam as expectativas sociais e conseguiam burlar as regras, por exemplo, escolhendo livremente seus próprios maridos, contrariando, dessa forma, a vontade da família.

Nessa perspectiva, como tivemos a oportunidade de demonstrar durante a pesquisa, a sergipana Emilia Fontes teve boa parte de sua vida controlada pelas forças de um poder patriarcal. Orientada pelos preceitos morais rígidos de sua época, ela vivenciou um conturbado relacionamento amoroso com o bacharel em Direito Joaquim Fontes, que durou cinco anos. Durante esse período, a figura de Pedro Amâncio, pai de Emilia, demonstrou a força de um sistema patriarcal que ainda pairava na consciência da sociedade aracajuana do século XIX.

O relacionamento amoroso de Emilia e Joaquim, que seguia um ideal de amor romântico, foi constantemente ameaçado, com a reprovação de Pedro Amâncio, que não aceitava o pretendente escolhido pela filha. Isso decorria da falta de prestígio social de Joaquim, além de sua modesta condição financeira, pois, como já observamos, possuir situação financeira privilegiada era imprescindível para a efetivação de um bom casamento, como desejava a maioria das famílias abastadas do Brasil do século XIX.

Desafiando as convenções sociais, Emilia se opôs e resistiu às regras que orientavam as práticas amorosas de sua época. Empregou procedimentos que favoreceram seu relacionamento amoroso com Joaquim. Apesar de, inicialmente, se apresentar como uma vítima dos preceitos morais, Emilia emergiu como uma protagonista que planejou e desenvolveu táticas para contestar as estratégias dos que controlavam o rígido contexto moral no qual estava inserida.

Dessa forma, mesmo conhecendo as normas que regulamentavam as práticas amorosas de sua época, como, por exemplo: a influência do pai na escolha do futuro marido, a condição

social do pretendente e os estigmas que as mulheres que contrariavam as normas sociais estavam sujeitas a adquirir, Emilia, astuciosamente, manipulou e controlou essas regras em seu benefício.

Ela lutou pelo sucesso da sua união com Joaquim, mantendo o seu noivado durante cinco anos, sem levar em conta a condição social modesta do seu noivo naquele momento. Durante os cinco anos do agitado relacionamento, Emilia manteve a palavra de casar-se com Joaquim, mesmo diante da forte oposição de seu pai. Para isso, utilizou artifícios como a ameaça de se enclausurar num convento ou de suicidar-se caso não conseguisse realizar o seu casamento. Pediu ainda ajuda dos irmãos e amigos na tentativa de convencer seu pai a aceitar o relacionamento dela com Joaquim. Tudo isso sem se importar com os possíveis posicionamentos de reprovação da sociedade aracajuana perante essas suas novas condutas.

Nesse sentido, utilizando-se daquelas táticas, Emilia contrariou o ideal de filha submissa ao pai e o de sujeito obediente às normas sociais, como até então se apresentava. A realização de seu casamento com Joaquim foi resultado de suas oposições e desafios às regras. Desse modo, podemos considerar esses comportamentos de Emilia diante da situação em que se encontrava a aversão de seu pai ao matrimônio dela com Joaquim, como um vestígio de mudança no comportamento da sociedade aracajuana acerca das normas que orientavam as práticas amorosas no final do século XIX.

### Referências Bibliográficas e Digitais

ALBUQUERQUE, Samuel. A autobiografia de Dona Emilinha Fontes. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 8-9 out. 2006. Variedades, p. C-4.

\_\_\_\_\_. Escrita de si em revista: a autobiografia de Emilia Rosa de Marsillac Fontes (1871-1948). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, nº 36, p. 15-40, 2007.

\_\_\_\_\_. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, nº 33, p. 106-127, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristovão: UFS, 2015.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Contíguiba: 1860-1888**. 2007. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2007.

ANDRADE, Adênia Santos; FILHO, José de Oliveira Brito. **As faces e sociabilidade da Rua João Pessoa e Laranjeiras**. VI Colóquio Internacional de “Educação e Contemporaneidade”. São Cristovão. 2012.

ÁVILA, Aristides. **Prefácio**. In: FONTES, Emilia. *Luz nas Tormentas*, São Paulo: São Paulo, 1948, p. 5-7.

AZEVEDO, Thales de. **As Regras do Namoro à Antiga**. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction**. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 27<sup>e</sup> année, N. 4-5, 1972. pp. 1105-1127.

\_\_\_\_\_. Estruturas, habitus e práticas. In: \_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria Prática**: precedido de três estudos de etnologia Cabila. Oieras, Celta, 2002. Cap. 3. P. 163-184.

\_\_\_\_\_. **Las estrategias de La reproducción social**. Gotinga, Alemanha, Sigloveintiuno, 1993.

BURKE, Peter (Org). **A Escrita a historia**: novas perspectivas, São Paulo: Universidade Estadual Paulista; 1992.

BRASIL, **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**, de 11 de outubro de 1890. Senado Federal, 11 set. 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 25 mar. 2016.

BORGES, Urquiza Maria. **As Peripécias da Fortuna**: cotidiano feminino, séculos XIX e XX. São Paulo, Annablume, 2012, 402 p.

BURKE, Peter. **A Escrita da História** (Org.). Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1991.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Livraria Regina, 1955.

CERTEAU, Michel de. **Fazer com: usos e táticas**. In: \_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 1994. cap. 3, p. 91-106.

CHARTIER, Roger. **O desafio da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAVES, Jaqueline Cavalcanti. Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da *Belle époque*. **Análise Social**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 827-845, 2006

CAMPOS, José Aloísio de. As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju. **Revista de Aracaju**, Aracaju, nº 3, 1949.

CARVALHO, Ana Isabel Silva. **A capa de livro: o objeto, o contexto, o processo**. 2008, 98 f. Dissertação (Mestrado em Design de Imagem) Universidade do Porto, Porto, 2008.

CARVALHO. Gisele Melo. **Interiores residenciais recifenses: a cultura francesa na casa burguesa no Recife do século XIX**. 2002, 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002.

COELHO, Hamilton Gomes. **As posturas e o Saneamento básico em Aracaju entre 1855 A 1920**. 2012, 83 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo, 2012.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Instrução particular e a oferta de internato na Província de Sergipe (1840-1888). **Revista Educação Unisinos**. Rio Grande do Sul, v. 20, nº 1, p. 14-27, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/search/results>>. Acesso em: 12 nov. 2016>.

DANTAS, Beatriz Gois. **A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica**. São Cristovão: UFS, 2013.

DANTAS, Ibarê. Leandro Maciel: “o patriarca da Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe”. Aracaju: Criação, 2009.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Cartas de Emilia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, nº 36, p. 41-47, 2007.



DANTAS, Orlando Vieira. **A Vida Patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos brasileiros, 47).

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **História e Conversas de Mulheres**. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. **Histórias Íntimas**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

\_\_\_\_\_. Condessa de Barral: **a paixão do Imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, 260 p.

DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga: uma história de vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1984.

DIAS, José Alves; OLIVEIRA, Renata Soraya Bahia de. **Casamento e Divórcio nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: O caso de Lívia da Purificação**. In: Colóquio do Museu Pedagógico, 11., 2015. **Anais Eletrônicos...** Bahia: Estadual da Bahia. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2002. p. 223-240.

\_\_\_\_\_. O amor romântico e a família burguesa. In: D'INCAO, Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 57-71.

DÓRIA, Epifânio. D. Emilia Fontes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 14, nº 19, p. 125-126, 1948.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Unesp, 2002, 241-277.

FELIX, Rodrigo da Silva. O indivíduo na história: a memória e a escrita de si em Dona Teresa Cristina de Bourbon, a mãe dos brasileiros. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.26, n.2, 2013, p. 309-322. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/27029>>. Acesso em 25 jan. 2017.

FONTES, Emilia. **Luz na Tormenta**. São Paulo: São Paulo, 1948, 382p.

FORTES, Bonifácio. **Evolução da Paisagem humana da Cidade do Aracaju**. Aracaju: Diretório Acadêmico "Jackson de Figueiredo" da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, 1955.

FRANCO, Emmanuel. Emigração de intelectuais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.2, p. 686. Respostas às intervenções dos simposistas. **Anais**

**Eletrônicos...** São Paulo: 1976. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/?p=15019>. Acesso em: 05 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. O clã do engenho Porteiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 33, p. 87-96. 2000/2002.

\_\_\_\_\_. Auto-Biografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, nº 19, 6 p. 1948.

FONTES, Joaquim. **O Jardineiro e as Rosas do Brasil**. São Paulo: São Paulo, 1941.

FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX – Depoimentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, nº 33, p. 133-152. 2000/2002.

FORTES, Bonifácio. **Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju**, Livraria Regina, Aracaju, 1955.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. In: \_\_\_\_\_. Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.264-298.

\_\_\_\_\_. FOUCAULT, Michel. **A escrita de si**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos**. 15. Ed. São Paulo: Global, 2004

GAY, Peter. **A Experiência Burguesa. Da Rainha Vitória a Freud**: A Educação dos Sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

GALVÃO, Manuel Da Cunha. **Viagem Imperial A Província De Sergipe**. Bahia: Typografia do Diário. 1860.

GIDDENS, Anthony. **Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUIDDENS, Anthony, **A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**, São Paulo: UNESP, 1993.

GOF, Jacques Le. A História Nova. In \_\_\_\_\_.(Org) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_, **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOUVEIA, José Abraão Rezende. Professores particulares nas cartas de Emilia Fontes. In. Colóquio Internacional: “Educação e Contemporaneidade”,5., 2016, São Cristovão. **Anais**

**Eletrônicos...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <<http://educonse.com.br/2011/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

HAENSEL, Hecilda. "**50 anos de literatura - Perfil das Patronas**", Ed. do Instituto Estadual do Livro do RS, POA, 1993.

HABNER, June E. Honra e Distinção das Famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013 p. 67.

Joaquim Manuel de Macedo, **Memórias da Rua do Ouvidor**, crônica. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343571.pdf>>. Acesso em 17mar. de 2016.

LEITE, Rogério Proença. A *Inversão* do cotidiano: Práticas e Rupturas na vida Urbana Contemporânea. DADOS: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v 53, nº 3, p. 737-756, 2010.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo, 2002, p. 443-481.

LIMA, Zózimo, O lírico das rosas. In: FONTES, Joaquim. **O jardineiro e as rosas do Brasil**. São Paulo: São Paulo, 1941, p. 55-65.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si. In III Jornada da **Revista Ars Histórica**, 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://revistadiscentepghis.wordpress.com/anais-iii-jornada/>>. Acesso em: 02 set. 2014.

MALTA, Marize. **Arte doméstica: modos de morar em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/artigos>>. Acesso em: 27 dez 2016.

MELO, Alberto Barreto de. Namoro e Urbanismo. **Revista do Aracaju**. Ano III, nº 3, p.47 – 55, 1949.

MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. Aracaju: UNIT, 2006.

MUAZE, Mariana Ferreira de Aguiar. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. 2006. 403 f. (Tese de Doutorado História) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

NUNES, Maria Thetis. A instalação da República em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, nº 36, p. 73-80, 2007.

OLIVEIRA, Maurício. **Amores Proibidos na história do Brasil**. São Paulo. Contexto, 2012, p. 95-114.

PAIS, José Machado. **Nas rotas do cotidiano**. In: \_\_\_\_\_. Sociologia da Vida Quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso. 3 ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2007.

PEREIRA: Ana Carolina Huguenin. A escrita feminina no século XIX: As cartas de Flora de Oliveira Lima e Eufrásia Teixeira Leite. **Revista Gênero**. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/search/results>>. Acesso: 20 set. 2014.

PERROT, M. Figuras e Papéis. In: História da Vida Privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra, v. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1991

\_\_\_\_\_. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Práticas da Memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 09, nº 18, p. 09-18, 1989. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em 10 fev. 2013.

PLATÃO. O Banquete. Disponível em: <[https://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/o\\_banquete\\_platao.pdf](https://cei1011.files.wordpress.com/2010/04/o_banquete_platao.pdf)>. Acesso em: 18

PLUTARCO. **Vidas Paralelas: Teseu e Rômulo**. Tradução do Grego, Introdução e Notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. A ambigüidade da moral colonial: casamentos, sexualidade, normas e transgressões. Univ. FACE, Brasília, v. 4, n. 1/2, p. 29-63, jan./dez. 2007.

PISCITELLI, Adriana Garcia. **Amor, paixão e casamento**: escolha de cônjuges em famílias de camadas médias e altas do Sul de Minas Gerais. 1990. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REZENDE. Carlos Penteado de. “Notas para a história do piano no Brasil (século XIX)”. In: **Revista Brasileira de Cultura**, Rio de Janeiro, MEC-CFC, nº 6, out-dez, 1970, p. 10

ROCHA, Zeferino. **O amigo, um outro si mesmo: a Philia na metafísica de Platão e na ética de Aristóteles**. Revista Psychê, São Paulo, ano X, nº 17, p. 65-86. Disponível em: <http://www.redalyc.org/toc.oa?id=307&numero=5456>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ROMERO, Silvio. **Estudos Críticos**. In: FONTES, Joaquim. O jardineiro e as rosas do Brasil. São Paulo: São Paulo, 1941, p. 55-65.

ROUGEMONT, Denis de. **História do Amor no Ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias de Casamento no Brasil do Século XIX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, nº 15, p. 91-105, 1988.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **As razões do coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador (1889-1950)**. 2010. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/Rio de Janeiro, 2010.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. **Práticas amorosas e afetividade na Paraíba (Séculos XIX e XX): O papel da família, da igreja e do Estado nas tentativas de regularização social**. Veredas da História. 2008, 146 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SANTOS, Maria Nely. Rua João Pessoa de Outrora. **Revista Hora de Estudo**. Aracaju, nº 05, p. 14-15, 2000.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Festas do Aracaju: tramas da tradição religiosa em uma cidade moderna (1900-1950). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 1, p.183-207, 2015.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade: exemplo de sociologia pura e formal. In:\_\_\_\_\_. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 59-82.

SILVA, Sheyla Farias. **Casamento na Norma: a busca por uniões sacramentadas em Sergipe Oitocentista**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais Eletrônicos... Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/?p=19030>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVA, Eugenia Andrade Vieira da. **A Formação Intelectual da Elite Sergipana (1822-1889)**. 2004. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2004.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História do Aracajú**. 1955.

SOUZA, Cristiane Vitória de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)**, 2001. 210f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

VILAR. José Wellington Carvalho. **A Expansão da área de Consumo: a velha e a nova centralidade intraurbana de Aracaju (BRASIL)**

WALLE, Paul. Estado de Sergipe. In:\_\_\_\_\_. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Brasília, DF: Senado, 2006. p. 107-122.

### Fontes

A Liberdade. Aracaju, 21 de junho de 1873, n. 17. p. 01.

FONTES, Emilia. **Luz nas Tormentas**. São Paulo: São Paulo, 1948, 382 p.

\_\_\_\_\_. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Se, 1950. 1 fotografia, preto e branco., 18 cm X 24,5. Coleção Personalidades Sergipanas. Nº de Registro 345.

GUARANÁ. Manuel Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C. 1925. p. 152-153.

O Município. Aracaju, 23 de junho de 1893, n. 31. p. 01.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 17 mar de mar. 2016